

Maria Luís Rosário de Castro Ferreira

Como é que a representação da violência pelos meios de comunicação social convencionais contribui para um aumento da procura de segurança numa sociedade liberal democrática?

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento

27/7/2017



• U C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Luís Rosário de Castro Ferreira

Como é que a representação da violência pelos
meios de comunicação social convencionais
contribui para um aumento da procura de
segurança numa sociedade liberal democrática?

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na
especialidade de Estudos da Paz, Segurança e
Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Prof. Doutora Sofia José Santos

Coimbra, 2017

Agradecimentos

Aos meus pai, Olga e Luís, por fazerem de mim a pessoas que hoje sou, pelo apoio incondicional e por me terem incentivado a perseguir os meus objetivos e a enfrentar desafios que me fortaleceram.

Ao meu irmão João, pelo incentivo e por fazer o papel de irmão chato quando precisei.

Aos meus avós Arminda e Júlio, e pelo apoio e pelas refeições que ajudam a dar mais energia e ajudam na concentração.

À minha tia Maria António e à minha avó Teresa, que possibilitaram e apoiaram o meu percurso académico e me incentivaram a percorre-lo.

Ao meu tio Pedro, que me mostrou que com a determinação certa, tudo é possível.

À Rebeca, pela amizade, compreensão e apoio incondicionais ao longo do meu percurso académico e por ter sempre acreditado no e incentivado o meu trabalho.

Ao Diogo, pela ajuda, pelas horas “perdidas” ao meu lado durante o desenvolvimento desta dissertação, pelo apoio, compreensão e amizade incondicionais.

À Dulcineia, por me ter ajudado a manter uma mente aberta sobre os resultados desta dissertação e pelo apoio e conselhos dados.

À Carolina e ao Bruno, pelo sentido de companheirismo, pelo respeito pelo meu trabalho e pelo auxílio emocional e pela amizade.

À Inês e ao Igor, por terem ouvido os meus queixumes e frustrações e por se terem mostrado sempre disponíveis para me ajudar. Obrigado pela amizade.

Aos meus colegas de Mestrado, que me receberam e ajudaram na identificação dos problemas enfrentados no desenvolvimento deste trabalho.

À Liliana e á Daniela, pelo apoio e incentivo e inspiração para envergar no Mestrado.

À professora e minha orientadora Sofia José Santos, pelo apoio incondicional e por sempre me indicar qual o caminho certo a percorrer para alcançar os objetivos deste trabalho, principalmente nos meus momentos de maior dúvida, e por ser uma inspiração maior do que pode imaginar.

A todos, o meu mais sincero Obrigado.

Resumo: A realidade é socialmente construída. Os indivíduos constroem a sua própria realidade através das suas experiências e através da sua abertura a outras realidades pelo processo de socialização. Através desta, há um desenvolvimento de entendimentos e consciências sobre determinados assuntos e como é que os mesmos são definidos na sociedade. Numa democracia liberal representativa, onde o poder popular dita os responsáveis pela sua proteção, é necessário um veículo que permita a averiguação e transmissão de possíveis preocupações dos seus cidadãos, a Opinião Pública. Este elemento fornece as informações necessárias ao governo de um Estado para a tomada de medidas securitárias face a questões e situações que sejam consideradas como uma ameaça para os seus cidadãos e, conseqüentemente, o Estado. Essas medidas são legitimadas após a construção de um discurso de enquadramento do assunto a securitizar na dimensão de ameaça, que depois será transmitido pelos meios de comunicação social aos seus cidadãos. É também através da Opinião Pública que a legitimação de medidas com a finalidade de neutralizar essa ameaça é validada. No entanto, esta não se apresenta como uma entidade de carácter rígido e fixo, pode sofrer alterações de acordo com a realidade em que existe. Essas alterações dependem de elementos externos como, por exemplo, os meios de comunicação social que, ao reportarem um determinado assunto, como por exemplo uma situação violenta, de uma determinada maneira, podem exercer um impacto na (re)formulação da Opinião Pública. Assim, a contribuição da cobertura mediática sobre assuntos como, por exemplo, a crise dos refugiados sírios, pode determinar a sua aceitação e receção numa sociedade. Com a finalidade de explorar o impacto desta cobertura na realidade e na Opinião Pública, pretende-se fazer uso do caso da cobertura mediática da situação dos refugiados (sírios) no Reino Unido, com o propósito de identificar tendências e comportamentos nessa cobertura que possam ter contribuído para um sentimento de insegurança que propiciou, por parte dos cidadãos britânicos, a legitimação de medidas de segurança. Os objetivos desta dissertação passam por (1) analisar a forma como a cobertura da realidade por parte os meios de comunicação social responsáveis pela transmissão de informação influenciam a construção de percepções de ameaça e insegurança, contribuindo assim para uma maior legitimação, através da Opinião Pública, de

medidas securitárias por parte dos governos dos Estados; (2) averiguar como é que a representação mediática de um determinado assunto tem o potencial de tornar propício um certo tipo de influência sobre a Opinião Pública; e (3) como é que a Opinião Pública exerce a sua própria influência nas sociedades democráticas e, conseqüentemente, nos governos. Posto isto, inicia-se a tentativa de resposta ao título desta dissertação.

Fazendo uso de um quadro teórico que engloba três teorias principais - Construtivismo, a securitização da Escola de Copenhaga e o Liberalismo - tem-se a base processual e o contexto político em que as dinâmicas acima descritas se processam. Com a base teórica delineada, seguem-se considerações sobre a violência, pegando numa definição, a de Johan Galtung, que engloba três tipos de violência, sendo que pode, numa situação, pode apenas existir um tipo ou até mesmo os três tipos simultaneamente. Interessa então averiguar a relação entre os meios de comunicação social e este conceito. O que se conclui é que este tema é tratado de várias formas, tanto implicitamente como explicitamente e ambas formas possuem o poder de criar um ambiente de insegurança à volta deste tema, o que, certamente conduzirá a uma procura de segurança, seja a nível individual, doméstico e até mesmo internacional. Esta procura de segurança pode estender-se a todos estes níveis, no entanto, o foco será na procura de segurança tanto individual como a nível doméstico. O cerne desta dissertação é compreender se os *média* funcionam como um agente funcional de facilitação de securitização da “crise dos refugiados” por parte do Estado e, sua subsequente legitimação por parte da opinião pública sendo a equação que procura responder à questão de partida é a seguinte: o governo é o agente securitário e o Estado é o objeto referente, o assunto a ser securitizado será definido pelo agente securitário e os meios pelos quais essa securitização se dá são os *média* e a sua aprovação ou não dependerá das audiências que darão o seu parecer através da opinião pública. Posto isto, recorreu-se a uma análise de um estudo de caso, o da imprensa britânica na cobertura da crise dos refugiados sírios com recurso a dois casos ilustrativos: o *The Guardian* e *The Daily Mail* e análise de conteúdo para analisar um conjunto de artigos de cada jornal, passando pela identificação de cinco termos: “refugiados”, “segurança”, “ameaça”, “violência” e “migrante”. O que se

procura compreender então será o tipo de narrativas construídas em torno da crise dos refugiados sírios - com recurso à identificação de palavras-chave usadas na construção dessas narrativas. Segue-se a exploração dos resultados e categorização dos mesmos em: títulos, categorização do grupo, caracterização do fenómeno, associação direta a violência, segurança e ameaça. Da discussão destes e da análise segundo o quadro teórico, conclui-se que *a abordagem implicitamente negativa do caso dos refugiados sírios por parte da imprensa britânica pode ter contribuído para um ambiente que propiciou o sentimento de insegurança com a finalidade de obtenção de legitimação de medidas de segurança por parte dos eleitores britânicos.*

Palavras-chave: Securitização, *Média*, Opinião Pública, Violência, Refugiados.

Reality is a social construction. Individuals construct their own reality through their own experiences, their willingness to explore other realities and through the process of socialization. Through this knowledge, general consciousness and understandings about certain issues and how these issues are perceived and defined in society. In a representative liberal democracy, where the power of the people chooses those responsible for their protection, it is necessary that their worries are properly transmitted to the proper authorities and met accordingly, which is possible due to the existence of Public Opinion. This entity aims to forward necessary information to the government so the proper security measures can be taken to accommodate the worries of their citizens, this means that if a certain issue is perceived as a threat to the people and the State, then the proper measures to ensure their safety must be taken. Those measures are legitimized after the construction of an argument of security in the dimension of threat, that after will be transmitted by the social communication methods to its citizens. It is also through the Public Opinion that the legitimacy of the measures with the intention of neutralizing the threat is validated. However, this doesn't present as an entity with a rigid and fixed characterization, it can suffer alterations in concordance with the reality where it exists. Those alterations depend on external elements like, for example, the media that, by reporting a determinate topic, like for example, a violent situation, of a certain manner, it can apply an impact in the (re)formulation of the Public Opinion. Therefore, the contribution of the media about topics like the syrian refugee crisis', it can determine your acceptance and reaction in a society. With the finality of exploring the impact of this coverage in the reality and in the Public Opinion, with the intention of making use of the case of the media coverage of the (syrian) refugees in the United Kingdom, with the purpose of identifying the tendencies and behaviours in that coverage that might have contributed to a feeling of insecurity that made possible, by the british citizens, the legitimation of security measures. The objectives of this dissertation go through (1) analyzing the way in how the coverage of the reality goes through the media responsible for the transmission of the information influence the construction of the perceptions of threat and insecurity, contributing for a larger legitimization, through the Public Opinion, of security measures by the governments of the States;

to find out how the mediatic representation of a determined topic has the potencial of becoming conducive to the influence of the Public Opinion; and (3) how the Public Opinion exercises its own influence in the democratic societies and, therefore, in the government. Now, let's begin the attempt to answer the title of this dissertation. Making use of the framework that englobes three main theories – Constructivism, securitization as developed by the Copenhagen school, and the liberalism – we have the base for the process and the political context where the dynamics as described above process themselves. With the theoretic base delineated, next is the considerations about violence, using the definition of Johan Galtung, that englobes three types of violence, being that it can, in some situations, only exist one type, or even all three at the same time. It seems the best interest to find out the relation between the media and this concept. What can be concluded is that this is treated in various ways, both implicitly and explicitly, and both ways possess the power to create an environment of insecurity that goes around this topic, and it will certainly lead to a search for security, whether its individual level, domestic, or even international.

This search for security can extend itself to all levels, but, the focus is in the search of security in the level of personal and individual security, and domestic security. The core of this dissertation is to understand if the media work like a functional agent of facilitation in the securitization of the “refugee crisis” by the State and, its subsequent legitimation by the Public Opinion, being that the equation that it looks to answer to the starting question: is the government the security agent and the State the object referent, the issue to be securitized will be defined by the security agent and the means by which that securitization process happens is through the media and its approval will not depend on the audiences that will give its opinion through the Public Opinion. As such, there was a need to resort to an analysis of a case study, the one from the British press in the coverage of the Syrian refugees' crisis, with the examples of two newspapers; The Guardian, The Daily Mail, and the analysis of the content to analyse a group of articles in each journal, going through 5 words: “refugees”, “security”, “threat”, “violence” and “migrant”. What is worth understanding is the type of the narratives constructed around the Syrian refugee crisis – resorting to the identification of keywords used in the construction of this

narratives. Followed by the exploration of the results and categorizing of the same in: titles, categorizing of the group, characterization of the phenomenon, direct association to violence, security and threat. From the discussion of these and from the analysis in accordance with the framework, one can conclude that the approach implicitly negative of the case of the syrian refugees by the british press might have contributed to na ambiente that propitiated the feeling of insecurity with the intention to obtain the legitimacy of security measures by the british electors.

Key-words: security, media, Public Opinion, violence; refugee

Lista de Acrónimos

ACNUR - Agência da ONU para refugiados

Lista de figuras

Figura 1 - UK asylum Applications

Figura 2 - Asylum application outcome

Índice

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Media, Securitização e Percepções de (In)Segurança em contextos liberais.....	19
1. A Escola de Copenhaga: uma abordagem construtivista da segurança.....	23
1.1. Construtivismo: lente e base processual para a análise.....	23
1.2. Securitização: processo de construção e validação de ameaças.....	27
1.3. Violência e (in)segurança.....	35
2. Liberalismo: entre a plataforma ideológica e o contexto político que dita as regras do jogo.	38
2.1. Média, Opinião Pública e legitimação.....	43
3. Violência nos Média: das representações aos potenciais impactos.....	49
4. Opinião Pública e a procura de segurança: tentativa de uma conexão teórica.....	54
5. Síntese da estrutura que pretende fornecer a resposta a pergunta de partida.....	56
Capítulo 2 – Da partida à chegada: dinâmicas, contextos e abordagens.....	59
1. O que espera à chegada: o contexto britânico.....	61
2. A guerra na Síria: quem foge e porque foge?.....	65
Capítulo 3.....	71
1. Quadro de análise e técnicas metodológicas.....	72
1.1. Estudo de caso.....	72
1.2. Análise de conteúdo: contexto e mais-valia do método a usar.....	75
1.3. Quadro de Análise.....	79
2. Resultados: identificação e comparação de tendências.....	81
Conclusão.....	88
Referências Bibliográficas.....	94
Apêndice I.....	109

Introdução

O desenvolvimento desta dissertação parte de três pressupostos centrais: (1) a realidade é socialmente construída, (2) os meios de comunicação sociais são um agente de particular importância na formação da opinião pública, e (3) conseqüentemente esta torna-se também um elemento essencial na validação e legitimação da tomada de decisões políticas particularmente em contextos democráticos. Posto isto, a problemática a explorar roda em torno dos meios de comunicação social, da Opinião Pública e da tomada de decisões securitárias, sendo o principal objetivo analisar a forma como a cobertura da realidade por parte os meios de comunicação social responsáveis pela transmissão de informação influenciam a construção de percepções de ameaça e insegurança, contribuindo assim para uma maior legitimação, através do recurso à Opinião Pública, de medidas securitárias por parte dos governos dos Estados.

Partindo do pressuposto que meios de comunicação social são um elemento de extrema importância na escolha, tratamento e transmissão de informação a nível local, nacional e internacional condicionando a forma como se interpreta o mundo, seus atores e questões e que a opinião pública, nas sociedades democráticas, tem um peso muito significativo na tomada de decisões por parte dos seus governos/representantes políticos, o sensacionalismo na representação da violência por parte dos meios de comunicação social informáticos propicia um ambiente de potencial insegurança que pode conduzir a uma maior predisposição para a legitimação de medidas securitárias por parte dos indivíduos de uma sociedade, portanto, como pergunta de partida, tem-se a seguinte questão: *como é que a representação da violência pelo os meios de comunicação social convencionais contribui para um aumento da procura de segurança numa sociedade liberal democrática?*

Aliado ao principal objetivo já exposto, o segundo será então averiguar como é que a representação mediática de um determinado assunto tem o potencial de tornar propício um certo tipo de influência sobre a Opinião Pública, sendo que o seguinte objetivo concerne a uma análise de como é que este elemento exerce a sua própria influência nas sociedades democráticas e, conseqüentemente, nos governos. Com

os objetivos delineados, será também importante a definição de dois conceitos: o de Sensacionalismo¹ – divulgação de notícias com a finalidade de criar sensação - e de Opinião Pública. A Opinião Pública aparenta ser um conceito com uma definição que não é consensual, no entanto, diz Nilza Mousinho de Sena (2007), é considerada quase como “uma força abstrata que nenhuma constituição prevê de forma institucionalizada, mas cuja expressão constitui o fundamento implícito de todas as democracias” (Sena, 2007:1).

Sonia Livingstone (1994) chama também à atenção para a importância do papel dos *mídia* no processo político, afirmando que estes servem de mediadores de comunicação cuja a finalidade é ganhar o consentimento da sociedade.

Suportando também esta ideia, Maxwell McCombs e Donald Shaw, por exemplo, afirmam que durante as campanhas eleitorais, o alcance dos candidatos aos eleitores é maior quando os primeiros fazem uso dos meios de comunicação social, o que significa que a informação transmitida pelos mesmos acaba por se tornar o único contacto que os eleitores têm com a política em geral (McCombs, Shaw; 1972). Além disto, referem ainda que através dos meios de comunicação social, os indivíduos aprendem a dar um determinado tipo de importância aos assuntos noticiados e não apenas a tomar conhecimento dos mesmos (McCombs, Shaw; 1972).

Relativamente à estruturação desta dissertação, esta terá três capítulos. O primeiro diz respeito ao quadro teórico proposto. As teorias escolhidas para o desenvolvimento da investigação são o Construtivismo, a teoria da securitização segundo a Escola de Copenhaga e o Liberalismo. O Construtivismo é visto como uma teoria maioritariamente social e onde o papel da interpretação é vasto e predominante, afirmando que a realidade só é conhecida através da interpretação que lhe é conferida. Emanuel Adler escreveu que os “construtivistas acreditam que

¹ *sensacionalismo* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sensacionalismo> [2 de Outubro de 2016]

as capacidades de reflexão e de aprendizagem do ser humano têm mais impacto na forma como os indivíduos e os actores sociais conferem significado ao mundo material e na forma como enquadram cognitivamente esse mundo que conhecem, experienciam e compreendem” (Adler, 1997: 322)². Ou seja, o conhecimento (prévio) obtido por situações passadas e a interpretação do conhecimento adquirido e das próprias situações vai ser de grande importância para uma construção social do mundo. O que significa que, por exemplo, a definição do que se entende como “segurança” é também uma construção social.

Posto isto, surge o processo de securitização desenvolvido pela Escola de Copenhaga com o foco na procura de garantir essa segurança através do discurso e da consideração que o conceito de segurança depende de uma construção social, daí a sua importância. O discurso securitário que está na sua base vai ser construído em torno dessa definição de forma a que vá de encontro às preocupações da audiência a que é destinado e, caso a reação a esse discurso for positiva e de validação através da Opinião Pública, o processo de securitização seja considerado um sucesso.

Relativamente ao Liberalismo, o foco será o triângulo entre a Opinião Pública, o Governo e os meios de Comunicação Social uma vez que constrói a plataforma para averiguar o tipo de dinâmicas que existem entre estas 3 entidades. No entanto, aliado a este triângulo, na teoria do Liberalismo existe uma grande preocupação com a liberdade, mais concretamente, a preocupação e procura da construção de uma sociedade onde existam condições propícias ao cultivo da liberdade dos seus indivíduos, e onde a Opinião Pública pode ser cultivada.

Assim, há a necessidade de identificar qual o sistema político que permite estas dinâmicas, a democracia liberal representativa. A escolha de ambas teorias é justificada pela possibilidade que ambas conferem à cultura da Opinião Pública.

Após esta apresentação, segue-se a parte dedicada aos meios de Comunicação Social. Esta secção será dedicada aos métodos de transmissão de informação - com

² Tradução própria.

especial foco no jornal(ismo) - e na exploração da sua influencia na realidade, na sociedade e na Opinião Pública. Para entender o tipo de relação e dinâmicas construídas entre estas três entidades, há que ter em conta as noções - aqui definidas de forma extremamente sucinta - de (1) *agenda-setting*, que direciona as audiências para que assuntos devem pensar; (2) *gatekeeping*, a aprovação ou reprovação de uma notícia pelos canais de comunicação; e (3) *framing*, o contexto em que uma notícia surge. Nelson Traquina diz até que “a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo na teoria democrática é informar o público sem censura” (Traquina, 2002: 12).

É preciso alertar que a própria opinião pública formada em torno de uma notícia transmitida, ao existir numa realidade socialmente construída, está também aberta à interpretação. O processo de interpretação, segundo Richard Jackson (2005), é aberto e pode ser contestado, no entanto, é um processo complexo e que necessita da imposição de um certo tipo de narrativas para fornecer respostas às questões levantadas pela sociedade face a determinado evento, o que significa que os média tornar-se-ão num meio de transmitir tais narrativas. Esta imposição de narrativas e recurso aos média é também referida por Ignacio Ramonet (1999), acrescentando que a estas narrativas está também associada uma censura que se define como sendo uma censura baseada numa acumulação de dados e uma forma de controlo da expressão de uma sociedade por parte das autoridades. Isto pode querer dizer que as narrativas orquestradas pelas autoridades e transmitidas pelos meios de comunicação podem ter como objetivo uma manipulação da opinião pública, criando um ambiente propício a (mais) interpretações consideradas negativas face a um evento. É este o tipo de dinâmicas que se torna interessante para perceber como é que a opinião pública legitima a tomada de decisões securitárias por parte de um Estado e como é que as teorias se conectam com a prática, sendo essa conexão o elemento que me vai permitir analisar o estudo de caso escolhido.

Segue-se uma abordagem à questão da violência. Passando por uma explicitação sobre a definição usada nesta dissertação, que toma a definição tripartida de Johan Galtung, tem-se que um determinado tratamento deste tema pode revelar-se

problemático. Nem sempre o seu tratamento é tido como explícito, tanto que um tratamento implícito do mesmo pode criar o mesmo tipo de sentimento de insegurança. A definição deste conceito também depende de uma construção social e depende do valor e definição que lhe é conferido. A relação entre violência e segurança não é automática, porque um pode ser um meio e o outro um fim, tudo depende do contexto social que lhe é atribuído. Assim, considere-se que a cobertura mediática da violência pode ter vários efeitos nos indivíduos e nas suas realidades.

O segundo capítulo destina-se à explicitação contextual desta dissertação: a crise dos refugiados sírios e a sua cobertura no Reino Unido. Pretende-se explorar como é que a cobertura que os meios de comunicação social britânicos desenvolveram em torno da história dos refugiados pode ter influenciado a tomada de certas medidas securitárias face a uma crise tanto política como humanitária. Birgitta Höister (2004) defende a importância da preocupação com indivíduos que se encontrem em situações complicadas – sejam elas, políticas, económicas, sociais - e afirma que os meios de comunicação social são tomados como o elo que liga as situações sociais com a política e com as organizações humanitárias; tendo isto em conta, a preocupação humanitária e política com a situação dos refugiados torna-se legítima. O capítulo está dividido em duas secções: a primeira dedica-se a uma breve explicitação do contexto democrático e mediático britânico e a segunda secção dedica-se a uma exposição sobre o conflito na Síria.

Segue-se o terceiro capítulo que se divide em duas secções. A primeira dedica-se aos métodos usados na investigação passando por uma breve explicitação sobre cada um dos métodos e sobre a sua importância para esta dissertação: o estudo de caso e a análise de conteúdo. De modo a balizar este trajeto, há que criar uma janela temporal com a finalidade de analisar a natureza processual desta dinâmica; assim, foi escolhido um período de quatro meses do ano de 2015: junho, julho, agosto e setembro. O que se pretende é explorar e expor o impacto da situação no Reino Unido, onde o tratamento pelos meios de comunicação social face a este tema foi díspar e tumultuoso, havendo um grande debate sobre a denominação dada aos refugiados, sobre o próprio número de refugiados que devia entrar no país, se o

acolhimento desses refugiados seria exequível em termos económicos e de infraestruturas, qual seria o impacto dessa entrada na população e que os direitos teriam. Será importante ter em conta que no Reino Unido, são refugiados aqueles que obtêm aprovação de asilo por parte do governo ³, assim, todos os refugiados que chegam ao Reino Unido pelos seus próprios meios são tratados como “asylum seekers”. Será também importante aqui realçar que se deve fazer a distinção entre os termos (1) “refugiado” e (2) “migrante”. De uma forma sucinta, tem-se como “refugiado” os indivíduos forçados a deslocar-se do seu país de origem com a finalidade de escaparem a conflitos armados e perseguição – política, racial, cultural, ... - e tem-se como “migrante” os indivíduos que se deslocam por escolha e geralmente pretendem conseguir melhores condições de vida⁴.

De referir que esta dissertação parte de uma definição de (3) “segurança” como a sobrevivência de algo – mais concretamente, do Estado -; (4) “ameaça” como um elemento que coloque essa sobrevivência em causa, seja de que natureza for; e (5) “violência” como o elemento de garantia de segurança e de insegurança dependendo do referente de segurança.

A segunda secção dedica-se à clarificação e exposição dos resultados obtidos, seguindo-se da conclusão. É nesta última que o quadro teórico será conectado com o estudo de caso e explorar o tipo de ambiente criado pela cobertura mediática situação, bem como o tipo de violência praticada e como é que esta foi retratada. Será então nesta secção que será explicada a relevância de um possível ambiente de insegurança resultante desta cobertura, tornando propícia a uma certa influência na opinião pública, uma vez que esta assume responsabilidade por legitimar

³ Refugee Council “The truth about asylum”
https://www.refugeecouncil.org.uk/policy_research/the_truth_about_asylum/the_facts_about_asylum [4 Outubro de 2016]

⁴ ACNUR: Agência da ONU para refugiados (1 de outubro de 2015) “Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto”
<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> [4 de Novembro de 2016]

preocupações e tomadas de decisão não só da sociedade como também dos seus dirigentes.

Como resposta à pergunta de partida, tem-se que: *a abordagem implicitamente negativa do caso dos refugiados sírios por parte da imprensa britânica pode ter contribuído para um ambiente que propiciou o sentimento de insegurança com a finalidade de obtenção de legitimação de medidas de segurança por parte dos eleitores britânicos.* Esta resposta à pergunta de partida bem como o desenvolvimento do argumento que sustenta esta resposta serão formulados de acordo com o estudo de caso.

Capítulo 1 - Media, Securitização e Percepções de (In)Segurança em contextos liberais

O primeiro capítulo desta dissertação é dedicado à apresentação e organização do quadro teórico que lhe vai servir simultaneamente de pano de fundo e de lente de análise.

Everyday life presents itself as a reality interpreted by men and subjectively meaningful to them as a coherent world. [...] The world of everyday life is not only taken for granted as reality by the ordinary members of society in the subjectively meaningful conduct of their lives. It is a world that originates in their thoughts and actions, and is maintained as real by these. (Berger e Luckmann, 1966: 33).

Neste sentido, o construtivismo é a lente analítica macro escolhida para compreender a realidade que esta dissertação se propõe estudar, sendo a Escola de Copenhaga com a sua teoria construtivista da securitização a teoria-chave de interpretação das dinâmicas em análise.

Começando com uma explicitação da base processual constituída pelo Construtivismo, inicia-se esta primeira parte com uma breve definição desta teoria, seguida de uma clarificação sobre os seus elementos principais – o indivíduo e a construção da realidade – e sobre a forma como se processam as interações entre os mesmos – crenças, influência e ações – criando, assim, uma sociedade. Dentro da linha construtivista e com enfoque no conceito/processo central desta dissertação – construções de (in)segurança – a Escola de Copenhaga e a sua teoria de securitização são, na verdade, a teoria que melhor ajuda a compreender os fenómenos e dinâmicas em causa. A teoria da securitização como defendida pela Escola de Copenhaga postula que a securitização é o enquadramento de um determinado assunto na dimensão de “ameaça” através de *speech acts* ou discursos securitários que passam pelo escrutínio das audiências com a finalidade de legitimar ação extraordinárias para lidar com a ameaça construída (McDonald, 2008; Tanno, 2014; Silva, 2016).

Na medida em que o contexto democrático liberal é o cenário onde as dinâmicas em análise decorrem, é relevante trazer para a construção teórica e analítica as estruturas ideacionais e os processos de interação (formais e informais) que sustentam a construção de percepções de (in)segurança em estudo. Nesta linha, e tratando-se o Reino Unido de uma democracia liberal, o Liberalismo apresenta-se aqui como enquanto definidor do contexto político e ideológico que esta dissertação explora. Enquanto o Construtivismo e a Escola de Copenhaga, têm uma função processual, ou seja, de compreensão dos processos e dos resultados, o Liberalismo serve de base para a compreensão do objeto de estudo desta dissertação servindo de palco para a sua aplicação. Após uma breve introdução a esta teoria, são delimitados os seus contornos mais pertinentes, sendo o principal foco o interesse pela liberdade dos indivíduos/cidadãos, particularmente o seu direito à informação e liberdade de expressão, a sua capacidade de interagir com o Estado e de reivindicar determinadas políticas em função dos discursos que apreendem e reproduzem, e o papel que os meios de comunicação social têm neste contexto. Este último ponto leva à discussão do último tópico deste capítulo - a existência da Opinião Pública, que sintetiza bem a importância da fusão e complementaridade das teorias anteriormente identificadas – Construtivismo e Escola de Copenhaga, por um lado, e Liberalismo, por outro.

Na verdade, trata-se de uma entidade que se apresenta como um importante meio de interação, em democracias liberais, entre os indivíduos de uma sociedade e os governos dos Estados, facilitando a identificação de problemas e preocupações por parte dos indivíduos que, através da Opinião Pública são transmitidas aos governos. Em contextos liberais, pelas próprias regras de representatividade do sistema democrático em que se inserem, os governos devem ouvir a opinião pública para tomar ou repensar decisões políticas, uma vez que “os políticos devem pesar as suas decisões e averiguar se chocam ou não com os valores e referências da opinião pública” (Sena, 2007: 294).

Explorando este potencial, há autores que alertam para o facto de que a opinião pública pode ser conduzida por parte de elites económicas e políticas e através dos

média para legitimar determinadas políticas que, de outra forma, contestariam (Herman e Chomsky, 1988). A terceira e última parte deste capítulo dedica-se à Opinião Pública e aos meios de comunicação social. Passando por uma definição que vê a Opinião Pública como uma entidade que tem como principal alvo assuntos de interesse nacional e cuja expressão é livre e pública, não se pode esquecer que esta existe dentro de um espaço de interações discursivas – denominado de esfera pública – que não só permite a sua existência como também catapulta o seu desenvolvimento. Mas interessa averiguar como se processa essa transmissão de informação que cria e é também (re)criada pela Opinião Pública. Assim, entra o papel dos meios de comunicação social – os *média*. Com a finalidade de explicitar as interações entre a Opinião Pública e o governo de um Estado, designam-se os elementos fundamentais que ditam a criação de notícias, e conseqüentemente, ditam também informação que é transmitida – *agenda-setting, framing* e *gatekeeping* –, tem-se acesso ao movimento e aos meios de transmissão da própria Opinião Pública, que constituem os meios de transmissão de informação essencial para a constituição do mundo, da realidade, da sociedade e do próprio Estado, cuja influência pode até ser esmagadora.

Este primeiro capítulo dedica-se à construção do que será o pano de fundo para a compreensão e aplicação do estudo de caso e da análise que se realizará através deste para poder responder à seguinte pergunta: *como é que a representação sensacionalista da violência por parte dos meios de comunicação social convencionais contribui para um aumento da procura de segurança numa sociedade democrática?* Para tal, é necessário entender com não só a realidade é construída por processos socialização e interação, bem como os seus principais atores, mas também perceber que tipo de desafios se apresentam, salvaguardando que os a base teórica parte sempre de uma generalização dedutiva, ou seja, terá sempre de ser colocada em diálogo com o estudo de caso. O processo de socialização, no geral, leva a uma multiplicidade de resultados, mas para efeitos desta dissertação, a interação e socialização dos atores em questão – opinião pública, média, governo democrático – ocorre num contexto da democracia liberal, ou seja, um contexto em que o Estado e o poder governativo responde perante os

cidadãos e as liberdades individuais, nomeadamente de opinião, expressão, manifestação e voto, são crucialmente tidos em conta e dão forma e motivação às interações. Aparenta ser um sistema focado num tipo de sobrevivência que não é autoritário no seu extremo, mas também não é permissivo na sua totalidade, funcionando quase como um termo intermédio entre os perigos da liberdade total e o punho de ferro da total soberania estatal. Neste contexto, o processo de socialização encerra também, dá-se a troca de informação de onde decorrem opiniões e nova informação. Esta informação e opinião circula livremente, em contexto de democracia liberal, e é valorizada, fazendo parte do dia-a-dia dos indivíduos, dos *média* e dos Estados. Os meios de comunicação social são atualmente um dos principais veículos de transmissão dessa informação. Através deles, a informação deixa de ser passada apenas de pessoa para pessoa e passa a fazer uso de estruturas dedicadas a essa transmissão (Borges, 2014), ou seja, passa a ser passada de um emissor só para um grupo de massas que tem possibilidade de interagir com o emissor.

Assim, o cenário para a securitização de um determinado assunto está estruturado. Com a base fornecida tanto pelo Construtivismo como pelo Liberalismo, é possível chegar a uma equação que permita uma resposta à questão colocada. Essa equação faz uso não só de um entendimento social da realidade como da existência de um sistema político que não só permite a opinião pública como permite o diálogo entre o governo de um Estado e da sua sociedade.

1. A Escola de Copenhaga: uma abordagem construtivista da segurança

1.1. Construtivismo: lente e base processual para a análise

O Construtivismo surge no panorama das Relações Internacionais como uma das primeiras teorias que questiona, põe em causa e se apresenta como resposta alternativa ao carácter imutável da realidade - tanto doméstica como internacional - que foi cunhado pelo Realismo, apresentando uma alternativa dinâmica de construção e interpretação dessa realidade (Zehfuss, 2002; Hopf, 1998). De acordo com o Construtivismo, a realidade é produto das escolhas e experiências dos indivíduos que os integram, estando por isso em constante construção. Neste sentido, e para esta teoria, o mundo não é um espaço premeditado nem imutável, mas antes construído através de alterações e construções constantes por parte de agentes, mesmo que dentro de certos limites (Messari e Nogueira, 2005). No âmbito do debate entre agentes/estrutura nas Relações Internacionais, o Construtivismo nega o antecedente ontológico aos agentes e à estrutura pois estes são na verdade co constitutivos, quer isto dizer que se ajudam reciprocamente na construção do mundo e da realidade em que vivemos (Messari e Nogueira, 2005; Haas, 1990; Hopf, 1998). Então, se esta teoria encontra a sua base em elementos sociais como a interação humana, torna-se possível a compreensão e criação de uma ligação entre elementos como a identidade e os interesses – cujo processo de formação continua a gerar debate -, de modo a formular uma conexão contextual entre os agentes e a estrutura (Finnemore e Sikkink, 2001; Hopf, 1998) - o que permite a existência da relação co constitutiva que caracteriza ambas entidades no Construtivismo - uma vez que existe uma multiplicidade de contextos que influenciam a relação entre os agentes e a estrutura, bem como cada um destes individualmente, sendo que este debate aparenta representar também uma relação entre a unidade - indivíduo ou instituição - e o sistema e o resultado dessa mesma relação (Hurd, 2008; Hay, 2002).

As interações entre os indivíduos dão origem a uma identidade que será adotada pelos Estados. Será essa mesma identidade o elemento responsável pela formulação do interesse nacional e pelas ações tomadas face a um determinado assunto por parte do Estado (Finnemore e Sikkink, 2001). Então, a adoção de uma identidade

por parte de um Estado só é possível devido à interação agentes/estrutura, sem esquecer que além de serem influenciados pelo interesse nacional, o mesmo é influenciado por estas entidades.

Posto isto, visto como o patamar intermédio entre o Realismo e o Liberalismo (Zehfuss, 2002), o Construtivismo apresenta-se como uma teoria maioritariamente social que coloca ênfase na importância e preocupação com a realidade experienciada como sendo socialmente construída (Wendt, 1992; Hurd, 2008; Berger, 1966). É uma escola na qual o papel da interpretação é muito vasto e predominante, o que quer dizer que a realidade como é experienciada só pode ser conhecida através da interpretação que lhe é conferida e das ações que são tomadas de acordo com essas interpretações. Assim, o que é curioso relativamente ao mundo onde esta realidade tem lugar é o facto de ser um mundo composto não só por um espaço físico como também pela consciência humana e pela dimensão das ideias, o que significa que o sentido atribuído à realidade é subjetivamente (co)construído. Consequentemente, os indivíduos vão agir face à realidade de acordo as suas próprias lentes, criando um mundo que lhes pertence. (Jackson e Sorensen, 2006; Wendt, 1992; Onuf, 2006). Estes mundos individuais são, no entanto, partilhados através do discurso. Isto significa que, através do processo de socialização, os indivíduos dão a conhecer os seus mundos individuais e permitem a entrada de outros, tornando-se observadores e agentes dos e nos mesmos mundos (Onuf, 2006). Isto irá permitir a discussão e formação de novas ou a perpetuação das mesmas grelhas de análise, interpretações e ações.

A construção destes mundos e realidades necessita, no entanto, de um elemento de extrema importância e sem o qual não será possível a sua formação, o conhecimento, independentemente da sua validade (Berger, 1966). Esse conhecimento é obtido exatamente pelo processo de socialização e pela abertura à discussão com o outro, uma vez que o mundo social é um mundo de relações entre indivíduos, entre grupos e até entre consciências (Jackson e Sorensen, 2006), o que pode produzir entendimentos gerais sobre determinados objetos e assuntos que não haviam sido formulados antes. Emanuel Adler (1997) escreveu que os “collective

understandings provide people with reasons why things are as they are and indications as to how they should use their material abilities and power” (Adler, 1997: 322). O conhecimento prévio obtido por situações passadas vai ser muito importante para esta construção social do mundo, mas o conhecimento adquirido pela abertura desses mundos individuais também não deve ser esquecido pois ambos contribuem para uma construção social da realidade.

E, se o mundo é uma construção social, então há um vasto leque de conceitos e situações que dependem muito da interpretação que lhes foi concedida e da maneira como foram construídos na sociedade, o que pode levar a um estreitamento desses mesmos conceitos. Aliás, Karin Fierke diz que o estreitamento de conceitos leva a um certo tipo de conduta por parte dos Estados, uma vez que, por exemplo, a interpretação que é conferida à “segurança” vai certamente influenciar a forma como se responde perante um determinado tipo de ameaça (Fierke, 2007); da mesma forma que Wendt diz que “states act differently toward friends because enemies are threatening and friends are not” (Wendt, 1992: 397).

Em suma, será através da interpretação e da socialização – em grande arte através do discurso - que a realidade e o mundo onde esta se insere são socialmente construídos. Os indivíduos agirão de acordo com o sentido que fornecem a sua realidade, criando o mundo individual; mas, tendo em conta que até esse mundo está em constante mudança graças ao processo de socialização e à possibilidade de discurso e abertura ao mesmo, novas interpretações e novas construções surgiram devido à aquisição de novos conhecimentos. Tendo tudo isto em conta, é necessário não esquecer que para consolidar esta construção, é necessária também a influência dos agentes e das estruturas, assim, este debate não é desprovido de importância para as considerações tecidas. Assim, é possível que a realidade seja socialmente criada e é exatamente esta explicação e este ponto que será de extrema importância para o desenvolvimento desta dissertação.

Uma nota interessante a considerar é a afirmação de Steffano Guzzini (2000), relativa ao interesse do Construtivismo pelos meios de comunicação internacionais:

a cobertura feita pelos jornalistas a certos assuntos - de interesse político, económico e social – depende, em grande parte, de ter a sua segurança assegurada, assunto que será analisado na terceira parte deste capítulo.

Resumindo, o mundo e a realidade estão em constante mudança e construção, devido ao facto de que os indivíduos que os integram estarem também em constante mudança e desenvolvimento. Com este suporte nas relações sociais, esta teoria tem como foco a realidade como é vivida e as experiências dos indivíduos que integram a sociedade em questão, o que significa que a realidade é uma entidade que é socialmente construída, resultante de um vasto leque de contextos, significados e situações que os indivíduos experienciam e fornecem significações. Isto quer dizer então que não só o indivíduo constitui um elemento de extrema relevância no entendimento e construção da realidade como age segundo o significado que lhe atribui. Nesta perspectiva, a socialização e a interpretação – maioritariamente através do discurso - são dois elementos necessários à compreensão da realidade, uma vez que é através dos mesmos que não só se geram conhecimentos e entendimentos colectivos sobre determinados assuntos como só se pode conhecer a realidade através do significado que lhe é conferido e das acções praticadas segundo esse significado. Por sua vez, e devido a estas características, termos como “segurança” podem sofrer um alargamento ou um estreitamento devido à forma como os indivíduos os experienciam, o que conduz a uma diferença de aplicações e significados: enquanto que para uns, “segurança” pode significar ausência de perigo, para outros pode ser, por exemplo, garantia de melhores condições de vida. Tudo depende do contexto em que o termo é utilizado, assim, a construção social de um termo está sempre dependente do contexto, significado e momento em que é experienciado e o mesmo se pode dizer dos termos “segurança” e “ameaça”.

1.2. Securitização: processo de construção e validação de ameaças

O termo “segurança” e a sua tentativa de definição estão ambos muito presentes nos temas tratados pelo campo das Relações Internacionais, mas até mais concretamente no campo dos Estudos sobre a Segurança (McDonald, 2008), quer a nível doméstico quer a nível internacional. No seu sentido mais simples, segurança pode ser tomada como ausência de perigo, no entanto, há que ter em conta que a definição de “segurança” usada no campo das Relações Internacionais não se reduz a esta simples definição, na verdade, existem várias definições ou tentativas de definição para a mesma que dependem de um leque de variáveis como contexto e dimensão; certamente e como advertido por Barry Buzan (1998), o termo “segurança” deve vir atrelado à dimensão à qual se refere, uma vez que o seu significado varia de acordo com o campo ao qual está vinculado, sendo que, por exemplo, a segurança com cariz internacional será diferente da segurança ligada a um contexto doméstico (Buzan *et al.*, 1998). Aliás, David Baldwin (1997) afirma que este conceito é de extrema importância uma vez que esteve na base de acontecimentos como a origem de uma guerra ou a suspensão de direitos civis; mas mesmo com todas estas tentativas de definição, inclusive desde o final da Guerra Fria, não foi ainda possível chegar a um consenso uma vez que durante muito tempo, o foco dos Estudos da Segurança focou-se no poderio militar e não no conceito em si (Baldwin, 1997).

Com a falha da corrente realista em prever o final da Guerra Fria, surgiram críticas e desafios de cariz securitário, o que demonstrou uma necessidade de uma reformulação teórica no campo dos estudos focados na segurança (Tanno, 2003), que até então haviam sido dominados pela corrente realista. Em conformidade com esta necessidade de mudança, surge a Escola de Copenhaga. Com foco primário nas questões e dinâmicas securitárias europeias (Huysmans, 1998: 483), a finalidade passou a ser a criação de um quadro teórico com a capacidade de providenciar respostas e considerações teóricas alternativas a questões relacionadas com a segurança através de uma perspectiva maioritariamente construtivistas (Šulovic,

2010; Silva, 2016; Rychnovská, 2014). Mas mesmo ao apresentar-se com uma alternativa, a noção de segurança sobre a qual esta Escola construiu as suas fundações parte da própria tradição realista (Šulovic, 2010), sendo que um dos seus principais autores, após questionar sobre o que é que torna um determinado assunto num assunto de segurança nacional, afirma que a resposta se encontra na conceção político-militar – usada pela corrente realista - deste termo:

[...] security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them” (Buzan *et al.*, 1998: 21).

Assim, a Escola de Copenhaga parte de uma definição de “segurança” como sendo a sobrevivência do Estado. Partindo desta conceção estatocêntrica, surge a teoria da securitização que sugere que “[...] security threats are socially constructed in a process called securitization” (Rychnovská, 2014: 11); isto quer dizer que a segurança acaba por ser uma prática social, daí o seu carácter construtivista (Huysmans, 1998).

A conceptualização de “segurança” da Escola de Copenhaga pressupõe a existência de três tipos de unidades de análise de segurança (Buzan *et al.*, 1998: 36): (1) o *objecto referente* ou o elemento que é tido como ameaçado e cuja sobrevivência é tida como necessária; (2) os *atores securitários*, que possuem o poder de declarar determinado objeto referente como ameaçado; e (3) os *atores funcionais* que são os elementos que têm a capacidade de alterar ou afectar as dinâmicas dos vários sectores e cujo seu comportamento e funcionamento são independentes dos dois elementos anteriores.

Posto isto, o primeiro passo será identificar o objeto referente e qual a questão a ser securitizada em cada sector; assim e visto que esta teoria é considerada como abrangente (Tanno, 2014; Balzacq *et al.*, 2010; Šulovic, 2010), a acção desta sofreu uma expansão nos sectores onde a sua intervenção é necessária: além do político e

do militar, juntaram-se o social, o económico e o ambiental (Buzan *et al.*, 1998). Esta expansão deveu-se ao facto de que o carácter que o objeto referente tem – bem como, por vezes, a própria questão a ser securitizada - pode ser diferente de um setor para outro, sendo que cada um terá um objeto referente e/ou questões a securitizar diferente distinto (Buzan *et al.*, 1998). Isto também quer dizer que qualquer assunto, seja este de carácter político ou não, pode ser securitizado.

Posto isto, vale a pena expor uma breve visão sobre as características relativas ao referente de cada um destes setores segundo Buzan, que postula também que não se deve olhar para estes setores como elementos isolados mas sim como elementos que cooperam entre si e que representam diferentes pontos focais dentro da problemática da segurança (Buzan, 1991: 433), embora a parte política seja uma característica transversal a qualquer um deles. No sector militar, o referente é maioritariamente o Estado e é neste sector que a securitização como processo – mesmo na sua dimensão física - está mais institucionalizada, mesmo que nem todos os assuntos militares sejam de cariz securitário. No sector político, que por vezes partilha o referente com o sector anterior, as ameaças são direcionadas maioritariamente à organização estrutural do próprio Estado, pondo em causa a sua soberania através de um ataque, por exemplo, às suas instituições.

No sector económico, existe uma maior dificuldade em identificar os objetos referentes e as questões a serem securitizadas devido a uma diferença nas posições ideológicas das entidades presentes nos mercados tanto nacionais como internacionais, não esquecendo que a competição é uma característica do mercado capitalista. No sector social, o referente é tido como uma identidade coletiva com a capacidade de agir independentemente do Estado e que se molda de acordo com acontecimentos históricos – tanto interiores como exteriores - e devido a esta característica, a identificação e distinção dos diferentes tipos de ameaça pode ser mais desafiadora, uma vez que essa identificação pode depender das elites que estão à frente dessa identidade coletiva. Por fim, no sector ambiental, existe um grande leque de possibilidades no que toca ao referente deste sector, e todos eles com uma dimensão física como por exemplo a sobrevivência de toda uma raça animal (Buzan *et al.*, 1998: 22-23).

Com estas distinções e identificações feitas, é possível afirmar que cada um destes setores tem a vista a sua própria agenda de segurança definida pelos seus atores. Posto isto, segue-se uma exposição sobre como se põe em prática o processo de securitização. Matt McDonald (2008) dá uma definição muito sucinta do que se pode entender como “securitização”:

[...] securitization can be defined as the positioning through speech acts (usually by a political leader) of a particular issue as a threat to survival, which in turn (with the consent of the relevant constituency) enables emergency measures and the suspension of ‘normal politics’ in dealing with that issue. (McDonald, 2008: 567)

Isto quer dizer que, primeiramente, o objetivo da teoria da securitização é estudar a questão da segurança através de uma conceptualização social sobre o que pode ser tido ou não como ameaça através de *speech acts*. Assim, a linguagem torna-se num mecanismo de extrema importância na teoria de securitização da Escola de Copenhaga, não só no que diz respeito à descrição de um determinado assunto ou ator como potencial ameaça bem como na ativação de medidas para lidar com ditas ameaças - que tomam a designação de “extraordinárias”, uma vez que não passam pelos canais de tomada de decisão normais e podem surgir a qualquer ponto no tempo. A Escola de Copenhaga postula então que um assunto só cai na dimensão securitária – ou seja, torna-se uma ameaça - a partir do momento em que se forma um discurso em torno do mesmo (McDonald, 2008: 568), ou seja, um determinado assunto só é tomado como ameaça a partir do momento em que a linguagem entra em cena; no entanto, isto quer dizer que não existe “ameaça” fora do discurso securitário, carece de dimensão física, e o mesmo acontece com “segurança”, que não existe fora do *speech act* (Huysmans, 1998), ou seja, não existem independentes da definição que lhes foi concedida nem do momento e contexto em que foram securitizadas.

Geralmente, os responsáveis por criar e direcionar tais discursos para as agendas de segurança designadas são as elites políticas – ou as elites que representem cada um dos setores anteriormente referidos -, os atores securitários; mas estes não são os

únicos intervenientes no processo de securitização, um outro elemento reconhecido como interventivo neste processo são as audiências, representadas pela sociedade; a sua importância parte da existência das várias realidades, contextos e situações presentes na construção e desenvolvimento da mesma, e daí surge a importância da interpretação contextual da securitização de um determinado assunto, pois o que para uma sociedade representa uma ameaça, pode não representar o mesmo para outra.

Indo por partes, os *speech acts* apresentam-se então como discursos construídos em torno de um determinado problema – político ou não - com a finalidade de o enquadrar na designação de ameaça. Este ato é visto e reconhecido como um ato intencional (McDonald, 2008; Silva, 2016; Gad e Petersen, 2011) que depende de um consenso social sobre não só o que é que pode ser ou não securitizado bem como sobre o que é que se entende por “ameaça” (Tanno, 2014) – sendo que a definição deste termo também depende não só dos contextos sociais em que se insere bem como na definição dada e reconhecida pelos próprios Estados. Em suma, é possível afirmar que os *speech acts* são “a combination of linguistic and social elements, of intrinsic features of the speech and of the group that recognizes it as valid” (Silva, 2016: 204).

Estes discursos têm uma audiência que possui a capacidade de aprovar ou não o discurso e a agenda por trás do mesmo (Šulovic, 2010); de facto, é necessária uma interpretação tanto dos discursos como das medidas para entender em que contexto são construídos e se tais construções são legítimas (Šulovic, 2010; Rychnovská, 2014), mesmo que a “[...] invocation of security has been key to legitimizing the use of force, but more generally, it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats” (Buzan *et al.*, 1998: 21); ou seja, quando a invocação do termo “segurança” está relacionada com determinado assunto, esse assunto passa a ter prioridade na procura de respostas ao mesmo em relação a outros (Silva, 2016).

Assim, o processo de securitização só é tomado como um sucesso após a aprovação pela audiência a que se dirige, sendo que esta representa um outro elemento crucial e ativo deste processo (Šulovic, 2010; McDonald, 2008; Silva, 2016; Themistocleous, 2013). Então, sucintamente, este processo tem três etapas: a primeira diz respeito ao *securitizing move* através de *speech acts*, ou seja, o enquadramento de um determinado assunto como uma ameaça existencial; a segunda etapa diz respeito à receção do anterior pelas audiências que são responsáveis pela sua validação e pelo sucesso do processo; por fim, este termina com a observação dos efeitos que as duas etapas anteriores produziram na relação entre o ator securitário e a audiência (Buzan *et al.*, 1998 *apud* Silva, 2016: 203). Todo este processo, bem como a sua aceitação, assenta em elementos contextuais que facilitam ou atrasam o seu progresso, o que aparenta ser a justificação para a validação ou não de determinados *securitizing moves* ou mesmo a validação de uns em detrimento de outros (Šulovic, 2010; McDonald, 2008). Por exemplo, a aceitação de um *securitizing move* pode depender da posição na hierarquia política do ator securitário e do facto de este poder ser ou não uma voz dominante na definição de “segurança” (Buzan *et al.*, 1998: 31).

Em suma, a teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhaga parte da construção social do que pode ser entendido como segurança, bem como uma ameaça através de um discurso pelo ator securitário e que pode ser aceite e validado pela audiência à qual o mesmo é dirigido e, dependendo dessa aprovação, a recorrência ao uso de medidas extraordinárias com a finalidade de colocar um fim à dita ameaça é legitimada. (Buzan *et al.*, 1998; Šulovic, 2010).

Mas esta não está isenta de críticas, sendo uma delas exatamente a exclusividade do uso da linguagem como forma de *securitization move*, pois reduz esta ao único método utilizado pela Escola de Copenhaga para a passagem de significados e contextos securitários (McDonald, 2008). Uma outra crítica apontada seria que a securitização surge com a falha dos canais políticos regulares das democracias liberais em lidar com determinados assuntos, exigindo assim uma manobra mais

pesada e urgente na solução e neutralização de potenciais problemas (Šulovic, 2010).

Um exemplo de um assunto que é extremamente explorado no campo dos Estudos para a Segurança é exatamente a (i)migração, sendo mesmo elevado do nível doméstico para o nível internacional como uma das principais preocupações tanto das sociedades como dos Estados (Huysmans, 2002; Themistocleous, 2013; McDonald, 2008). Tornar a (i)migração num tema a ser securitizado pode ser em si mesmo um problema, tanto que a securitização desta pode cair numa generalização que não reconhece os vários tipos e panos de fundo dos (i)migrantes que se deslocam para um outro país, o que contribui para, por exemplo, o aumento de situações de racismo e xenofobia em comunidades locais (Themistocleous, 2013). Cada vez mais a migração tem vindo a tornar-se numa questão de securitização e, numa sociedade democrática, este foco deve-se aos interesses (Bigo, 2002) não só dos atores securitários como também dos indivíduos de uma sociedade; estes interesses passam pela manutenção e proteção da ordem pública bem como interesses políticos, como a manutenção do controlo fronteiriço (Huysmans, 2000; Bigo, 2002). Aliado a isto, a securitização da (i)migração exige a movimentação de instituições e recursos para lidar com os problemas postos por este tema (Huysmans, 2002) de modo a evitar possíveis conflitos e falhas em termos de infraestruturas para receber tais indivíduos.

Inseridos neste leque de interesses, a migração foi tomada como um dos fatores responsáveis pelo o enfraquecimento da tradição nacional e homogeneidade social, pondo em causa o “bem-estar” e a composição estrutural, social e cultural de um país (Huysmans, 2000). Isto levou a que, a questão da migração passasse a constituir um problema de segurança, que pôs em movimento a formulação de um conjunto de medidas e discursos para a restrição do movimento livre dos migrantes, passando por processos políticos de averiguação, controlo, seleção, regulação e organização dos potenciais migrantes, neutralizando assim, possíveis ameaças e perigos. Com a securitização da migração, as políticas migratórias passaram, então, a assumir um carácter de políticas de segurança destinadas à proteção estrutural,

social e política do Estado e, por extensão, da sociedade que está sob a sua alçada. “So, migration is always understood, through the categories of the national and the state, as a danger to the “homogeneity of the people.” The activation of the term migrant in im-migrant is by definition seen as “something” destructive” (Bigo, 2002: 67). Isto significa que o migrante é tomado como “o outro”, o outro que é diferente, que se apresenta como ameaça à coesão estrutural da sociedade e do Estado; um outro sem cara, cuja sua origem se torna um problema, podendo mesmo ver a sua identidade negada.

Relembrando, a teoria da securitização da Escola de Copenhaga postula que os atores securitários, através dos *speech acts*, possuem o poder de tomar um assunto – político ou não – num assunto que recaia na dimensão da segurança como uma ameaça. É preciso manter em consideração que “segurança” num contexto social e num contexto securitário podem ter significados diferentes, no entanto, um apelo a um entendimento comum sobre o significado da mesma pode ser um dos métodos usados na construção do discurso securitário. Um outro método que pode ser usado é o recurso ao exagero e ao dramatismo, onde o assunto será dramatizado com a finalidade de transmitir uma ideia de urgência e receio (Buzan *et al.* 1998), com será por exemplo, o uso do sensacionalismo sobre o tema da violência. Este discurso foi desenvolvido e direcionado para uma audiência responsável pela sua validação. Assim que conseguida, são legitimadas e colocadas em movimento medidas “extraordinárias” para resolver e neutralizar a ameaça construída e toma-se assim o processo como um sucesso.

1.3. Violência e (in)segurança

“Violência” está intimamente relacionada com a noção e a garantia de (in)segurança. No contexto desta dissertação, a violência é entendida como elemento de garantia de segurança e de insegurança dependendo do referente de segurança escolhido tendo expressões a três níveis – direto, estrutural e cultural (Galtung, 1969, 1990).

Considerado como pioneiro nos estudos da paz, Galtung considera que uma definição específica e concreta do conceito de “violência” não será de realização fácil nem será, possivelmente, satisfatória na sua totalidade, devendo-se tal às várias dimensões deste conceito. Inicialmente, este autor parte de uma definição da violência que a visualiza como sendo “the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is” (Galtung, 1969: 168). Quer isto dizer que a violência surge como sendo a causa da diferença entre uma situação de carácter potencial ou possível – que poderia ser, por exemplo e dependendo do contexto, a mais benéfica - e o que se processa numa situação em contexto real – cujo resultado pode ser o mais negativo e o contrário do que é representado pela situação potencial -, e quando o potencial se apresenta como superior ao real e este é evitável, então pode-se afirmar a existência de violência (Galtung, 1969), ilustrando então a violência como um produto da diferença entre a condição que é oferecida a grupos ou indivíduos e a condição potencial que é aquela que os próprios grupos e indivíduos percebem como uma situação confortável, desejável, segura, sem ameaças. Esta discrepância pode decorrer de vários fatores e sobretudo exteriores, mas também interiores.

Galtung apresenta três tipos de violência: (1) a violência pessoal ou direta, (2) a estrutural e a (3) violência cultural. A violência direta é um tipo de violência que é facilmente observável e identificável e que exige uma relação causal, ou seja, exige a existência de um ou mais agentes que perpetraram um ato violento, independentemente dos meios usados, contra uma ou mais vítimas (Galtung, 1969),

é um ato de agressão intencional com um objetivo, seja ele fácil de identificar ou não. De notar que os danos causados por este tipo de violência podem ser físicos e/ou psicológicos.

Em contraste, a violência estrutural não se dá no plano físico, embora possa ter implicações no mesmo, dá-se ao nível da estrutura social, económica e política - é processual e traduz-se numa multiplicidade de situações que possuem uma base comum, a desigualdade (Galtung, 1969: 175). É um tipo de violência onde a relação agressor-vítima-método de agressão não é clara nem de fácil identificação, onde a violência está de tal forma embutida na estrutura que a sua manifestação se dá, como já referido, em situações de desigualdade - no acesso a recurso, oportunidades, riqueza, ... - (Galtung, 1969: 171).

A violência cultural é definida como sendo “any aspect of a culture that can be used to legitimize violence in its direct or structural form” (Galtung, 1990: 291), ou seja, é todo um sistema de normas e comportamentos que conferem legitimidade social para a prática de atos violentos contra um determinado alvo.

Ou seja, este tipo de violência visa legitimar os anteriores, a violência cultural. Com este terceiro elemento, Galtung criou um triângulo entre estes elementos afirmando que além de legitimar os dois primeiros, a violência cultural “makes direct and structural violence look, even feel, right - or at least not wrong” (Galtung, 1990: 291), o que não deixa de ser um aspeto problemático.

Partindo desta definição inicial, Galtung considera que este conceito possui seis dimensões importantes e que todas contribuem para uma compreensão de cada acontecimento e situações que engloba. Uma primeira dimensão diz respeito à distinção entre a violência física e a violência psicológica, apontando a necessidade de distinguir os danos causados ao corpo e os danos causados à mente (Galtung, 1969: 169); uma segunda dimensão diz respeito a abordagens de influência positiva ou negativa, onde um indivíduo pode ser influenciado com ameaça ou recompensa; a terceira dimensão lida com a existência de ameaça de violência, seja física ou psicológica; a quarta dimensão aborda a existência de um sujeito que age; a quinta

dimensão refere-se à intenção por trás do ato perpetrado, se a violência praticada foi intencional ou não; e por fim, a sexta e última dimensão diz respeito à distinção e relação entre a violência manifesta – que é observável e resulta de uma ação, seja direta ou indireta – e a violência latente – não visível, ou menos visível, mas cuja possibilidade de ser tornar observável existe -, sem esquecer que uma se pode tornar na outra (Galtung, 1969; 1990). Assim, através da análise destas dimensões quando aplicadas a uma determinada situação, é possível identificar o tipo de violência presente.

Galtung chama também à atenção para o facto de tradicionalmente as atenções estarem direccionadas mais para a violência direta do que para a estrutural exatamente devido à diferença do carácter observável de cada uma, afirmando também que não se deve assumir que a violência estrutural causa menos dano que a violência direta, uma vez que a possibilidade de esta se sobrepor à primeira existe e não há nada que garanta que, de facto, a segunda possa causar mais sofrimento que a primeira (Galtung, 1969). Estes dois tipos de violência relacionam-se, podem existir os dois, pode existir só um, podem transitar de um para outro.

De notar que o que é violência direta, estrutural e cultural para uns pode ser a garantia (direta ou indireta) de segurança para outros. Se a definição de ameaça e segurança dependem do sentido social que lhes é conferido, o mesmo acontece com insegurança. Segurança nem sempre implica paz, da mesma forma que insegurança nem sempre implica violência; na verdade, segurança pode implicar o uso de violência contra terceiros, incluindo, em casos extremos, a sua aniquilação.

O próprio ato de securitização pode implicar o uso de violência para neutralização das ameaças projetadas. Estas nuances dependem de vários fatores, são uma variável e não uma constante. Da mesma forma que como reação ao mesmo assunto mas em espaços temporais diferentes, o recurso à violência pode estar ou não presente, daí a importância do contexto e das perceções do mundo, da realidade e dos seus conceitos.

2. Liberalismo: entre a plataforma ideológica e o contexto político que dita as regras do jogo

Com uma vasta tradição desde o Iluminismo, o Liberalismo tem como elementos centrais o indivíduo, a sua liberdade, a sua autonomia e os seus direitos (Doyle, 2008). Como teoria das Relações Internacionais, esta teoria ganhou mais força e tração após o final da Guerra Fria, surgindo aliado à forte crença na construção de uma nova ordem política, social e económica mundial marcada por um otimismo quase radical (Messari e Nogueira, 2005). No entanto, não se deve esquecer que a sua tradição foi também marcada por tensões entre os seus próprios ideais e valores, bem como entre os seus métodos e resultados, que por vezes se apresentavam como contraditórios (Doyle, 2008; Richardson, 2002), mas que conhecem também resultados positivos. A preocupação com o indivíduo e com a sua proteção, tanto ao nível doméstico como ao nível internacional, permitiu a criação de um panorama onde os agentes e a estrutura podem interagir mutuamente e cujo o foco está nas ações e interações de ambos (Richardson, 2002). A partir deste panorama geral, o Liberalismo divide-se em várias vertentes como a política, económica e até mesmo moral – na medida que promove igualdade de oportunidades e a promoção dos direitos que conferem essa mesma igualdade e liberdade (Doyle, 2008).

O desenvolvimento desta teoria é direcionado para ambas dimensões doméstica e internacional – uma vez que, regra geral, um se traduz no outro -, sendo uma das suas principais questões a constituição de um sistema internacional que seja mais cooperativo e menos conflituoso, bem como a constituição de estruturas que permitam essa mudança (Messari e Nogueira, 2005; Seixas, 2013). Dois elementos parecem surgir como resposta a esta questão, a democracia liberal e a economia de mercado, sendo que a primeira tende a produzir políticas externas consideradas pacíficas - e consequentemente, a tendência para entrarem em conflitos diminui -, e a segunda refere-se ao facto de que nos Estados em que o livre-comércio está estabelecido, ao longo da sua existência e manutenção, estes adquirem o poder de promover a democracia (Mandelbaum, 2002). Afirma também que tanto as políticas internacionais como as políticas domésticas dependem de uma base

económica sólida e que o seu futuro será ditado pela organização que os próprios estados farão do seu livre-comércio (Mandelbaum, 2002: 11). Mesmo tendo em conta a importância deste pilar para o Liberalismo, para esta dissertação, o foco está na democracia liberal.

Começando por dar mais ênfase à faceta doméstica desta teoria, faz então todo o sentido afirmar que a importância de uma sociedade onde existam condições para suportar a liberdade e o progresso dos seus indivíduos bem como de si própria é um fator crucial para os liberais (Moravcsik, 1997, 2008). A tradição liberal é vasta e desafiante e em certas instâncias esta teoria quase que resistia a uma definição concreta devido às várias facetas que tomava (Haar, 2009; Richardson, 1995). Para efeitos metodológicos, a faceta que interessa sublinhar e que serve de base, neste caso, será a faceta dedicada à relação entre o Estado e os indivíduos de uma sociedade que se afirme e seja entendida como sociedade liberal, isto é, uma sociedade onde é valorizado um especial cuidado com o indivíduo na sua racionalidade e liberdade, portador de direitos e interesses bem como uma relação de proteção e segurança face ao Estado e de representatividade face aos governos eleitos (do Couto, 2012; Bobbio, 1990).

De um modo geral, a teoria liberal parte de uma visão da natureza humana que embora sendo flexível e facilmente adaptável a determinadas circunstâncias, necessita das relações sociais para sobreviver, tendo em conta que os indivíduos têm uma resposta mais positiva se se encontrarem em situações onde a sua liberdade e os seus direitos são garantidos (Haar, 2009). Isto quer dizer que numa sociedade liberal, os indivíduos que a integram possuem já um conjunto de direitos e interesses que devem ser protegidos e perpetuados, portanto, tornam-se atores sociais que participam ativamente na construção e reconstrução da entidade que se torna responsável pela defesa desses mesmos direitos e interesses, o Estado (Moravcsik, 1997).

Mesmo com um foco quase central nos interesses dos atores sociais (Moravcsik, 2008), a relação com o Estado tem especial importância na teoria liberal, porque

mesmo estando sujeito a mudanças e reconstruções constantes, o Estado é a entidade responsável por defender os cidadãos de ameaças tanto exteriores - como por exemplo invasões - como interiores - proteção contra agressões por parte de outros membros da mesma sociedade -, por criar condições de igualdade de oportunidades, e por fim criar espaços dedicados a empregar os seus indivíduos (Haar, 2009; Messari e Nogueira, 2005; Moravcsik, 1997). Mas sendo essa a função do Estado, não é praticada sem dificuldades e estas derivam da multiplicidade de categorias - como por exemplo, económica e política - atribuídas a esses mesmos direitos (Gismondi, 2008). Edwin van de Haar afirmou até que se podem distinguir os vários tipos de liberalismo com base numa “scale of the permitted level of state influence in the life of the individual and differences between views of human nature” (Haar, 2009:19).

Então, com valores como a igualdade jurídica, a liberdade e o individualismo, e com a finalidade de projetar esses mesmos valores na esfera internacional (Dunne, 2001; Haar, 2009), o Liberalismo é a segunda escolha para uma análise composta. A sua importância e pertinência nesta dissertação é devida à defesa de três pontos essenciais: (1) a igualdade dos indivíduos, (2) a possibilidade e capacidade de os mesmos tomarem decisões por si sem depender de terceiros, (3) a preocupação e procura da construção de uma sociedade onde existam condições propícias ao cultivo da liberdade dos seus indivíduos, e na (4) proposta como modelo de estruturação política da sociedade a democracia liberal representativa em que não só são os cidadãos que escolhem, através de eleições, não só quem os representa, aos seus interesses e direitos, como quem é responsável pela proteção dos mesmos (Messari e Nogueira, 2005).

Posto isto, existe um sistema de governo composto que aparenta possuir estas características e seria um suporte ideal para a existência de uma sociedade que seja denominada de liberal e, portanto, há que sublinhar a ligação desta teoria com esse sistema: a democracia liberal. Marc Plattner (1998) chama à atenção para a natureza composta deste conceito - afirmando que “democracia” é referente à governação pelos indivíduos e “liberal” é referente à forma como essa governação é praticada -

e para o facto de apesar de serem elementos distintos, alimentam-se um ao outro, mas, de facto, nem todas as democracias são classificadas como democracias liberais (Navari, 2013). Seixas afirma que “a democratização já não é considerada apenas enquanto estabelecimento de instituições democráticas, mas centra-se numa preocupação com a sua sustentabilidade, sendo que os novos critérios democráticos se relacionam muito mais com a cultura e sociedade, do com processos políticos formais e instituições” (Seixas, 2013: 92), o que auxilia na justificação da escolha desta teoria para uma análise combinada. Em termos metodológicos, é isto que se procura definir, um sistema que permita a existência pacífica entre os indivíduos e o Estado, bem com uma relação de proteção e garantia de direitos e liberdades, o que idealmente, se verificaria numa democracia liberal. A relação com o Estado mais aberta e pacífica, sendo o seu papel como protetor dos indivíduos que o constituem reconhecido através da construção de instituições com esse objetivo, garantindo uma participação ativa dos cidadãos na vida política. Aliado a isto, a liberdade dos indivíduos não só deve ser protegida como deve ser promovida bem como os seus direitos e preocupações ouvidas e respondidas por parte do Estado, permitindo a sua continuidade, porque da mesma forma que os indivíduos permitem a existência de um Estado, esses mesmos indivíduos possuem o poder de o destronar. Até agora, o que foi descrito seria o ideal da democracia liberal, no entanto, esta aparenta possuir mais poder do o considerado, mas esse próprio poder pode tornar-se problemático, uma vez que ao mesmo tempo que tenta garantir a soberania dos seus indivíduos, tenta também restringir essa soberania (Plattner, 2010).

Posto isto, é exatamente na existência da democracia liberal que se dá o cruzamento do Liberalismo e do Construtivismo tão essencial para o desenvolvimento desta dissertação. Sendo o Homem um ser existente dentro da sua própria realidade, quer seja seu desejo ou não, vive inserido numa sociedade. Nessa, formam-se relações, abrem-se caminhos para convivências, constroem-se padrões de comportamento, valores e costumes, experiencia-se a realidade construída e todas as oportunidades que proporciona, com a finalidade de poder transmitir tudo o que foi construído para gerações futuras, o que significa que a informação adquirida através de todos estes processos não só constitui um elemento de valor inestimável como também

representa um ganho social e económico. Esta informação é útil tanto para os indivíduos como para o Estado, uma vez que ambos fazem uso da mesma e este uso processa-se através dos meios de comunicação social. Este é o tipo de interações que se processam numa democracia liberal, permitindo a interação entre o Estado e os indivíduos que protege, com a finalidade de adquirir validação e perpetuação. Assim, deve-se questionar qual a plataforma que torna possível estas relações e é aí que entra a Opinião Pública, sendo a existência desta entidade a motivação para a escolha das duas teorias apresentadas anteriormente.

Então, relativamente ao Liberalismo, é necessário sublinhar que para esta dissertação, o foco será no seu nível doméstico e recai na faceta dedicada à relação entre o Estado e os indivíduos de uma sociedade onde se exerça um especial cuidado com os indivíduos, onde exista uma atenção do Estado em relação aos seus direitos, liberdades e interesses. Esta teoria postula que os indivíduos, embora com boas capacidades de adaptação às mais variadas situações, têm uma resposta mais positiva às várias situações se a sua liberdade e direitos forem garantidos. Numa sociedade liberal, os indivíduos tornam-se atores sociais com a finalidade de construir e reconstruir – se necessário - a entidade que permite a proteção - contra ameaças físicas externas ou internas, ideológicas ou projetadas - e perpetuação de si mesmos e desses elementos, o Estado. O Estado é então a entidade que procura a defesa dos indivíduos que o constituem, uma vez que ao garantir a segurança dos seus constituintes, garante a sua própria segurança e sobrevivência; a segurança do Estado estende-se à segurança da sociedade que está sob a sua proteção.

2.1. *Média, Opinião Pública e legitimação*

Em contextos de democracia liberal, onde a participação dos cidadãos na política é uma das pedras angulares, o conceito de Opinião Pública é central, particularmente quando se explora a relação entre media e construção de discursos e decisões governamentais (legitimadas ou contestadas pelo povo dentro e fora de períodos eleitorais).

Diz Nilza Mousinho de Sena (2007) que nas sociedades democráticas, a Opinião Pública aparenta ter especial importância, não só porque a sua função mais simples e primária será atuar como um meio de comunicação entre os governantes e os governados, bem como ao mesmo tempo ser considerada como uma força de carácter abstrato que carece de previsão de uma forma institucionalizada por parte de qualquer constituição, sendo mesmo considerada como existente e como um elemento “*implícito de todas as democracias*” (Sena, 2007: 1). Já Walter Lippmann chamava também à atenção para a importância deste conceito para a democracia, no entanto, afirmava também que a legitimidade de Opinião Pública poderia ser posta em causa pois acreditava que a realidade que podia ser conhecida não era a realidade concreta e “*real*”, mas sim apenas uma ideia da mesma (Lippmann, 1922), o que pode pôr em causa todo o sistema político e a dimensão social.

Vale a pena, então, explorar e abrir este conceito. É no século XVIII que o termo “*Opinião Pública*” é cunhado como um conceito político que derivou da junção das tensões e revoluções características do início da época moderna com a filosofia iluminista (Borges, 2014). Seria importante uma definição clara e distinta que suscitasse consenso, mas tal ainda não foi conseguido. Uma definição concreta do conceito, apesar de útil, apresenta vários desafios e um, por exemplo, é devido à ambiguidade intrínseca da sua designação, uma vez que ao juntar os termos “*opinião*” e “*público*”, “*posiciona-se, em simultâneo, aos níveis individual e coletivo*” (Borges, 2014:87). Já João Esteves Pissarra (2010) afirmava que o maior desafio estaria relacionado “*com a própria forma concreta da Opinião Pública, enquanto realidade social, política e histórica muito imprecisa e instável [...]*”

(Pissarra, 2010: 1). Da mesma forma que existem obstáculos à sua definição, será também um erro comum tomar a opinião pública como uma simples junção de todas as opiniões de uma sociedade (Borges, 2014; Sena, 2007), ou seja, como uma opinião cuja formação dependeria única e exclusivamente de números.

Para o desenvolvimento desta dissertação, a definição de Opinião Pública escolhida é a apresentada por Nilza Mouzinho de Sena (2007) que a define como sendo um conjunto de opiniões cujo alvo são os assuntos de interesse nacional e cuja expressão pelos indivíduos é livre e pública, não esquecendo que embora estes indivíduos não participem no governo, solicitam o direito de influenciar as ações tomadas pelos seus governos. Tendo esta definição em consideração, é necessário averiguar a importância da mesma para a legitimação de medidas tomadas pelos governos dos Estados. Para começar, é necessário considerar que a Opinião Pública existe lado a lado com uma outra entidade denominada de esfera pública, cuja definição foi trabalhada por Jürgen Habermas (1962) como o cenário que deu origem à Opinião Pública e onde o papel dos meios de comunicação social – *mídia* - foi extremamente importante para o seu desenvolvimento. Entenda-se então, a esfera pública como sendo um espaço discursivo ou comunicativo que através da interação discursiva entre os indivíduos, dá origem à Opinião Pública e cuja segunda função passa por ser um elemento de mediação entre o sistema político e o mundo e realidade onde se insere, com a finalidade de auxiliar na deteção possíveis problemas (Borges, 2014).

Ora, certamente, há que considerar que se a esfera pública serve de pano de fundo para a construção da Opinião Pública e age como forma de deteção de possíveis problemas a corrigir, então é possível afirmar que, sendo uma ligação entre a sociedade e o seu Estado, a Opinião Pública possui a capacidade de se fazer ouvir e transmitir as preocupações de toda uma sociedade ao governo que deverá ser responsável pela resposta a possíveis anomalias que possam existir. Da mesma forma que funciona como um veículo de informação para o governo, esta também pode mover-se no sentido inverso, na medida que os mesmos recorrem regularmente à Opinião Pública para procurar aprovação e legitimação das suas

ações face a um determinado assunto, bem como absolvição relativamente a possíveis erros que possam ser cometidos (Sena, 2007).

Um outro aspeto de especial importância diz respeito à presença dos média na esfera pública e como é que essa presença catapultou o crescimento da Opinião Pública. Os *média* são um contributo, não operam num meio vazio e possuem o poder de criar um aparato com a capacidade de propagar ideias, culturas, preocupações e todo um leque de outros elementos que nenhuma outra estrutura consegue fazer na sua individualidade (Longhi, 2016). Ou seja, sem os *média*, não há transmissão de informação e, certamente, não existirá Opinião Pública, simplesmente porque não existe forma de transmitir o conhecimento necessário para formar (novas) ideias e interpretações, o que levaria a um possível estado de estagnação. Assim, segue-se uma apresentação sobre a forma de operação dos meios de comunicação social e sobre a sua influência na sociedade, na Opinião Pública e no Estado.

“The mass media serve as a system for communicating messages and symbols to the general populace. It is their function to amuse, entertain, and inform, and to inculcate individuals with the values, beliefs, and codes of behavior that will integrate them into the institutional structures of the larger society.” (Herman e Chomsky, 1988: 61).

Os meios de comunicação social são um elemento crucial na escolha, tratamento e transmissão de informação a nível local, nacional e internacional, ao mesmo tempo que condicionam a forma como interpretamos o mundo e os seus atores (McCombs & Shaw, 1972; Colling, 2001; Entman, 1993). Mas antes da observação da influência dos mesmos na sociedade e na Opinião Pública, será necessário averiguar como se dá o processo da transmissão de informação. A transmissão de informação passa por três etapas: *agenda-setting*, *framing* e *gatekeeping*. Não se pode dizer que existe uma etapa mais importante da outra pois cada uma possui a sua importância e são etapas que se complementam umas às outras.

Relativo ao *agenda-setting*, cujos pioneiros no seu estudo foram Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), tem-se que os *média*, de uma forma muito

sucinta, transmitem ao consumidor não o que deve pensar – embora possa haver uma tentativa de tal - mas sim os assuntos *sobre os quais o consumidor deve pensar*. Querirá isto dizer que é certamente possível que exista uma predisposição dos consumidores para atribuírem um grau de importância aos assuntos de acordo com a cobertura dada pelos *mídia*, ditando assim, o que se torna de interesse ou não (McCombs e Shaw, 2000; Colling, 2001).

O processo de *Framing* refere-se ao enquadramento da informação, onde ocorre uma seleção de certos aspetos da realidade que sejam considerados importantes - e portanto, com um carácter mais saliente – através de métodos discursivos, como o recurso a palavras-chave, com a finalidade de construir argumentos face a um determinado assunto (Entman, 1993; Gradim, 2016). O *framing*, então, tem como objectivo proporcionar um enquadramento face a um certo assunto que auxiliará no entendimento – ou mesmo desentendimento – de um assunto que seja transmitido aos consumidores, auxiliando também o objetivo do *agenda-setting*.

Por fim, mas certamente não menos importante, a teoria de *gatekeeping*, que explica o processo através do qual a *agenda-setting* e o *framing* acontecem. Nelson Traquina (2002) afirma que o *gatekeeper* é o jornalista cuja função é tomar “uma decisão numa sequência de decisões” (Traquina, 2002: 77), então, *gatekeeping* é referente ao processo de escolhas realizadas através de *gates*, que são espaços dedicados á decisão de quais as notícias que são transmitidas pelos jornalistas ou não (Traquina, 2002). Ou seja, será o jornalista torna-se pessoalmente responsável pela seleção e transmissão da informação, sendo que pode, por exemplo, recusar-se a escolher um determinado assunto.

Com estes três elementos delineados, é possível então fazer uma breve análise face ao peso que os *mídia* têm na construção da realidade. É também aqui que se encontra o cruzamento dos mesmos com as duas teorias acima exploradas e a Opinião Pública. Avançando por partes, os *mídia* são os meios de difusão da informação (Lippmann, 1922) – jornais, rádio, televisão, entre outros – que fazem parte do mundo e da realidade, representando também toda uma dimensão

economia – o que se torna um elemento importante no livre-comércio, onde a informação pode ser mais valiosa que as matérias. No entanto, estes aparentam possuir o poder de alterar a forma como a realidade é vista, seja num todo ou em partes, pois a realidade estando aberta à interpretação (Jackson, 2005), está certamente aberta a uma possível alteração ou manipulação, neste caso, perpetrada pelos *média* (Ramonet, 1999). Da mesma forma que a Opinião Pública pode ser moldada pela realidade, ou pelas realidades de cada indivíduo, esta pode ser também moldada pelos *média*, na medida que estes têm o poder de transmitir a informação que pode transformar uma realidade. Assim, a transmissão de um certo tipo de informação e de uma certa forma, pode alterar a realidade ao ponto de alterar a própria Opinião Pública. Resta questionar qual o impacto destas considerações na política, mais concretamente, na relação entre o governo, os seus indivíduos e a Opinião Pública.

Um exemplo disto é a menção feita a um pormenor interessante na primeira parte deste capítulo levantado por Steffano Guzzini (2000) relativamente ao facto de os jornalistas só cobrirem determinada história ou assunto se a sua segurança estiver garantida. Numa primeira observação, as conclusões que se podem tirar desta afirmação são, certamente, obscuras. Da mesma forma que a informação transmitida é suscetível de ser manipulada, censurada ou alterada - quer pelas autoridades quer pelos próprios jornalistas - (Ramonet, 1999), é seguro dizer que o mesmo pode ocorrer com os indivíduos responsáveis por fazer passar a informação, também eles são suscetíveis a subornos, ameaças e manipulação caso a informação que reportem for contra os interesses que motivam a transmissão de determinado assunto de determinada forma.

Sonia Livingstone (1994) chama à atenção para a importância do papel dos *média* no processo político, afirmando que estes servem de mediadores de comunicação cuja finalidade é ganhar o consentimento da sociedade. Suportando também esta ideia, Maxwell McCombs e Donald Shaw, por exemplo, afirmam que durante as campanhas eleitorais, o alcance dos candidatos aos eleitores é maior quando os primeiros fazem uso dos meios de comunicação social, o que significa que a

informação transmitida pelos mesmos acaba por se tornar o único contacto que os eleitores têm com a política em geral, como ilustrado pelo estudo que foi feito por estes autores durante a campanha presidencial americana de 1968, onde verificaram também que os *média* tiveram impacto não só nos consumidores como também nos candidatos (McCombs, Shaw; 1972). Isto significa que não são apenas os indivíduos que fazem uso dos *média*, os governos também fazem esse uso que não se reduz apenas para tomar conhecimento do que se passa a nível internacional. O governo fará uso dos *média* também para transmitir informação aos seus governados, o que significa que também poderá fazer uso desse poder, já intrínseco, destes meios de comunicação (Pimenta, 2007).

Se os governos muitas vezes recorrem à Opinião Pública para legitimar a sua tomada de decisões (Sena, 2007), fará todo o sentido considerar que, ao usufruir do poder dos *média*, o governo possuirá uma plataforma que possa ajudar nesta tarefa. Ao obter acesso ao poder destes meios de difusão de informação, o governo poderá criar um cenário onde as decisões tomadas seriam do interesse nacional, auxiliando na justificação da tomada destas decisões e isto porque, a opinião pública formada em torno de uma notícia transmitida, ao existir numa realidade socialmente construída, está também aberta à interpretação (Jackson, 2005).

3. Violência nos *Média*: das representações aos potenciais impactos

Como grande parte dos termos antes apresentados, a definição do que se entende por “violência” não é diferente: não é estática, está em constante mudança e depende do contexto social a que está vinculada, constituindo também um elemento que, através de concepções do senso comum, deve ser erradicado (Miranda, 2011).

O tema da violência tornou-se num tema interdisciplinar passando pela dimensão política, pelos *média*, pela dimensão académica e pelo senso comum presente nas sociedades, o que lhe confere dificuldade numa definição conclusiva (Porto, 2002; Miranda, 2011). A sua definição depende da construção que uma dada sociedade lhe confere, o que significa que depende da natureza da mesma, do contexto e do momento ao qual essa definição é vinculada, independentemente da causa (Porto, 2002). Posto isto, é possível afirmar que o que se considera como “violência”, num possível entendimento geral, depende do processo de socialização. Um dos auxiliares a esse processo de socialização é a existência do espaço discursivo entre os indivíduos denominado de esfera pública – tratado no capítulo anterior - onde o papel dos meios de comunicação social foi importante para o seu desenvolvimento, o que pressupõe que estes são também, então, uma parte do processo de socialização, bem como a existência da Opinião Pública.

Cada vez mais, os *media* fazem parte do quotidiano dos indivíduos, inclusive assumindo um papel central no entendimento e consciência sobre determinados assuntos, bem como sobre o sistema de crenças e valores dos próprios indivíduos (Huesmann, 2007; Bastos e Ristum, 2003), desde o lazer até à transmissão informação sobre acontecimentos de qualquer cariz à volta do globo, o que significa que a exposição a assuntos relacionados com a violência se torna algo inevitável (Brown, 1996). Devido a este crescente impacto no quotidiano e na vida pública, surgiu a preocupação sobre se a violência reportada nos *média* tem o poder de criar violência num contexto real (Brown, 1996). Interessa, no entanto, salientar aqui que o foco não está na vertente psicológica desta relação, mas sim nas vertentes social e política, tanto que o estudo sobre os efeitos dos *média* começou a concentrar-se na relação entre estes, o público e a política (Livingstone, 1996).

Como anteriormente referido, são três as etapas da transmissão de informação: (1) *agenda-setting*, onde os *mídia* transmitem ao consumidor não o que deve pensar mas sim os assuntos sobre os quais o consumidor deve pensar ditando assim a direção de possíveis interesses; (2) *framing*, que diz respeito ao enquadramento da informação que facilita no entendimento, ou mesmo desentendimento, de um assunto que seja transmitido; e (3) *gatekeeping* que se refere ao processo de decisão sobre o que é ou não é transmitido. De facto, a extensão desta influência pode produzir efeitos nas audiências e, por vezes, nas próprias entidades que pretendem transmitir uma dada informação. Mantendo estas etapas em mente, é possível afirmar que toda a informação que é transmitida às audiências foi já tratada e filtrada segundo um conjunto de interesses, políticos ou não. Isto significa que a informação que é transmitida vem já carregada com “concepções e interpretações dos fatos” (Bastos e Ristum, 2003: 187), revelando parcialidade, mesmo que numa quantidade mínima.

Esta transmissão parcial pode ser problemática. Certamente, os *mídia* não são um meio exclusivo de obtenção de informação, uma vez que é possível obter conhecimento através de situações experienciadas pessoalmente, ou seja, em primeira mão (McCombs e Reynolds, 2009), mas esta parcialidade pode potencialmente moldar entendimentos, consciências e ações perante um determinado assunto - o que pode ser ampliado a toda uma realidade -, uma vez que os *mídia* são uma fonte informativa que abrange todos os escalões sociais (Bastos e Ristum, 2003), bem como os políticos, o que pode implicar todo um conjunto de mudanças na realidade experienciada. Aliás, Tony Bennett (1982), sumariza este processo de uma forma muito simples:

For to suggest that the media should be viewed as ‘definers of social reality’ is to suggest that what ‘events’ are ‘reported’ by the media and the way in which they are signified have a bearing on the ways in which we perceive the world and thus, if action is at all related to thought, on the ways in which we act within it. It is to affirm that the media are agencies of mediation, that in reporting events they also propose certain frameworks for the interpretation of those events, moulding or structuring our consciousness in ways that are socially and politically consequential. (Bennett, 1982: 286)

Como já visto, num contexto político de uma democracia liberal, a legitimação da tomada de decisões políticas pode feita através do recurso à opinião pública que é conhecida e moldada por meio dos *média*. De facto, segundo uma agenda política, o governo pode transmitir mensagens de teor informativo e até mesmo persuasivo através das plataformas providenciadas pelos meios de comunicação convencionais (Blumler e Gurevitch, 1982); ou seja, o carácter da mensagem transmitida pode estar velado, e o que aparenta ser liberdade de escolha é, na verdade, uma influência escondida. Portanto, mais que mediadores entre a política e a sociedade, podem tornar-se mecanismos de persuasão velada. Mas da mesma forma que esta consideração pode ser problemática, pode também ser positiva na medida em que, por exemplo, o potencial dos *média* pudesse ser usado para a difusão de temas como educação cultural e cívica (Blumler e Gurevitch, 1982: 239). Assim, as mudanças na realidade podem não possuir sempre uma conotação de negatividade.

Uma das preocupações centrais da abordagem dos *média* à violência recai na potencialidade de o facto do tratamento da violência por parte dos mesmos pode originar comportamento violento ou agressivo (Sparks *et al.*, 2009; Brown, 1996). Na transmissão de temas conectados com a violência, é preciso ter sempre em conta o contexto e a forma como a situação em torno desse foi colocada, bem como a capacidade de um indivíduo de conseguir discernir sobre o que é real ou não e o que é justificado ou não (Brown, 1996) - sem esquecer que, ao existir uma multiplicidade de contextos e realidades pessoais, o que pode ser considerado como violento para uns, pode não o ser para outros.

O tratamento deste tema parece estar regularmente associado ao sensacionalismo, à dramatização (Miranda, 2011), o que pode levar a um questionamento sobre o que é que na notícia são realmente factos reais ou interpretações já construídas pelos *média*. Por sensacionalismo entenda-se “as a type of editorial bias in mass media in which events and topics in news stories are over-hyped to increase viewership or readership figures” (Udeze e Uzuegbunam, 2013: 71), ou seja, o sensacionalismo representa um tipo de construção de notícia ou narrativa sobre um determinado

assunto que visa causar impacto – negativo ou positivo – na audiência de modo a chamar à atenção para o mesmo. Posto isto, o sensacionalismo pode constituir um problema: tem o poder de distorcer a realidade de uma situação de modo a criar sentimentos de medo ou expectativa – muitas vezes desnecessários e desproporcionais à realidade – mesmo que a sua causa seja benigna (Ransohoff e Ransohoff, 2001); este elemento não constitui uma novidade e é maioritariamente associado com *tabloids* e a um declínio da qualidade jornalística (Udeze e Uzuegbunam, 2013; Ge, 2015). Um exemplo desta associação está na representação da criminalidade, aliás, parece haver uma tendência errónea em representar a violência como sinónimo de criminalidade, uma vez que são duas dimensões distintas: a criminalidade é apenas uma vertente da violência (Lira, 2014).

Fazendo parte da experiência humana e não se podendo dissociar do contexto em que se dá, uma vez que é este que lhe serve de base existencial, a violência é então um fator de presença inegável na sociedade (Lira, 2014) e um tratamento sensacionalista da mesma passa por uma primazia do tratamento de cariz dramático da mesma em detrimento de outros assuntos, o que resulta num enquadramento da violência na dimensão do medo e da insegurança (Miranda, 2011), levando à tentativa de procura de segurança contra esta pela audiência. Certamente, ao transmitir situações de violência com recurso ao sensacionalismo, o sentimento de medo e insegurança relativos ao mundo e à realidade é exacerbado, especialmente quando a “realidade” apresentada por este tratamento se revela (muito) diferente das realidades de terceiros, o que, por sua vez, leva a uma procura de segurança contra os possíveis perigos e situações violentas que um indivíduo pode enfrentar, não só a nível de defesa individual como a nível de defesa doméstica. Isto é uma tendência do ser humano, mesmo que a sua procura por segurança implique a violência contra um outro. Isto significa que o recurso ao sensacionalismo para cobrir um determinado assunto pode também fazer parte da agenda não só dos próprios *média* como também dos agentes políticos que fazem uso destes. Isto quer dizer que o recurso ao sensacionalismo além de ser uma ferramenta mediática, pode ser uma ferramenta política.

Um outro efeito desta exposição à violência e ao sensacionalismo em torno da mesma reside em tomar a violência como algo banal e naturalizado – ou seja, alimentar aquilo que Galtung denomina de violência cultural - ainda que de uma forma que não necessariamente assumida. No entanto, não há uma banalização de toda a violência, mas de um tipo de violência e, sobretudo, de um tipo de grupo vítima dessa violência.

Quando um indivíduo é exposto, durante longos – ou até mesmo curtos, depende do indivíduo e da sua percepção do que pode ser considerado como violento - períodos de tempo, a cenários de cariz violento, o que pode acontecer é que as respostas a esses cenários são de desdém pelos mesmos, bem como pelas suas vítimas (Griffiths e Shuckford: 1989; Fanti *et al.*, 2009; Krahe *et al.*, 2011). Nestas condições, um cenário violento deixa de surtir efeito ou uma resposta emocional do indivíduo, o que pode levar a que o indivíduo tome uma atitude de descontração e até mesmo de descrédito perante possíveis cenários, o que se pode tornar problemático quando um destes se tornar real.

Já de si, o tema da violência não é um tema de exposição fácil, uma vez que está maioritariamente ligada a situações mais negativas; os *média* podem não ser os responsáveis pela origem da violência, mas uma abordagem sensacionalista certamente que a pode perpetuar.

4. Opinião Pública e a procura de segurança: tentativa de uma conexão teórica

Relembrando, a definição de Opinião Pública escolhida para esta dissertação é a apresentada por Nilza Mouzinho de Sena (2007) que a define como sendo um conjunto de opiniões cujo alvo são os assuntos de interesse nacional e cuja expressão pelos indivíduos é livre e pública, não esquecendo que embora estes indivíduos não participem no governo, solicitam o direito de influenciar as ações tomadas pelos seus governos. Numa democracia liberal, o debate sobre decisões e medidas políticas depende de cidadãos informados (Ransohoff e Ransohoff, 2001). O livre comércio da informação pelos *média* permite a formação de opiniões informadas – ou mesmo desinformadas - e permite também a construção de conhecimentos e entendimentos comuns sobre determinados assuntos que recaiam no interesse nacional, sem esquecer que os discursos políticos também possuem a capacidade de orientar a Opinião Pública face a determinado assunto.

Mais que um veículo de informação sobre possíveis preocupações, problemas ou sugestões, a Opinião Pública é um elemento que fornece ou procura fornecer legitimidade a medidas e tomadas de decisão políticas, o que a torna também num agente não só de carácter social como também de carácter político: ao transmitir informação ao governo, essa informação está já enquadrada numa determinada dimensão que suscita uma determinada ação/reação do governo; no seu inverso, o governo pode aceder à informação transmitida e fornecer o seu próprio enquadramento de modo a que se encaixe nas preocupações dos seus cidadãos, tornando assim, esse enquadramento como parte do interesse nacional.

Um exemplo disto está precisamente no processo de securitização de um determinado assunto. Como já descrito, o processo de securitização dá-se através de *speech acts* por parte de um ator securitário, com a finalidade de tomar um determinado assunto como integrante da dimensão da segurança, pintando-o como uma ameaça. O papel de agente securitário é ocupado pelo governo e o seu referente a ser defendido é o Estado. Tendo em conta que a sobrevivência do Estado

pressupõe a sobrevivência dos seus cidadãos e podendo estar armado com a informação fornecida pela Opinião Pública – embora isto não seja um requerimento –, inicia-se a construção do discurso securitário. Para que o processo de securitização seja considerado um sucesso, é necessária a aprovação da audiência a que é direcionado, ou seja, aos cidadãos que estão sob a proteção do Estado. Os cidadãos que deliberam sobre o discurso e sobre a “ameaça” construída e a sua (des)aprovação é dada através da Opinião Pública. Isto quer dizer que a Opinião Pública pode ter duas funções: estar na base do discurso securitário e ser responsável pela sua aprovação. Após a deliberação necessária, é fornecida a legitimação para as ações do governo face à “ameaça” construída, Nesta ótica, a relação entre a (procura de) segurança e Opinião Pública é, numa primeira vista, simples: é uma relação de complementaridade, porque uma permite a outra, dando origem a um ciclo. A Opinião Pública pode servir de base contextual para a procura de segurança, indicando ao agente securitário – governo - que assuntos podem ou devem ser securitizados, uma vez que se a sobrevivência do Estado implica a sobrevivência dos seus cidadãos, o inverso também se verifica. Assim, o processo de securitização é um processo que visa a sobrevivência e continuidade de uma determinada entidade e é promovido, mesmo que inadvertidamente, pela Opinião Pública. No entanto, há que sublinhar que a procura de segurança pode ter duas origens: tanto pode partir da Opinião Pública como pode partir do governo, sendo que o segundo pode, através dos *média*, conduzir o primeiro. Isto pode acontecer porque, como já referido acima, o governo pode transmitir uma agenda política e/ou securitária velada através dos *média*, e o que aparenta ser uma escolha livre, foi na verdade uma escolha direcionada.

Não se pode esquecer, no entanto, que os *média* também possuem poder sobre a Opinião Pública, uma vez que possuem a capacidade de a moldar, o que significa que um assunto que seja enquadrado como sendo de interesse nacional num determinado momento ou período temporal pode já não o ser noutro. Assim, na atualidade, não se pode dissociar a (re)formulação da Opinião Pública dos *média*, uma vez que estes constituem a plataforma que permite a sua extensão e chegada ao governo.

5. Síntese da estrutura que pretende fornecer a resposta a pergunta de partida

Ora apresenta-se a seguinte estrutura segundo as teorias apresentadas, a resposta será dada de acordo com a seguinte estrutura: tendo como base a teoria de securitização da Escola de Copenhaga, tem-se o governo de um Estado como o ator securitário, cujo objeto referente será o Estado e o assunto a securitizar. O Estado é o elemento cuja sobrevivência é vista como necessária, assim, o governo tem a capacidade de criar uma agenda securitária cujo o propósito é exatamente a manutenção ou garantia dessa sobrevivência. Após a criação desta, é criada todo um discurso e narrativa à volta de um assunto que constitui uma ameaça ao Estado - que só se torna ameaça a partir do momento que é vocalizada como assunto securitário que, no caso desta dissertação, o assunto a securitizar considerado é a crise dos refugiados sírios. Nesta estruturação, os atores funcionais e responsáveis pela difusão do discurso securitário às audiências são os *média* e a aprovação ou não do discurso securitário dar-se-á através do recurso à opinião pública, o que significa que a legitimação de tomada de decisões e ações “extraordinárias” só pode ser legitimada após a intervenção das audiências através da opinião pública.

Em suma, tem-se uma equação onde o governo é o agente securitário e o Estado é o objeto referente, o assunto a ser securitizado será definido pelo agente securitário e os meios pelos quais essa securitização se dá são os *média* e a sua aprovação ou não dependerá das audiências que darão o seu parecer através da opinião pública. A contribuição das duas teorias anteriores para a teoria da securitização da Escola de Copenhaga reside na base processual oferecida que permite a compreensão da construção social de um dado conceito e das ações em torno do mesmo e a possibilidade de criação de um contexto real onde esta se possa aplicar, a democracia liberal, onde há ênfase na interação entre o governo e os indivíduos que constituem a sociedade vinculada ao mesmo e fazem uso tanto da opinião pública como dos *média* como meio de comunicação bidirecional sobre eventuais preocupações ou mesmo sugestões de medidas a serem acionadas. Assim, sem estas

bases e elementos, o processo de securitização não seria possível, uma vez que esta não pode ser impingida nem forçada sobre qualquer indivíduo (McDonald, 2008).

Capítulo 2 – Da partida à chegada: dinâmicas, contextos e abordagens

Este capítulo tem como propósito essencial: servir como base contextual da temática da dissertação e explorar o conceito de violência que esta dissertação adota e que está no centro do seu argumento. É, por isso, um capítulo simultaneamente histórico, informativo e analítico que permite explorar e compreender a tomada e legitimação de decisões políticas por parte dos governos com base nas preocupações dos indivíduos e cidadãos que constituem a sociedade que governam.

Nesse sentido, este capítulo está dividido em duas secções. A primeira serve para fazer uma breve exposição do contexto britânico onde se vai concretizar a análise e segunda faz uma breve exposição histórica da crise dos refugiados que fogem do conflito sírio. Esta passará por uma breve explicação do percurso dos refugiados desde o início do conflito em 2011 até ao presente dia.

Esta secção será importante para averiguar os mecanismos que auxiliam na propagação e formação de opiniões e possíveis situações onde reine a insegurança e uma procura por medidas securitárias que proporcionem um ambiente onde a segurança seja restabelecida e que ditas medidas sejam legitimadas pelos próprios governos. Esta secção tem um carácter mais geral e contextual que será analisado com maior profundidade no terceiro capítulo, onde as implicações políticas desta secção serão discutidas.

Posto isto, torna-se possível então averiguar o tipo de violência praticada contra os refugiados sírios: sem dúvida, o tipo de violência experienciado por estes na Síria foi o tipo de violência que Galtung denominou como direta – é observável e a relação causal é clara. Mas mais que o interesse sobre o tipo de violência sofrida no seu país de origem, o foco será na violência que estes sofreram no tratamento por parte dos média britânicos, onde se propõe que os refugiados sírios sofreram com violência do tipo estrutural e cultural. Será então importante abordar um pouco mais o funcionamento dos média no processo de tratamento da informação e

distribuição de narrativas, bem como quem essas narrativas favorecem ou prejudicam, como será o caso do tratamento da crise dos refugiados no Reino Unido. Há que explicitar o tipo e o trajeto desta crise nos média britânicos e o seu efeito na sociedade e política britânicas, passando por discursos e medidas securitárias tomadas. A pertinência desta secção vem da possibilidade de aplicação da secção anterior a um contexto real, servindo como exemplo do impacto que os *média* têm num determinado tipo de tratamento de uma determinada questão, com a possibilidade de alterar a percepção da realidade.

Posto isto, tem-se a base contextual que vai permitir avançar para o terceiro capítulo, que se centrará numa análise das implicações políticas desta linha de investigação.

1. O que espera à chegada: o contexto britânico

O Reino Unido é hoje uma monarquia constitucional com um parlamento o que significa que é um país dirigido por uma monarquia limitada por uma constituição e um parlamento que, enquanto representante eleito do povo, faz as regras através das quais a sociedade se norteia. Desde a Magna Carta, em 1215, que o Reino Unido vem sendo pioneiro na descentralização da autoridade governativa e na lógica da representatividade, podendo hoje ser considerada uma das democracias mais maduras do Ocidente – o que a faz um estudo de caso particularmente relevante do ponto de vista do contexto de democracia liberal que esta dissertação pretende explorar.

Neste contexto, a democracia britânica depende de não só uma certa representatividade política e da participação dos seus cidadãos na criação e legitimação activa de legislação e de políticas públicas de um país (White, 2014; Wilks-heeg *et al.*, 2012). Nesta linha, os meios de comunicação social desempenham um papel importante na democracia, providenciando uma plataforma para a liberdade de expressão, para a informação dos cidadãos e a consequente identificação das suas preocupações; mas para este funcionamento estar garantido, é necessária uma certa liberdade dos *média* em relação ao governo (Wilks-heeg *et al.*, 2012).

No entanto, e à semelhança de outros cenários liberais ocidentais (Chomsky e Herman, 1988), tem havido uma tendência de apropriação de determinadas elites económicas e políticas de grupos de comunicação com a intenção de produzir conteúdos de entretenimento e informativos consentâneos com os seus interesses financeiros, ideológicos, geopolíticos (Wilks-heeg *et al.*, 2012). Com a lógica capitalista a invadir e estruturar a indústria dos meios de comunicação social, também houve necessidade de criar diversos produtos informativos direccionados a diferentes audiências e com o objetivo de acumular crescentes lucros (Chomsky e Herman, 1988).

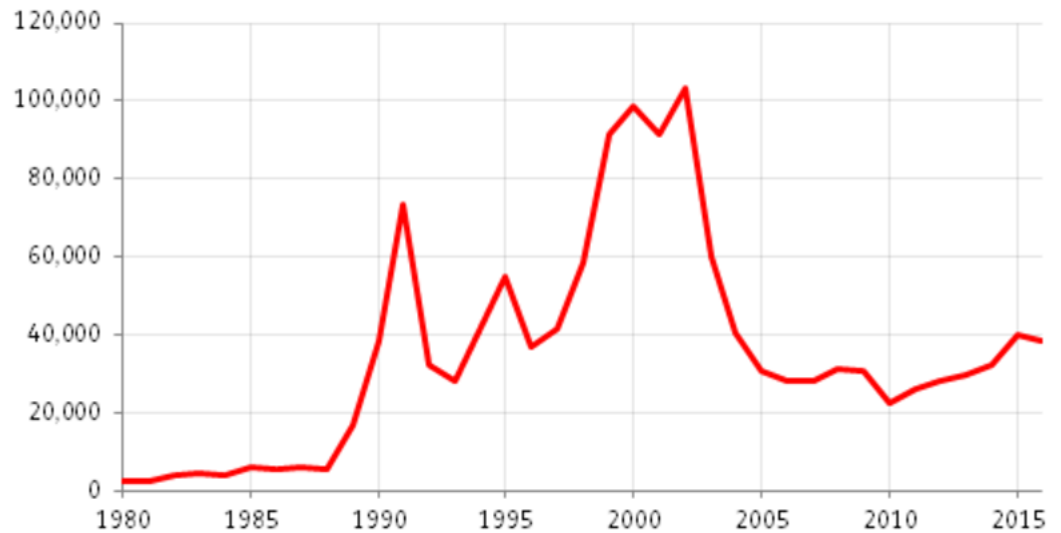
Hoje em dia, a paisagem mediática do Reino Unido é “large, complex and mature” – ocupando o segundo lugar – logo a seguir à dos EUA - a nível global (Bromley, s.d.). Conhecendo vários canais e produtos de comunicação – rádio, TV, imprensa, online -, a imprensa ocupa um lugar central na análise desta dissertação. Neste setor, o Reino Unido conta com 11 jornais diários (BBC, 2017) e 11 semanários, que se dividem por 8 grandes empresas, e que são lidos por cerca de 70% da população do país (Bromley, s/d). A imprensa é geralmente organizada em três setores distintos: “qualidade”, “Mercado intermédio” e “tabloid” (*ibidem*). De entre os websites dos jornais, o Guardian.co.uk e o Telegraph são os mais populares.

Em termos da temática dos refugiados, ela não é necessariamente nova no Reino Unido. Aliás, nos últimos 37 anos o pico de pedidos de asilo remonta ao início da década de 2000, como se pode ver no gráfico em baixo, e que o menor número de pedidos aceites tem lugar em 2015, ano em que a crise de refugiados de quem foge na síria conheceu o seu apogeu mediático. A preocupação com a migração é um dos temas que suscita mais preocupação no público britânico, tendo este tema uma presença constante nos *média* (Phillimore, 2011). Enquanto que a maioria dos jornais britânicos deixa clara a sua posição relativamente a um determinado assunto das mais variadas formas (Baker e Gabrielatos, 2008: 8), é possível afirmar que nenhuma será tão evidente como a linguagem usada na construção das notícias que serão expostas ao público, seja em impressões ou nas suas plataformas *on-line*; de notar que o uso de certas palavras que, numa primeira leitura, podem parecer inócuas, na verdade podem acarretar todo um significado que se revela como sendo pejorativo (Baker e Gabrielatos, 2008; Berry *et al.*, 2016), sem esquecer que a forma como um assunto é noticiado influencia duas realidades: a do público e a de quem é afetado pelo assunto tratado (Threadgold, 2008).

O debate no país tem girado em torno do controlo fronteiriço para controlar a entrada dos mesmos e de uma tentativa de racionar os seus benefícios colocando-os numa posição de inferioridade (Cheung and Phillimore, 2014; Phillimore e Goodson, 2006).

UK asylum applications

Applications for refugee status or another form of international protection in the United Kingdom, including dependants



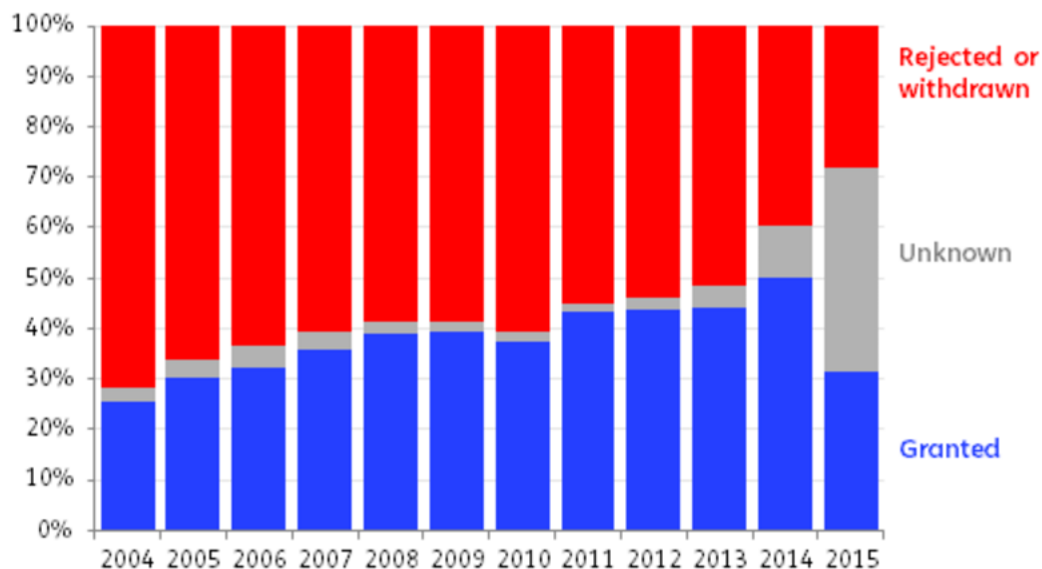
Source: Home Office, "Immigration Statistics, October to December 2016", asylum data tables, volume 1, table as_02.

Full Fact

Figura 1: UK asylum Applications. Fonte: Home Office, "Immigration statistics, October to December 2016" [gráfico] <https://fullfact.org/immigration/uk-refugees/> [26 de Julho de 2017]

Asylum application outcomes

Outcome analysis of asylum applications by year of application, as at May 2016



Source: Home Office, "Immigration Statistics, October to December 2016", asylum data tables, table as_06

Figura 2: Asylum application outcomes. Fonte: Home Office, "Immigration statistics, October to December 2016" [gráfico]
<https://fullfact.org/immigration/uk-refugees/> [26 de Julho de 2017]

"[...] it is impossible to ignore the role of the mass media in influencing public and elite political attitudes towards asylum and migration. The mass media can set agendas and frame debates. They provide the information which citizens use to make sense of the world and their place within it" (Berry *et al.*, 2016: 5)

2. A guerra na Síria: quem foge e porque foge?

Após a explicitação do quadro teórico, torna-se importante a construção do capítulo que serve de contexto real onde o mesmo pode ser aplicado. O cenário escolhido foi a crise dos refugiados sírios, mais concretamente, como esta foi noticiada.

Instigadas pela força do movimento social conhecido por Primavera Árabe (Corrêa, 2013; de Andrade, 2011; Csicsmann, 2016), o que começou por serem manifestações contra o governo de Bashar Al-Assad em Março de 2011 deu origem a, possivelmente, uma das maiores deslocações humanas alguma vez experienciadas. Esta deslocação massiva viria a tomar dimensões que não eram expectadas e cuja resposta à mesma se tornou num desafio não só para os países que receberam estes deslocados em primeiro lugar – como a Turquia e Líbano - mas também para os países da União Europeia que acabaram também por ser pontos de destino destes fluxos e, por conseguinte, (Heisbourg, 2015; Kourotchev, 2016; Metcalfe-Hough, 2015; Tan, 2015). Esta deslocação em massa ficou a ser conhecida como a crise dos refugiados sírios – designação dada pelos *média* em 2015 com o seu movimento para a Europa (Harrison, 2016: 1) -, uma população marcada pela tentativa de fuga de um conflito violento que está, desde a sua inepção sem apresentar sinais de abrandamento ou resolução e a devastar o seu país. Apesar da procura de auxílio em países vizinhos (Heisbourg, 2015; Tan, 2015) estas populações continuam maioritariamente sem ver as suas situações resolvidas. Ainda que as causas desta violência não sejam novas, a dimensão e alcance do seu impacto, tem implicações sociais, políticas e económicas que devem ser reconsideradas (Metcalfe-Hough, 2015; Sirkeci *et al.*, 2015).

Na verdade, “institutos jurídicos [já] foram criados para solucionar problemas trazidos pelo problema do refúgio” (de Andrade, 2011: 127), bem como a constituição de uma definição do termo “refugiado” que fosse abrangente e largamente aceite. Porém, há ainda muitas questões -principalmente de relacionamento entre teoria, prática e vontade política que é necessário abordar.

Relativamente à definição do termo “refugiado”, segundo o Artigo 1 da convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, caem nesta categoria os indivíduos que:

As a result of events occurring before 1 January 1951 and owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable, or owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it (UNHCR, 1967: 14).

Esta denominada crise teve início quando se instalou o conflito entre as forças do regime ditatorial de Bashar Al-Assad, em vigor há já 48 anos, e grupos insurgentes após manifestações contra o regime ditatorial terem sido controladas com recurso a força militar e disparos pelas mesmas, resultando na morte de um número de protestantes (Aguilar *et al.*, 2014); de notar no entanto que ao longo do conflito, os intervenientes foram variados e com diferentes interesses, o que contribuiu para a dificuldade na identificação da totalidade das partes envolvidas, contribuindo ao mesmo tempo para a dificuldade de resolução desta situação (de Andrade, 2013; Aguilar *et al.*, 2014). Estes protestos tornaram-se constantes e escalaram em termos de violência devido a diferenças entre posições políticas e até mesmo religiosas, culminando numa guerra civil que deu origem a este êxodo.

É preciso considerar que mesmo antes do início desta situação a Síria possuía já um conjunto de problemas que poderiam estar na base de uma deslocação da sua população (Sirkeci *et al.*, 2015), desde o desemprego à própria tentativa de supressão da oposição ao regime em vigor (Aguilar *et al.*, 2014); o que quer dizer que o início deste conflito veio apenas exacerbar a existência destes elementos que, já de si, constituíam um motivo para a deslocação. Então, torna-se possível afirmar que o conflito entre estas variadas facções, a ocupação militar e rebelde e a consequente destruição de grande parte do território bem como as dificuldades que daí advêm, e a exacerbação dos problemas já existentes no país são alguns dos

fatores que estiveram na origem desta deslocação sem precedentes da população síria, mais concretamente, que foge da guerra no seu país (Kourotchev, 2015; Csicsmann, 2016; Sirkeci *et al.*, 2015). Assim, quem se desloca são os civis que procuram fugir a um conflito que não só destruiu o território do seu país como os vitimizou quando sofreram ataques das partes envolvidas nos confrontos armados (Aguilar *et al.*, 2014) – fosse do lado dos rebeldes, fosse do lado do exercito de Bashar Al-Assad – devido às diferenças nas suas crenças religiosas, culturais e posições políticas, causando um grande número de mortes.

Tendo em conta a dimensão desta deslocação, os países vizinhos começaram a aceitar a entrada dos refugiados dentro das suas fronteiras, servindo como “alojamento temporário” para estes indivíduos. O país onde inicialmente se verificou a maior afluência da população síria foi na Turquia, tornando-se também o ponto de trânsito mais importante para os refugiados cujo objetivo será avançar para o território europeu (Csicsmann, 2016). No entanto, esta estadia não se processou sem problemas. Com a permanência e aumento dos fluxos migratórios para a Turquia, os campos que acolhiam os refugiados começam a ficar sobrelotados, as infraestruturas dedicadas ao auxílio da população (acrescida) começaram a deixar de conseguir responder atempadamente – sendo esta situação exacerbada pelo desenvolvimento insuficiente das leis relativas ao asilo no país -, dando origem a uma escassez de emprego e recursos para saciar as necessidades de tanto refugiados como habitantes nativos, criando assim tensões entre os dois grupos em várias regiões que levaram ao desejo de vários refugiados de abandonar a Turquia e procurar asilo noutros países (Csicsmann, 2016; Tan 2015; Ostrand, 2015).

Foi aquando desta tentativa de entrada na União Europeia que as atenções dos seus países constituintes realmente se voltaram para a dimensões reais desta crise, apelando a uma responsabilidade e resposta coletiva perante esta situação, tendo em conta que estes indivíduos poderão tornar-se parte da população destes países (Sirkeci *et al.*, 2015). O futuro dos refugiados passou a ser uma prioridade na agenda europeia, mas com isto, veio todo um outro leque de implicações e

elementos a serem considerados, como por exemplo, a integração social e cultural destes indivíduos e que implicações que este acolhimento tem nas políticas de segurança, tanto interna como externa (Koroutchev, 2016; Corrêa, 2013).

Mas mesmo passando esta mensagem de unidade na tentativa de resposta a esta crise, a realidade é mais complexa. Com o início da entrada dos refugiados vindos da Turquia em território europeu, um acordo entre as duas entidades foi realizado onde a União Europeia se comprometeu a prestar auxílio monetário para de lhes fornecer condições básicas de vida com o intuito de ajudar na contenção e controle dos refugiados dentro das fronteiras turcas (Csicsmann, 2016), e isto porque “with the growing numbers of refugees and their actual and perceived negative impacts on the host countries, the initial warmth and generosity that locals had extended to refugees is declining” (Tan, 2015: 308), revelando um certo receio da parte da União Europeia em receber esta população.

Na verdade, a presença de refugiados num país é exigente e tem consequências. A Turquia experienciou a pressão que a presença dos refugiados no seu território colocou na sua economia (Csicsmann, 2016) e também no debate público sobre o dever de aceitação ou não destas comunidades mesmo com as diferenças sociais entre as mesmas (Tan, 2015), uma vez que a perpetuação de um ambiente hostil entre as mesmas poderá conduzir a mais problemas e não a uma resolução dos mesmos. Perante o novo, perante um novo diferente, perante um novo diferente e numeroso, há tradicionalmente um aumento do receio das populações e dos governos em aceitar esse novo, mesmo quando se é chamado a responder ao apelo de auxílio a estas pessoas. Neste contexto, uma resposta externa coesa e a longo prazo para esta crise apresenta-se como mais um desafio que se deve a um possível confronto entre os interesses não só das potências europeias, mas também aliado ao confronto entre os interesses das fações que perpetuam o conflito, visto que as diferenças entre o poderio de cada uma constituem um obstáculo à resolução dos problemas em território sírio (Corrêa, 2013; Aguilar *et al.*, 2014; Byman e Speakman, 2016), o que quer dizer que a hipótese de estes deslocados retornarem para o seu país de origem é uma perspectiva que está longe de ser cumprida, uma

vez “re-establishing an effective and legitimate state in Syria may take several years at least.” (Csicsmann, 2016: 96).

Concluindo, a crise dos refugiados sírios constitui um desafio de proporções nunca antes enfrentadas: ao possuir um carácter inconstante – quer dentro quer fora do seu país de origem -, tomou proporções e dimensões políticas e sociais inesperadas, que vão muito além da dimensão humanitária desta crise, sendo que esta apenas já não é suficiente para prestar o auxílio necessário a estas pessoas.

Mesmo num país que os recebeu, os refugiados defrontam-se com a possibilidade de sofrer atos de violência – seja de que tipo for - dos quais originariamente fugiram. Mais que um incentivo à cooperação internacional na procura de uma resolução para o conflito na Síria – e para a resolução de situações semelhantes no futuro - bem como a integração dos refugiados que dele originaram, esta crise revelou também o reverso da moeda, a incapacidade de resposta devido a fatores como interesses, diferenças culturais e tensões nos países anfitriões. Assim, esta crise revelou uma necessidade de repensar políticas e recursos utilizados relativos a resolução de conflitos e prestação de auxílio a populações e estados em necessidade, para que tais falhas não se repitam em situações futuras.

Por todo o mundo, o acesso à informação sobre esta situação deveu-se, maioritariamente, aos meios de comunicação social, e como já explicitado, estes constituem um elemento de extrema importância na escolha, tratamento e transmissão de informação a nível local, nacional e internacional, ao mesmo tempo que condicionam a forma como interpretamos o mundo e os seus atores.

Por este motivo, pretende-se explorar e expor o impacto desta situação no Reino Unido, onde o tratamento pelos meios de comunicação social face a este assunto foi muito díspar e tumultuoso, havendo um grande debate sobre a denominação dada aos refugiados, sobre o próprio número de refugiados que devia entrar no país, se o acolhimento desses refugiados seria exequível em termos económicos e de infraestruturas, qual seria o impacto dessa entrada na população e que os direitos teriam. É exatamente este tratamento por parte dos meios de comunicação social

britânicos que se pretende analisar e explorar e qual o seu impacto na opinião pública britânica e na tomada de medidas securitárias face aos problemas postos.

Capítulo 3

Este capítulo procura analisar a forma como a cobertura da violência por parte dos meios de comunicação social influencia a construção de percepções de ameaça e (in)segurança, contribuindo ou não para uma maior legitimação, com recurso à Opinião Pública, de medidas securitárias tomadas pelos Estados em sociedades democráticas; isto será conseguido através da averiguação do contributo que a crise dos refugiados sírios teve num possível aumento da procura de segurança (tanto a nível individual como num nível geral).

Com a finalidade de responder à questão colocada, foram traçados dois objetivos principais para este capítulo: (1) identificar e explorar as narrativas e, subsequentemente, as representações mediáticas criadas pelos media sobre a crise de refugiados e (2) compreender o potencial destas narrativas para a legitimação de medidas securitárias face a este grupo de pessoas. Tendo estes pontos em conta, é necessário coletar dados que permitam a exploração dos mesmos, o que vai ser conseguido através da comparação entre artigos de dois jornais britânicos na sua plataforma *online*, pelo que de seguida se apresenta a metodologia escolhida para esse processo.

Como já anteriormente referido, a imprensa (britânica) é politicamente situada de uma forma explícita, assim, não será novidade que as narrativas noticiadas em torno da situação dos refugiados sírios possuam essas mesmas inclinações, mesmo que veladas; com tal facto em mente, o que se procura compreender então será o tipo de narrativas construídas em torno da crise dos refugiados sírios - com recurso à identificação de palavras-chave usadas na construção dessas narrativas, qual a direção que tomam e qual a finalidade por trás dessa construção —, ou seja, se essas narrativas possuem, de facto, um carácter tendencioso.

De notar que isto não será realizado sem a vertente qualitativa do método da análise de conteúdo, assim, não só interessa explicitar em que consiste esse método e qual a sua relevância para esta dissertação, como também elaborar uma justificação para a escolha do mesmo como método de análise.

1. Quadro de análise e técnicas metodológicas

É a natureza do problema a ser explorado que delinea quais os melhores métodos para a procura de uma resposta ao mesmo (Noor, 2008).

Assim, primeira secção deste capítulo dedica-se à exposição dos métodos utilizados nesta dissertação para a averiguação de tendências na cobertura feita pelos meios de comunicação britânicos sobre a crise dos refugiados sírios. Passando de uma breve exposição sobre o método do estudo de caso, passando por uma descrição um pouco mais aprofundada da análise de conteúdo como teoria a usar com a primeira e terminando no quadro de análise onde estão escalonados os objetivos do recurso a estes métodos.

1.1. Estudo de caso

O método do estudo de caso permite uma pesquisa sobre um determinado problema dentro de um contexto delimitado e com possibilidade de acesso a dados em tempo-real durante um determinado período de tempo e focado num determinado grupo ou local, sendo que a sua unidade de análise pode constituir-se por um ou mais indivíduos ou até mesmo uma corporação (Zainal, 2007; Yin, 2003; Zucker, 2009). Com a sua maior expressão nos estudos sociais - mas não se reduzindo a estes -, o recurso a este método permite, num contexto real, uma visão aprofundada sobre os comportamentos e ações de um determinado grupo que estão para além de números e de possíveis tendências (Noor, 2008), o que torna a aplicação deste método, caso o objetivo seja o aprofundamento de conhecimento sobre um determinado assunto, uma mais valia.

De facto, Yin (2009) descreve este método como sendo “na empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon within its real life context, especially when

the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident” (Yin, 2003: 13).

Uma das vantagens que este método oferece é a possibilidade de análise de dados coletados no contexto em que ocorrem (Zainal, 2007; Yin, 2003). Isto significa que há sempre um contexto associado não só à pesquisa e objetivos da mesma como também nos resultados. Da mesma forma, o recurso a este método permite atingir generalizações sobre determinado assunto (Noor, 2008), permitindo uma classificação geral sobre o mesmo; esta generalização, no entanto, surge de forma analítica e não estatística (Johansson, 2003), revelando ainda que este beneficia do auxílio de uma organização teórica prévia para a sua concretização (Yin, 2003).

O estudo de caso aparenta ter como objetivos principais a recolha de dados e a sua descrição e desenvolvimento à medida que são recolhidos com a finalidade de fazer uma pesquisa aprofundada dos mesmos para assim ser possível adquirir conhecimentos mais aprofundados sobre o assunto que despertou o interesse do pesquisador (Yin, 2003; Zainal, 2007), podendo contribuir assim para outras pesquisas sobre o mesmo assunto ou assuntos relacionados.

Uma outra vantagem que se apresenta é o facto de o uso deste método ser compatível com o uso de outros métodos de pesquisa para uma visão mais ampla do caso a ser estudado (Johansson, 2003), servindo até de base contextual para a sua aplicação, como por exemplo o seu uso nesta dissertação em que aliado a este método, se fez o recurso à análise de conteúdo. É, no entanto, necessário verificar se o uso de um certo método é mais vantajoso em detrimento de outros.

O estudo de caso compreende que o estudo de um determinado assunto tem de ser delimitado e que existe uma multiplicidade de variáveis em jogo umas com as outras. Desde a escolha da unidade de análise a usar à escolha dos métodos secundários a usar na coleta de dados dessa e sobre essa unidade. Assim, os próprios objetivos dos estudos de caso podem ser os mais variados dependendo da posição e interesse do pesquisador.

É devido a isso mesmo que o recurso a este método como base contextual delimitada temporal e espacialmente que o seu uso nesta dissertação se torna pertinente. A unidade do estudo de caso que aqui se apresenta é a imprensa britânica, cuja prestação assentando na análise de artigos de dois jornais diferentes num determinado espaço temporal, que será escalunado no ponto 7.3..

Neste sentido, esta dissertação escolheu o estudo de caso britânico e, dentro deste, optou pelos dois casos ilustrativos de cobertura mediática – *The Guardian* e *The Daily Mail*. A opção pelo Reino Unido prende-se com o facto de se tratar de uma democracia liberal madura e por simultaneamente ter uma tradição importante de jornalismo de qualidade e de serviço público e de meios de comunicação que funcionam numa lógica capitalista de acumulação de lucros atendendo mais às necessidades d seu público do que dos cânones do jornalismo convencional e/ou às necessidades e interesses das elites que os detêm. O *The Guardian* corresponde ao primeiro grupo de media enquanto que o *The Daily Mail* é ilustrativo do segundo grupo.

1.2. Análise de conteúdo: contexto e mais-valia do método a usar

Com a sua origem muito anterior à própria análise de discurso e vinculada como método científico no século XX, a análise de conteúdo parece existir desde a primeira tentativa de descodificação dos textos presentes nos livros sagrados e encontra a sua inspiração na vida quotidiana do ser humano, uma vez que pressupõe toda uma série de processos sem os quais o desenvolvimento científico e a obtenção de conhecimento não seriam possíveis (Bardin, 1979; Câmara, 2013; Colbari, 2014; Rocha e Deusdará, 2005).

Inicialmente um método exclusivamente usado em pesquisas quantitativas, a insuficiência que estes tipos de pesquisas traziam, a constante mudança e as várias possibilidades e deferentes aplicações da análise de conteúdo acabou por alargar o seu uso às pesquisas qualitativas, servindo agora ambos tipos de pesquisa (Silva *et al.*, 2005; Mozzato e Grzybovski, 2011). Este alargamento deveu-se não só a uma multiplicidade de situações em que a pesquisa se pode dar, como também se deveu à capacidade do pesquisador de aplicar técnicas e procedimentos que permitam tirar o máximo partido deste método (Rocha e Deusdará, 2005; Mozzato e Grzybovski, 2011), sendo que o reduzido conhecimento do mesmo, das suas possibilidades de aplicação e das suas técnicas e dos seus processos pode resultar numa pesquisa deficiente (Campos, 2004).

Antes de mais, há que esclarecer um certo ponto, o aparente confronto entre o quantitativo e o qualitativo. Consideradas inicialmente como opostas, a realidade é que uma não nega a outra, e a prova reside no uso da análise de conteúdo para pesquisas tanto de carácter qualitativo como quantitativo, sendo que ambos podem existir numa mesma pesquisa (Câmara, 2013; Bardin, 1979; Silva *et al.*, 2005; Caregnato e Mutti, 2006). O que difere o quantitativo do qualitativo é o fundamento, enquanto que a primeira parte da frequência com que certos elementos surgem no material de análise escolhido, a

segunda parte da presença ou ausência de uma determinada característica escolhida (Bardin, 1979). Câmara (2013) recomenda que a opção do pesquisador por qualquer um destes métodos, ou pelos dois, deve ser feito de acordo com o objetivo principal da sua pesquisa e a partir daí, tomar as devidas medidas para avançar com o seu trabalho.

A análise de conteúdo requer do pesquisador uma certa postura de disciplina e rigor uma vez que o sucesso de uma pesquisa pode depender da sua capacidade do pesquisador de “extrapolar o que está além do texto” (Cavalcante *et al.*, 2014: 16), no entanto, ao mesmo tempo que requer esta postura mais severa, a interpretação e enquadramento dos resultados suscita uma certa criatividade, intuição e conhecimento por parte do pesquisador, assim, a análise de conteúdo não é um método rígido, é flexível e maleável permitindo adição e alteração de dados e resultados, mas sempre direcionado para a procura de resposta face à problemática que se procura desenvolver e arranjar soluções para os problemas e questões identificados (Colbari, 2014; Mozzato e Grzybovski, 2011; Cavalcante *et al.*, 2014; Campos, 2004; Silva *et al.*, 2005; Aires, 2011).

A definição de análise de conteúdo aqui escolhida é a de Bardin, que considera que:

[...] designa-se sob o termo análise de conteúdo: *um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.* (Bardin, 1979: 42)

Nesta ótica, a análise de conteúdo é tida como uma técnica de tratamento de dados cujo o ponto de partida é a comunicação, mais concretamente, é tida como “[...] sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (Caregnato e Mutti, 2006: 682), e isto dá-se de variadas formas.

Desde a comunicação oral à escrita, existe uma multiplicidade de material que pode ser escolhido para a análise, como por exemplo documentos oficiais, jornais e entrevistas (Colbari, 2014; Mozzato e Grzybovski, 2011). Assim, pressupondo a existência de uma

significação que existe para além do texto – seja ela explícita ou não - o principal objetivo da análise de conteúdo será fornecer ferramentas que possibilitem a descoberta dessa significação com a finalidade de não só levantar incertezas sobre os dados coletados, bem como de enriquecer a sua leitura (Rocha e Deusdará, 2005; Mozzato e Grzybovski, 2011; Campos, 2004). A análise de conteúdo aparenta ser uma ponte entre o discurso e a realidade.

Após estas considerações e muito sucintamente, Bardin (1979) identifica três fases da análise de conteúdos: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material, e (3) o tratamento dos resultados obtidos. O objetivo da primeira fase é a organização do material escolhido de modo a este poder ser operacionalizado e sistematizado pelo pesquisador, sendo que nesta etapa estão presentes “[...] a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 1979: 95). Segue-se a segunda fase, onde o pesquisador seleciona os elementos do texto a ter em conta – sejam expressões ou simples palavras – passando pela sua contabilização e pela sua pertinência ao tema que se pretende estudar, ou seja, é a fase de codificação:

“A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]” (Bardin, 1979: 108).

É possivelmente a fase mais morosa, mas também a mais importante, por fornecer o chão para a fase seguinte e a qualidade deste levantamento pode comprometer ou validar as categorias, uma vez que é em função destas que se processa a análise do material selecionado (Bardin, 1979; Cavalcante *et al.*, 2014; Colbari, 2014). A terceira e última fase corresponde ao tratamento do material levantado de modo a que lhe seja atribuído significação e validade, é a fase onde se interpretam e conectam os resultados com o quadro teórico definido pelo pesquisador com a finalidade de produzir inferências e

reflexões sobre esses mesmos resultados (Bardin, 1979; Cavalcante *et al.*, 2014; Mozzato e Grzybovski, 2011).

Em suma, “[...] a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados” (Cavalcante *et al.*, 2014: 14).

Mas este não se apresenta como sendo o único método de análise de material. A análise de discurso teve a sua origem aquando da insuficiência demonstrada pela análise de conteúdo que em 1960 em fazer a conexão entre o plano discursivo e o plano social, quer isto dizer que embora a linguagem não se possa dissociar da interação social, a análise de conteúdo não conseguia fornecer essa ligação (Rocha e Deusdará, 2005).

Enquanto que a análise de conteúdo tanto pode ser usado em pesquisas de carácter qualitativo, quantitativo ou os dois, a análise de discurso é apenas usada para pesquisas de carácter qualitativo, uma vez que não se preocupa em analisar o conteúdo nem em desvendar significações mas sim desvendar o sentido de um texto, sentido este que não se pode dissociar de um contexto histórico e social e, por isso, carregado sentimentos, manifestações e ideologias do seu autor: “o analista ao utilizar a AD fará uma leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentidos” (Caregnato e Mutti, 2006: 684).

Assim, e terminando esta breve consideração sobre a análise de discurso, Mozzato e Grzybovski, (2011) dão uma definição de análise de discurso bastante simples, coesa e clara, segundo as autoras, “a análise do discurso consiste numa técnica de análise que explora as relações entre discurso e realidade, verificando como os textos são feitos, carregando significados por meio dos processos sociais” (Mozzato e Grzybovski, 2011: 737).

A opção pela análise de conteúdo como método de análise qualitativo para esta dissertação parte de um querer identificar o uso de palavras que, numa primeira leitura aparentam ser inócuas, mas que na verdade podem ter sido colocadas no texto com um

determinado sentido. O que interessa será então identificar, os significados a que essas palavras estão ligadas. Numa primeira fase, a análise de conteúdos é o método que permite esta investigação qualitativa que tornará mais fácil a identificação de possíveis sentidos por trás dos artigos analisados.

1.3. Quadro de Análise

Para operacionalizar a lógica de casos ilustrativos e a aplicação da técnica de análise de conteúdos, foi necessário definir uma janela temporal que permita (1) criar um balizamento do número de artigos a analisar e (2) identificar as tendências no tratamento mediático da situação dos refugiados, ou seja, identificação de narrativas e opções discursivas. Assim, o período escolhido foi de quatro meses – junho, julho, agosto e setembro – do ano 2015.

Seguidamente, apresentam-se os dois jornais selecionados para esta análise: o *The Guardian* (cuja orientação política é centro-esquerda) e o *Daily Mail* (cuja orientação política é de direita), sendo o primeiro considerado como um *broadsheet*⁵ e um segundo como um *tabloid*⁶. Como dois opostos num mesmo espectro, ambos jornais possuem elevados níveis de popularidade que se traduz numa maior cobertura relativa ao número dos seus leitores. Ambos jornais possuem uma plataforma *online* que será o meio de acesso aos artigos pertinentes publicados relativamente à crise dos refugiados sírios. É devido a este fácil acesso que se torna possível investigar não só o que é reportado, como também o *como* é reportado, conferindo assim, uma janela para observar o poder que os *media* exercem nas narrativas noticiadas sobre determinado assunto e quais as consequências dessa exercício de poder.

⁵*broadsheet* in Dicionário *online* Oxford Dictionaries. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/broadsheet> [2 de Março de 2017]

⁶*tabloid* in Dicionário *online* Oxford Dictionaries. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/tabloid> [2 de Março de 2017]

Assim, é necessário designar as palavras-chave que serão identificadas e levantadas: “refugiados”, “segurança”, “violência”, “ameaça” e “migrante”. Após este levantamento, os elementos analíticos a ter em conta passam pela quantificação das vezes que estas palavras aparecem nos artigos analisados, pelo significado que lhes foi atribuído nesses artigos e, por fim, pela pertinência que essas mesmas palavras possuem na construção e temática desses artigos. Depois deste processo, o que se pretende é apresentar os resultados e fazer as conexões necessárias com o quadro teórico de modo a atingir conclusões.

É necessário então esclarecer a definição usada para cada um destes termos. estabelecer a diferença entre os dois termos. Lembra-se que segundo a ACNUR (2015), os migrantes são aqueles que escolhem deslocar-se para outro país com a finalidade de atingir melhores condições de vida e que não fogem de qualquer tipo de conflito nem perseguição, sendo que cada país é responsável pela estruturação da legislação e procedimentos que visam a regulação desta. Os refugiados, por sua vez, são aqueles que procuram fugir à perseguição e ao conflito armado no seu país, sendo que a sua situação e estatuto são reconhecidos pelo direito internacional e a sua proteção e cuidado depende dos Estados onde procuram asilo, devendo estes de garantir certas necessidades básicas. Advertido também pela mesma organização é o facto de que a confusão entre estes termos tem consequências tanto na vida pública das sociedades e governos de cada país como na própria vida e segurança dos refugiados, uma vez que ao caracterizar a questão dos refugiados como uma questão de migração, os mecanismos e respostas políticas postos em prática podem não ser os adequados à situação dos refugiados. Assim, esta distinção deveria estar claramente definida tanto nos discursos dos governos como na construção das narrativas dos *média*, o que não se verificou no caso do Reino Unido.

Assim, à luz do quadro teórico, inicia-se a discussão dos resultados. Segue-se a tentativa de compreensão sobre como é que a situação dos refugiados sírios contribuiu para um aumento da procura de segurança, sem esquecer de averiguar como é que os próprios *media* contribuíram para uma visão negativa desta crise. Posto isto, chegar-se-á à tentativa de explicar como é que a situação dos refugiados deu origem a um ambiente de insegurança resultantes do poder dos *média* e das narrativas que estes reportam, bem

como a sua influência na realidade vivida. Após a discussão destes pontos essenciais, serão tecidas as conclusões adequadas para finalizar esta dissertação.

2. Resultados: identificação e comparação de tendências

Na janela temporal identificada por este estudo o foco inicial não esteve no retrato dos refugiados como uma ameaça direta mas sim como um problema crescente, devido ao elevado fluxo dos mesmos a entrarem no território europeu, o que demandava uma solução humanitária e política bem pensada e estruturada, progredindo para uma imagem desta população como vulnerável e a necessitar de auxílio. Os resultados da quantificação dos termos a identificar estão escalonados na tabela presente no Apêndice I.

Do ponto de vista da criação de percepções de (in)segurança na cobertura da aqui designada “crise de refugiados”, verificaram-se algumas tendências comuns a ambos os jornais que é importante salientar:

(1) **Títulos.** construção dos títulos através do recurso a *clickbait*⁷, ou seja, neste caso refere-se a uma construção de títulos de forma a chamar a atenção dos leitores para acederem à notícia, o que significa uma conexão maior a artigos que envolvam sensacionalismo. Isto verificou-se mais no *The Daily Mail* que no *The Guardian*, mas mesmo este não está isento de recorrer a este método para a escrita dos títulos (e) dos seus artigos. De notar que embora o título seja uma construção com recurso a *clickbait*, como por exemplo “*The never-ending tide of misery: Revealed, where 130,000 desperate migrants have flocked to Europe this year alone*” (*The Daily Mail*, 2015), não significa que o seu conteúdo tenha um teor sensacional.

⁷ *Clickbait* in Dicionário online Merriam-Webster. <https://www.merriam-webster.com/dictionary/clickbait> [2 de Junho de 2017]

O recurso a construções deste género, como o apresentado acima, para chamar a atenção para os artigos publicados não contribui para uma visão benigna dos refugiados. Na tentativa de ilustrar os refugiados como pessoas desesperadas cuja situação não é de resolução fácil, nem política nem humanitariamente, a referência aos mesmos como “*tide*” e tendo “*flocked*” tem implícita uma imagem dos mesmos como relacionados a algo cujo controlo é difícil, se não mesmo impossível. Da mesma forma, este título parece sugerir que “*the never-ending tide of misery*” não se refere apenas à deslocação forçada dos refugiados dos seus países de origem, sugere também que a sua entrada na Europa também está incluída nessa descrição.

(2) Categorização do grupo em causa. O uso dos termos “migrante” e “refugiado” não é diferenciado, havendo regularmente um salto de um para outro indiscriminado, verificando-se o mesmo no próprio discurso político a ser noticiado. Do mesmo modo, o termo “refugiados” é por vezes substituída por “*asylum seekers*” e “imigrantes ilegais”, o que sublinha desde logo a falta de consenso entre os diferentes atores políticos e os diferentes media para enquadrar esta questão. A forma como cada coisa e ator é definido, ou seja, a terminologia escolhida para definir, é importante porque determina os limites do debate, as perceções sobre o grupo e as políticas públicas accionadas para lidar com esse grupo/problema/emergência. Ora se em relação a requerentes de asilo e a refugiados a perceção pode ser mais positiva, uma vez que a palavra requerente pressupõe estar “dentro do sistema” – o que confere segurança ao cidadão comum – e a palavra refugiado pressupõe ser vítima e procurar refúgio, o mesmo não acontece com ‘imigrantes’ e muito menos com ‘imigrantes ilegais’ – habitualmente conotados com crime, atos ilegais, desespero e, por isso, potenciais elementos geradores de insegurança (Huysmans, 2000). Desse modo, o tipo de perceção e de políticas públicas que são acionadas e legitimadas para lidar com o assunto são essencialmente securitárias. Porém, o facto de os termos serem usados indiferentemente, confunde a questão em causa, trazendo incerteza e, por conseguinte, insegurança por parte da opinião pública.

O termo mais comum a ser usado em relação aos refugiados para caracterizar a sua figura é “vulnerável” e quando se fala em “crise dos refugiados”, parece que o problema não está só na situação sofrida no país de origem, mas também na sua deslocação para e entrada na União Europeia/ Reino Unido, a crise representa ambas coisas, denotando por um lado certa preocupação com as condições difíceis que estas populações atravessam mas ao mesmo tempo revela uma preocupação com as consequências sociais, políticas e económicas desta entrada. Isto está evidenciado, por exemplo, em “*Send the migrants back to stop more coming, says Theresa May as Mediterranean refugee crisis 'reaches Britain's borders'*” no *The Daily Mail*.

É necessário então estabelecer a diferença entre os dois termos. Assim, relembra-se que segundo a ACNUR (2015), os migrantes são aqueles que escolhem deslocar-se para outro país com a finalidade de atingir melhores condições de vida e que não fogem de qualquer tipo de conflito nem perseguição, sendo que cada país é responsável pela estruturação da legislação e procedimentos que visam a regulação desta. Os refugiados, por sua vez, são aqueles que procuram fugir à perseguição e ao conflito armado no seu país, sendo que a sua situação e estatuto são reconhecidos pelo direito internacional e a sua proteção e cuidado depende dos Estados onde procuram asilo, devendo estes de garantir certas necessidades básicas. Advertido também pela mesma organização é o facto de que a confusão entre estes termos tem consequências tanto na vida pública das sociedades e governos de cada país como na própria vida e segurança dos refugiados, uma vez que ao caracterizar a questão dos refugiados como uma questão de migração, os mecanismos e respostas políticas postos em prática podem não ser os adequados à situação dos refugiados. Assim, esta distinção deveria estar claramente definida tanto nos discursos dos governos como na construção das narrativas dos *média*, o que não se verificou no caso do Reino Unido.

Um outro elemento que contribuiu para esta visão negativa dos refugiados, e a tendência identificada com mais facilidade, foi o tratamento dos mesmos como migrantes e/ou migrantes económicos (Gartrell, 2016; Boeva, 2016), onde é o uso

dos termos “refugiado”, “asylum seeker” e “migrante” se tornou indiferenciado e o termo “migrante” passou a englobar os outros dois. Será importante, então, fazer a distinção entre “refugiado” e “migrante”. Tendo em conta que no Reino Unido, são *legalmente considerados* refugiados os indivíduos forçados a deslocar-se do seu país de origem com a finalidade de escaparem a conflitos armados e perseguição – política, racial, cultural, ... - que obtêm aprovação de asilo por parte do governo ⁸, todos os refugiados que chegam ao Reino Unido pelos seus próprios meios são tratados como “asylum seekers”; em contraste, tem-se como “migrante” os indivíduos que se deslocam por escolha e geralmente pretendem conseguir melhores condições de vida⁹. A forma como estes termos são construídos pelas narrativas distribuídas pelos *média* (britânicos) influencia as percepções do público relativamente aos mesmos; em contraste, da mesma forma que as narrativas podem ser alteradas, também as percepções do público são influenciadas por essas mudanças (Boeva, 2016).

A colocação pelos *média* da crise dos refugiados sírios como estando no mesmo nível do tema da migração (Gartrell, 2016: 13) - ou incorretamente associado a este tema (Berry *et al.*, 2016) -, sem fazer nenhuma distinção ou avaliação de parâmetros como por exemplo os (reais) motivos que levaram à deslocação da população, contribui para uma percepção distorcida tanto do termo “refugiado” como do termo “migrante”, o que leva à possibilidade de se cair no erro de tornar os seus significados demasiado amplos: “representations of illegal immigrants as embodying a threat to national security lean heavily on the representation of refugees as embodying and symbolizing deviance” (Pickering, 2001: 173).

⁸ Refugee Council “The truth about asylum”
https://www.refugeecouncil.org.uk/policy_research/the_truth_about_asylum/the_facts_about_asylum [4 Outubro de 2016]

⁹ ACNUR: Agência da ONU para refugiados (1 de outubro de 2015) “Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto”
<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> [4 de Novembro de 2016]

No entanto, mesmo com a prevalência desta cobertura tendenciosamente mais negativa e com os seus possíveis resultados negativos, não se pode ignorar o contrário. Um outro exemplo de um tratamento negativo, mas que pode apresentar resultados positivos, será a imagem dos refugiados como uma figura “trágica” (Parker, 2015): esta representação tem como objetivo ilustrar o refugiado como alguém que necessita de auxílio, que está numa situação especialmente precária e que não se consegue defender, apelando para o lado humanitário que esta situação evoca, imagem que por vezes entra em conflito com a imagem do refugiado como uma ameaça securitária (Parker, 2015; Harrison, 2016).

(3) Caracterização do fenómeno. o uso de termos como “*wave*”, “*tide*” e “*influx*” quando em uso referiam-se sempre tanto ao termo “refugiados” como “migrante”, o que estabelece uma clara conotação negativa e potencia a insegurança, até por muitas vezes o subtexto ser essencialmente de retrato negativo. Exemplos como “*Calais crisis: Cameron pledges to deport more people to end “swarm” of migrants*” no *The Guardian* ou “*Britain sends £300million to Africa and the Middle East to stop the 'ever growing flow' of migrants wanting to travel to Europe*” no *The Daily Mail* são disso prova;

(4) Associação direta a violência, segurança e ameaça. de entre as cinco palavras escolhidas a identificar, as mais comuns são "migrantes" e "refugiados", sendo que a segunda, no total, surge mais vezes que a primeira. As palavras “ameaça”, “violência” e “segurança” não aparecem diretamente relacionadas com “migrantes” ou “refugiados”. No entanto, em termos de subtexto, os termos “segurança” e “ameaça” estão mais vezes implícitos e velados.

No entanto, no início de setembro de 2015, com a publicação da imagem de um menino sírio que deu à costa numa praia na Turquia morto, Aylan Kurdi, os discursos políticos e dos *média* sofreram uma mudança. Essa mudança é mais evidente no *The Guardian* do que no *The Daily Mail* e reside na diferenciação entre os termos “refugiado” e “migrante”, começa a existir uma separação entre os dois. Enquanto que no primeiro, os discursos revelam-se como sendo mais cuidadosos

em relação ao uso destas palavras, no segundo, ainda existem alguns artigos que não fazem ainda esta distinção.

No que toca às diferenças entre os dois jornais, o *The Guardian*:

- 1) dedicou-se mais a noticiar a parte política - tanto do Reino Unido como da União Europeia - desta situação e não tanto ao retrato do trajeto e dificuldades enfrentadas pelos refugiados até chegarem a território europeu.
- 2) adota uma abordagem tendencialmente mais neutra em relação à situação dos refugiados e mais focado em transmitir as medidas políticas do Reino Unido em relação a esta situação e na sua relação com a União Europeia, bem como nas medidas e dificuldades da mesma em lidar com esta situação.
- 3) Os artigos deste jornal não recorrem tanto ao uso de imagens que demonstrem o carácter da situação dos refugiados da mesma forma que o jornal seguinte, de facto, são mais raras a presença de imagens visuais nos seus artigos.
- 4) Possuem mais artigos de opinião na sua plataforma *online* – que para efeitos práticos desta dissertação, não foram contabilizados - bem como mais artigos sobre a vontade da população de receber os refugiados.

Relativamente ao *The Daily Mail* embora também com atenção à parte política:

- 1) o seu foco esteve em noticiar as dificuldades da União Europeia em lidar com a situação e a tensão que a situação dos refugiados gerou entre os seus estados membros bem como no “horror” da viagem dos refugiados até território europeu.
- 2) abordou situações como as extensas mortes no Mediterrâneo, a possível entrada em solo europeu de jihadistas sob o disfarce de refugiados e a reação e protestos dos refugiados relativamente à barreira de arame farpado na Hungria.
- 3) Focado mais no sofrimento destas pessoas, estes artigos muitas vezes estão acompanhados de várias imagens que ilustram as condições fazem a sua viagem e em que vivem – tanto em campos de refugiados como nas ruas dos países onde chegaram – bem como os momentos em que pisam o solo europeu saídos de um barco de borracha, momentos de alegria e desespero destas pessoas.
- 4) verificou-se um aproveitamento visual da situação – mais pelo *The Daily Mail*- para um amento da visualização de artigos, embora que bem intencionados e numa

tentativa de chamar à atenção para a violência da sua situação, sendo que os perigos e as dificuldades que enfrentam são, de certa forma, situações violentas.

A identificação destas tendências parece estar em concordância com conclusões e trabalhos desenvolvidos anteriormente relativos a este tema, tanto que parece haver um consenso relativamente ao carácter generalizado da cobertura da crise dos refugiados sírios pelos meios de comunicação social britânicos (Gratrell, 2016): apesar de esta cobertura ter um carácter polarizado, foi tendenciosamente negativo. Definindo os refugiados como invasores que devem ser temidos e mantidos fora do território britânico – retratando-os como uma ameaça económica, social, política e até identitária (Lawlor e Tolley, 2017) –, estes foram representados como um grupo homogéneo e desumanizado onde não existem diferenças culturais e religiosas, e mais do que a tragédia que estes vivem, o que constitui a real tragédia é a sua entrada no território britânico (Dykstra, 2016; Gratrell, 2016; Kirkwood, 2017; Parker, 2015); em contraste, as instâncias em que uma cobertura que realçasse os possíveis impactos positivos que o acolhimento destes refugiados teria no país foram mais reduzidas (Berry *et al.*, 2016).

Conclusão

Esta dissertação conclui que a cobertura do *The Guardian* e do *The Daily Mail* no Reino Unido entre junho e setembro de 2015 foi tendencialmente negativa, o que está evidenciado em três pontos principais: (1) no uso indiscriminado (intencional) entre os termos “refugiado” e “migrante”, associando-os ou substituindo-os por termos como “*asylum seeker*” and “(i)migrantes ilegais”; (2) no uso de termos para caracterizar a deslocação dos refugiados cuja conotação no sub-texto se revela negativa, demonstrando-se também potenciadores de insegurança; e (3) no uso de “crise dos refugiados” para representar tanto a situação sofrida no país de origem como a sua deslocação para e entrada na União Europeia/ Reino Unido.

Relembrando a equação que procura responder à questão de partida: o governo é o agente securitário e o Estado é o objeto referente, o assunto a ser securitizado será definido pelo agente securitário e os meios pelos quais essa securitização se dá são os *média* e a sua aprovação ou não dependerá das audiências que darão o seu parecer através da opinião pública. Ou seja, o cerne desta dissertação é compreender se os *media* funcionaram como um agente funcional de facilitação de securitização da aqui denominada “crise dos refugiados” por parte do Estado e, sua subsequente legitimação por parte da opinião pública.

Tendo em conta os elementos expostos, considere-se que *a abordagem implicitamente negativa do caso dos refugiados sírios por parte da imprensa britânica pode ter contribuído para um ambiente que propiciou o sentimento de insegurança com a finalidade de obtenção de legitimação de medidas de segurança por parte dos eleitores britânicos*. Ou seja, os *média* desempenharam um papel de potencial ator funcional de securitização da crise dos refugiados, tendo em conta que o seu contributo pode ser direto ou indireto, intencional ou inadvertidamente.

O mundo e a realidade estão em constante mudança e construção, os indivíduos que os integram estão também em constante desenvolvimento através do processo de socialização e interpretação de situações com que se deparam. Um dos elementos

responsável por essas alterações e pelo próprio desenvolvimento dos indivíduos é a existência dos *média*, uma vez que estes permitem o conhecimento sobre o que se passa no mundo: permitem, por exemplo, um olhar sobre um lugar longínquo e tomar conhecimento sobre o que nele se passa. A informação que é transmitida permite a formulação de opiniões e conhecimento sobre determinados lugares e assuntos.

Ao ser exposto às várias realidades não só através dos *média* como através do processo de socialização, os indivíduos criam e desenvolvem definições de conceitos e agem segundo essas definições. Assim, se se define “segurança” como a necessidade de sobrevivência e “ameaça” como um elemento ou situação que põe em causa essa sobrevivência, suscitará do indivíduo uma ação ou reação em concordância com essas mesmas definições. Mas mesmo estas definições estão sujeitas a alterações, e o que num período temporal pode revelar-se como algo ameaçador, num outro período temporal pode representar segurança, sendo que o contrário também se pode verificar. Estas definições, no entanto, dependem de um entendimento e consciência generalizados, o que de certa forma é permitido e perpetrado pela Opinião Pública, pela esfera pública e pela presença dos meios de comunicação social na mesma.

O sistema político que permite a existência do livre diálogo, comércio de informação e destas considerações generalizadas é a democracia liberal, onde a relação entre o Estado e os indivíduos de uma sociedade onde é valorizado um especial cuidado com o indivíduo na sua racionalidade e liberdade, portador de direitos e interesses bem como uma relação de proteção e segurança face ao Estado e de representatividade face aos governos eleitos; um sistema político onde são os indivíduos que escolhem a classe política que (melhor) os representa, bem como aos seus interesses. Posto isto, tem-se que a procura de segurança é uma preocupação legítima tanto da parte dos indivíduos que constituem uma sociedade como do Estado que os representa e cuja função será fornecer-lhes proteção.

A procura de segurança é feita através do processo de securitização, onde o governo de um Estado, para garantir a sua sobrevivência, pode atingir este objetivo de duas formas: fazer uso da Opinião Pública formada na sua sociedade para averiguar o que pode representar motivo de preocupação dos seus cidadãos ou pode conduzir, de uma forma velada, a Opinião Pública a considerar um determinado assunto como preocupação de cariz securitário; ambos os métodos apenas se tornam possíveis através da intervenção dos *média*, seja qual for o caminho tomado. Após a identificação do assunto a securitizar, procede-se à construção de um discurso em torno do mesmo que o enquadra na dimensão de “ameaça”. A construção do discurso de enquadramento dependerá das definições dadas aos termos, uma vez que esse discurso será apresentado e transmitido pelos *média* – que ocupam o papel de atores funcionais - a uma audiência constituída pelos cidadãos que estão sob a alçada do Estado a defender. Essa audiência, mediante o que lhe for apresentado – uma vez que a qualidade do discurso depende da capacidade do agente securitário e funcionais em construir um discurso coeso relativamente ao enquadramento do assunto a securitizar como uma “ameaça” – o que significa que as audiências, ao terem uma definição geralmente aceite dos termos “segurança” e “ameaça”, vai reagir ou agir de acordo com esses entendimentos. Assim, as audiências, de novo através da opinião pública, validam e conferem legitimidade a medidas e agendas securitárias com a finalidade de neutralizar a “ameaça” exposta. Esta neutralização pode ser feita por meios pacíficos ou com recurso a violência, no entanto, o ato de securitização é implicitamente violento.

A situação dos refugiados é um exemplo disto e vale a pena desconstruir esta asserção. O antigo primeiro ministro britânico David Cameron, no seu primeiro discurso sobre imigração após as eleições em 2015, afirmou que a Grã-Bretanha era um país que ia buscar a sua força no controlo da imigração e essa havia sido uma das escolhas dos eleitores, acrescentando que esta havia sido a escolha correta uma vez que a imigração descontrolada traz consigo um conjunto de problemas como

por exemplo, a tremenda pressão nos serviços públicos e no mercado de trabalho¹⁰. No mesmo discurso, afirmou ainda que a democracia britânica era uma das mais multirraciais, com pessoas com os mais variados panos de fundo, e com maior sucesso a nível mundial, mas que para manter esta estrutura e este sucesso, o controlo da imigração seria necessário. Num discurso anterior, o antigo primeiro ministro havia ainda afirmado que o controlo da imigração deveria fazer parte do interesse nacional¹¹. Estas afirmações são reveladoras quando contrastadas com os resultados obtidos.

There is a symbiosis between media and policy: politicians, media, and academics provide the language for talking about immigration and thus, set the agenda and frame the stories. A certain policy focus is transmitted from the government to the media. The stories that the media produce then feed back into policy discourse. In addition to driving “media panics” also influence academic research on media coverage on migration. (Threadgold, 2009 :1).

Como foi verificado em ambos jornais e nos discursos políticos noticiados, o uso dos termos “refugiado” e “migrante” foi indiferenciado havendo um salto regular entre o uso de um termo e outro e, ao mesmo tempo, estes termos eram muitas vezes substituídos por “*asylum seeker*” e/ou “imigrantes ilegais”. Este facto não aparenta ser uma coincidência. Ao não fazer a distinção sobre o significado de um termo do outro, cai-se no erro de considerar que ambos termos possuem a mesma significação e, portanto, devem ser tratados como tal – tanto socialmente como politicamente.

Enquanto os discursos proferidos por David Cameron e o seu governo não faziam esta distinção, os *média* britânicos perpetuaram estes discursos e esta construção. O que se pode retirar disto é uma tentativa, por parte do governo britânico de incluir a questão dos refugiados sob a alçada da questão da migração; assim, a legislação

¹⁰ GOV.UK (2015) “David Cameron discussed government plans to control immigration ahead of the Queen's Speech”: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-speech-on-immigration> [17 de Julho de 2017]

¹¹ BBC (2014) “David Cameron's EU speech: full text”: <http://www.bbc.com/news/uk-politics-30250299> [17 de Julho de 2017]

e mecanismos responsáveis pela regulação da migração seriam os mesmos a serem usados para a situação dos refugiados caso estes atingissem solo britânico, o que se revela problemático.

Isto deve-se à consideração de que o governo britânico transmite através dos *mídia* um discurso político que descreve a migração como algo que necessita de um controlo rigoroso e de uma reforma das medidas destinadas a esse controlo – uma vez que a migração descontrolada coloca em causa a integridade da estrutura social e política –, significa que a agenda por trás desse discurso *pode* ter um carácter securitário, mesmo que velado, e cabe às audiências desvendá-lo, tanto que, Cameron afirmou que o controlo da (i)migração havia sido uma escolha dos eleitores. O processo de securitização aqui não é explícito, mas sim implícito.

Aliado a isto e sem esquecer que os meios de comunicação social possuem o seu próprio impacto na realidade experienciada pelos indivíduos, juntamente com o discurso político securitário, o discurso mediático contribui para este processo de securitização ao empregar o uso de termos cujo uso, numa primeira observação, parece ter uma conotação mais neutra quando na verdade, a conotação por trás dos mesmos é negativa. O recurso a termos como “*tide*” (tradução: maré) e “*wave*” (tradução: onda) denota uma significação de algo que cujo controlo é difícil e, como uma onda invade uma praia, uma “onda de refugiados” pode levar a uma significação de invasão; esta conotação negativa é especialmente visível quando estes termos estão relacionados com outros usados para descrever a situação como desesperante. Sem esquecer que, se o uso de “crise dos refugiados” representa tanto a situação sofrida no país de origem como a sua deslocação para e entrada na União Europeia/ Reino Unido, há um descrédito implícito da sua situação, bem como, mais uma vez, ao denominar a entrada dos refugiados em solo europeu/britânico como uma “crise”, está-se a conferir a esta crise humanitária uma conotação de invasão, de uma ameaça política, social e estrutural.

Este tratamento pelos *mídia* e pelo então governo britânico constitui um tipo de violência contra os refugiados. Além da violência direta experienciada no seu país

de origem, estes sofrem com a violência estrutural e cultural perpetrada por estas narrativas de cariz negativo e securitário em torno deles, tanto por parte não só da União Europeia como da parte do Reino Unido. Assim, não foi apenas o discurso securitário que contribuiu para um ambiente propício ao sentimento de insegurança, as narrativas construídas nos *média* também o contribuíram. Seria de esperar que o governo e a classe política fizessem uso da terminologia correta com a finalidade de não criar confusões e de explicitar a questão com a qual se deparavam; da mesma forma também seria esperado um discurso de cariz mais humanitário.

De uma forma mais simples: a securitização é um processo de procura de segurança, assim, o discurso político formado a volta da migração e dos refugiados formula os dois como ameaças à estrutura social e política. O mesmo tomou um carácter securitário relativamente velado que foi exposto através dos *média* aos eleitores como interesse nacional e sobre o qual teriam de tomar uma decisão; assim, ao cair – de forma imposta - no espectro da migração e ao recurso a certas palavras-chave que implicavam a sensação de ameaça, a crise dos refugiados foi um tema tomado como necessário securitizar, tanto que, no primeiro discurso sobre a imigração em maio de 2015, David Cameron afirmou exatamente que os eleitores escolheram um maior controlo da imigração para o Reino Unido.

Assim, a identificação do “refugiado” como “migrante” garantiu a queda do primeiro na definição do segundo. Como agente securitário, o governo tem como referente o Estado – a sua sobrevivência-, ao descrever a (i)migração como um assunto que necessita de novas reformas e medidas para o seu controlo, torna-o no assunto a securitizar, o que significaria que a securitização dos refugiados sírios seria uma garantia. Mais que isto, a cobertura pelos *média* britânicos foi tendencialmente negativa, o que também contribuiu para um ambiente onde o sentimento de insegurança facilmente podia proliferar, suscitando uma resposta das audiências em concordância com o que lhes foi transmitido.

Referências Bibliográficas

ACNUR: Agência da ONU para refugiados (1 de outubro de 2015) “Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto” <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> [4 de Novembro de 2016]

Adler, Emanuel (1997) “Seizing the middle ground: construtivismo in world politics” *European Journal of Internacional Relations*. 3(3), 319-363.

Aguilar, Sérgio L. C.; Furtado, Gabriela; Roder, Henrique (2014) “A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional” *Série Conflitos Internacionais*. 1(6), 1-6.

Aires, Luísa (2011) *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

de Andrade, George Bronzeado (2011) “A guerra civil síria e a condição dos refugiados: um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional” *Revista de Estudos Internacionais*. 2(2), 121-138.

Baldwin, David A. (1997) “The concept of security” *Review of International Studies*. 23, 5-26.

Bardin, Laurence (1979) *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Baker, Paul; Grabieltos, Costas (2008) “Fleeing, Sneaking, Flooding A Corpus Analysis of Discursive Constructions of Refugees and Asylum Seekers in the UK Press, 1996-2005” *Journal of English Linguistics*. 36(1), 5-38.

Balzacq, Thierry; Basaran, Tugba; Bigo, Didier; Guittet, Emmanuel-Pierre; Olsson, Christian (2010) "Security Practices" in Denmark, Robert A. (ed.) *International Studies Encyclopedia Online*. Disponível em: <http://didierbigo.com/wp-content/uploads/2016/03/SecurityPractices2010.pdf> [7 de Maio de 2017]

BBC (2014) "David Cameron's EU speech: full text": <http://www.bbc.com/news/uk-politics-30250299> [17 de Julho de 2017]

BBC (2017) "United Kingdom Profile – Media". Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-18027956> [26 de Julho 2017]

Berger, Peter L.; Luckmann, Thomas (1966) *The Social Construction of Reality*. Londres: Penguin Books.

Bennett, Tony (1982) "Media, 'reality', signification" in Bennett, Tony; Curran, James; Gurevitch, Michael; Woollacot, Janet (eds.) *Culture, society and the media*. Londres: Routledge, 285-307.

Berry, Mike; Garcia-Blanco, Inaki; Moore, Kerry (2016) *Press Coverage of the Refugee and Migrant Crisis in the EU: A Content Analysis of Five European Countries*. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.

Blumler, Jay G.; Gurevitch, Michael (1982) "The political effects of mass communication" in Bennett, Tony; Curran, James; Gurevitch, Michael; Woollacot, Janet (eds.) *Culture, society and the media*. Londres: Routledge, 232-265.

Bobbio, Norberto (2000) *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.

Boeva, Alyonia (2016) "Discursive construction of refugees, migrants and asylum seekers in British and American news sources" *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. 236, 53-58.

Borges, Susana (2014) “Opinião Pública: história, crítica e desafios na era transnacional” *Comunicação e Ciências Empresariais*. 9, 88-103.

Bromley, Michael (s.d.) “United Kingdom” *European Journalism Centre*. Disponível em: http://ejc.net/media_landscapes/united-kingdom [26 julho 2017]

Brown, Melanie (1996) *The portrayal of violence in the media: Impacts and implications for policy* (Trends & Issues in Crime and Criminal Justice No. 55). Canberra: Australian Institute of Criminology.

Buzan, Barry (1991), “New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century” *International Affairs*. 67(3), 431-451.

Buzan, Barry; Wæver, Ole; de Wilde, Jaap (1998) *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Byman, Daniel; Speakman, Sloane (2016) “The Syrian Refugee Crisis: Bad and Worse Options” *The Washington Quarterly*. 39(2), 45-60.

Câmara, Rosana Hoffman (2014) “Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações” *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*. 6(2), 179-191.

Campos, Claudinei José Gomes (2004) “Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde” *Rev Bras Enferm*. 57(5), 611-614.

Cavalcante, Ricardo Bezerra; Calixto, Pedro; Pinheiro, Marta Macedo Kerr (2014) “Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método” *Informação & Sociedade: Estudos*. 24(1), 13-18.

Caregnato, Rita Catalina Aquino; Mutti, Regina (2006) “Pesquisa qualitativa: Análise de discurso VERSUS Análise de conteúdo” *Texto Contexto Enferm.* 15(4), 679-684.

Cheung, Sin Yi; Phillimore, Jenny (2014) “Refugees, social capital, and labour market integration in the UK” *Sociology.* 48(3), 518-536.

Chomsky, Noam; Herman, Edward S. (1988) *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media.* Nova Iorque: Pantheon Books.

Colbari, Antonia (2014) “A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa” in de Souza, Eloisio Moulin (ed.) *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual.* Vitória: EDUFES, 241-276.

Coleman, Stephen; Wright, Scott (2008) “Political blogs and representative democracy” *Information Polity.* 13, 1-5.

Collin, Leandro (2001) “Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados” *FAMECOS.* 14, 88-101.

Corrêa, Luís Fernando Casara (2013) “Confrontos na Síria: a teoria crítica aplicada ao conselho de segurança” *Revista Acadêmica de Relações Internacionais.* 3(1), 46-57.

do Couto, Leonardo Diniz (2012) “Características da democracia liberal: breves comentários” *Revista Redescrições.* 3, 58-70.

Csicsmann, László (2016) “The Syrian refugee crisis reconsidered: The role of the EU-Turkey Agreement” *Corvinus Journal of International Affairs.* 1(1), 83-98.

Deusdará, Bruno; Rocha, Décio (2005) “Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória” *ALEA*. 7(2), 305-322.

Doyle, Michael W. (2008) “Liberalism and Foreign Policy” in Dunne, Tim; Hadfield, Amelia; Smith, Steve (eds.) *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, 54-77.

Dunne, Tim (2001) “Liberalism” in Baylis, John; Smith, Steve (eds.) *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 162-181.

Dykstra, Tiffany A. (2016) “Assemblages of Syrian suffering: rhetorical formations of refugees in western media” *Language, discourse & society*. 4(1), 31-48.

Entman, Robert (1993) “Framing: Toward the Clarification of a fractured paradigm” *Journal of Communication*. 43(4), 51-58.

Fanti, Kostas A.; Vanman, Eric; Henrich, Christopher C.; Avraamides, Marios N. (2009) “Desensitization to Media Violence Over a Short Period of Time” *Aggressive Behaviour*. 35, 179–187.

Fierke, K. M. (2007) *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity.

Finnemore, Martha; Sikkink, Kathryn (2001) “Taking Stock: the constructivist research programme in international relations and comparative politics” *Annual Reviews*, 4, 391-416.

Gad, Ulrik Pram; Petersen, Karen Lund (2011) “Concepts of politics in securitization studies” *Security Dialogue*. 42(4-5), 315-328.

Gajjala, Radhika; Rettberg, Jill Walker (2016) "Terrorists or cowards: negative portrayals of male Syrian refugees in social media" *Feminist Media Studies*. 16(1), 178-181.

Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research" *Journal of Peace Research*. 6(3), 167-191.

Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence" *Journal of Peace Research*. 27(3), 291-305.

Gartrell, Hester (2016) "Muslim or Migrant? An Exploration of the Portrayal of Syrian Refugees in the British Press" *Oxford Monitor of Forced Migration*. 6(1), 8-21.

Ge, Yunfeng (2016) "Sensationalism in media discourse: A genre-based analysis of Chinese legal news reports" *Discourse & Communication*. 10(1), 22-39.

Gismondi, Mark D. (2008) *Ethics, Liberalism and Realism in International Relations*. Londres: Routledge.

GOV.UK (2015) "David Cameron discussed government plans to control immigration ahead of the Queen's Speech": <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-speech-on-immigration> [17 de Julho de 2017]

Gradim, Anabela (2016) *Framing: o enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Griffiths, Mark D.; Shuckford, Gary L. (1989) "Desensitization to television violence: a new model" *New ideas in Psychol.* 7(1), 85-89.

Grzybowski, Denize; Mozzato, Anelise Rebelato (2011) “Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios” *RAC*. 15(4), 731-747.

Guzzini, Stefano (2000) “A Reconstruction of Constructivism in International Relations” *European Journal of International Relations*. 6(2), 147-182.

van de Haar, Edwin (2009) *Classical liberalism and international relations theory: Hume, Smith, Mises and Hayek*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Haas, Ernest B. (1990) “Reason and change in international life: justifying a hypothesis” *Journal of International Affairs*. 44, 209-240.

Habermas, Jürgen (1990) *The structural Transformation of the public sphere*. Massachusetts: MIT Press.

Harrison, Alexander Callum (2016) “Mediations of ‘the Refugee Crisis’: the (ir)reconciliation of ideological contradictions in fortress Europe” *Networking Knowledge*. 9(4), 1-19.

Hay, Collin (2002) *Political Analysis: a critical introduction*. Houndmills: Palgrave.

Heisbourg, François (2015) “The Strategic Implications of the Syrian Refugee Crisis” *Survival*. 57(6), 7-20.

Höister, Birgitta (2004) “The discourse of global compassion: the audience and media reporting of human suffering” *Media, Culture & Society*. 26(4), 513-531.

Hopf, Ted (1998) “The promise of Constructivism in International Relations Theory” *International Security*. 23-1, 171-200.

Hurd, Ian (2008) "Constructivism" in Reus-Smit, Christian; Snidal, Duncan (eds.) *Oxford Handbook of International Relations*. Nova Iorque: Oxford University Press, 298-326.

Huysmans, Jef. (1998) "Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe" *European Journal of International Relations*. 4(4), 479–505.

Huysmans, Jef (2000) "The European Union and the Securitization of Migration" *Journal of Common Market Studies*. 38(5), 751-777.

Huysmans, Jef (2002) "Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security" *Alternatives*. 27, 41-62.

Jackson, Richard (2005), *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter Terrorism*. Manchester: Manchester University Press.

Jackson, Robert; Sorensen, Georg (2006) *Introduction to International Relations Theories and Approaches*. Oxford: Oxford University Press.

Karakus, Mine; Yaylaci, Filiz Göktuna (2015) "Perceptions and newspaper coverage of Syrian refugees in Turkey" *Migration Letters*. 12(3), 238-250.

Kirkwood, S. (2017) "The Humanisation of Refugees: A Discourse Analysis of UK Parliamentary Debates on the European Refugee 'Crisis'" *Journal of Community & Applied Social Psychology*. 27, 115-125.

Koca, Burcu Togrul (2016) "New Social Movements: "Refugees Welcome UK"" *European Scientific Journal*. 12(2), 96-108.

Koroutchev, Rossen (2016) "The Syrian Refugee Crisis in Europe" *Journal of Liberty and International Affairs*. 1(1), 26-37.

Krahé, Barbara; Möller, Ingrid; Huesmanns, L. Rowell; Kirwil, Lucyna; Felber, Juliane; Berger, Anja (2011) “Desensitization to Media Violence: Links With Habitual Media Violence Exposure, Aggressive Cognitions, and Aggressive Behavior” *Journal of Personality and Social Psychology*. 100(4), 630-646.

Johansson, Rolf (2003) “Case study methodology” in *Methodologies in Housing Research*. Estocolmo, Suécia 22–24 September 2003. Disponível em: http://www.psyking.net/htmlobj-3839/case_study_methodology-rolf_johansson_ver_2.pdf [25 de Julho de 2017]

Lawlor, Andrea; Tolley, Erin (2017) “Deciding Who’s Legitimate: News Media Framing of Immigrants and Refugees” *International Journal of Communication*. 11, 967-991.

Lippmann, Walter (1921) *Public Opinion*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company.

Livingstone, Sonia; Lunt, Peter (1994) “The Mass Media, democracy and the public sphere” in Livingstone, Sonia; Lunt, Peter (eds.) *Talk on television audience participation and public debate*. Londres: Routledge, 9-35.

Lira, Rafael de Sousa (2014) *Mídia Sensacionalista: o Segredo de Justiça Como Regra*. Rio de Janeiro: Forense.

Longhi, Carla Reis (2016) “Origens do conceito de opinião pública: um diálogo com Hannah Arendt e Jurgen Habermas” *Comunicação e Sociedade*. 38(1), 44-46.

McGuinness, Terry (2017) “The UK response to the Syrian refugee crisis” *House of Commons Library Briefing Paper* 06805.

Mandelbaum, Michael (2002) *The ideas the conquered the World*. Nova Iorque: Public Affairs.

McCombs, Maxwell E.; Shaw, Donald L. (1972) “The Agenda-setting function of Mass Media” *The Public Opinion Quarterly*. 36-2, 176-187.

McCombs, Maxwell E. (2003) *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf

McCombs, Maxwell; Reynolds, Amy (2009) “How the news shapes our civic agenda” in Bryant, Jennings; Oliver, Mary Beth (eds.) *Media Effects: advances in theory and research*. Nova Iorque: Routledge, 50-73.

McDonald, Matt (2008) “Securitization and the Construction of Security” *European Journal of International Relations*. 14(4), 563–587.

Messari, Nizar; Nogueira, João Pontes (2005) *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

Metcalfê-Hough, Victoria (2015) “The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions” *ODI Briefing Shaping policy for development*. Londres.

Miranda, Marcia M. (2011) “Sociedade, violência e política de segurança pública: da intolerância à construção do ato violento” *Revista Eletrônica Machado Sobrinho*. 1-13. Disponível em: http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo01REM3.pdf

Moravcsik, Andrew (1997) “Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics” *International Organization*. 51(4), 513-553.

Moravcsik, Andrew (2008) “The New Liberalism” in Reus-Smit, Christian; Snidal, Duncan (eds.) *Oxford Handbook of International Relations*. Nova Iorque: Oxford University Press, 298-326.

Navari, Cornelia (2013) “Liberalism, Democracy and International Law – An English School Approach” in Friedman, Rebbeka; Oskanian, Kevork; Pardo, Ramon Pacheco (eds.) *After Liberalism? The future of Liberalism in International Relations*. Palgrave Macmillan, 33-50.

Noor, Khairul Baharein Mohd (2008) “Case study: a strategic research methodology” *American Journal of Applied Sciences*. 5(11), 1602-1604.

Parker, Samuel (2015) “Unwanted invaders!: The representation of refugees and asylum seekers in the UK and Australian print media” *eSharp*. 23, 1-21.

Phillimore, Jenny (2011) “Refugees, acculturation strategies, stress and integration” *Journal of Social Policy*. 40(3), 575-593.

Phillimore, Jenny; Goodson, Lisa (2006) “Problem or Opportunity? Asylum Seekers, Refugees, Employment and Social Exclusion in Deprived Urban Areas” *Urban Studies*. 43(10), 1715–1736.

Pickering, Sharon (2001) “Common Sense and Original Deviancy: New Discourses and Asylum Seekers in Australia”. *Journal of Refugee Studies*. 14(2), 169-186.

Pimenta, Lidiane Malagone (2007) “A formação da opinião pública e as inter-relações com a mídia e o sistema político” in II Congresso Brasileiro de Pesquisadores em Comunicação e Política. Belo Horizonte, Brasil.

Pissarra, João Esteves (2010) “Opinião Pública” in Correia, João Carlos; Ferreira, Gil Batista; Santo, Paula Espírito (org.) *Conceitos de comunicação política*. Livros LabCom, 9-20.

Plattner, Marc F. (2004) "Liberalism and Democracy: Can't have one without the other" *Foreign Affairs*. 77(2), 171-180.

Plattner, Marc F. (2010) "Populism, pluralism, and liberal democracy" *Journal of Democracy*. 21(1), 81-92.

Porto, Maria Stella Grossi (2002) "Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea" *Sociologias*. 8, 152-171.

Onuf, Nicholas Greenwood (1989) *World of Our Making: Rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press.

Onuf, Nicholas Greenwood (2006) "Worlds of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations" in Puchala, Donald J. (ed.) *Visions of International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 119-141.

Ostrand, Nicole (2015) "The Syrian Refugee Crisis: A Comparison of Responses by Germany, Sweden, the United Kingdom, and the United States" *Journal on Migration and Human Security*. 3(3), 255-279.

Ramonet, Ignacio (1999) *A Tirania da Comunicação*. Porto: Campo das Letras.

Ransohoff, David F.; Ransohoff, Richard M. (2001) "Sensationalism in the Media: When Scientists and Journalists May Be Complicit Collaborators" *Eff Clin Pract*. 4(4), 185-188.

Richardson, James L. (1995) "Contending Liberalisms: Past and Present" *Australian National University Working Paper N°1995/10*. Canberra.

Richardson, James L. (2002) "Critical Liberalism in international relations" *Australian National University Working Paper N°2002/7*. Canberra.

Ristum, Marilena; Bastos, Ana Cecília de Sousa (2003) “A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental” *Paidéia*. 13(26), 181-189.

Rychnovská, Dagmar (2014) “Securitization and the Power of Threat Framing” *Perspectives*. 22(2), 9-21.

Seixas, Eunice Castro (2013) “Paz liberal, governação e cultura democrática” *Universalistas Relações Internacionais*. 11(2), 91-99.

Sena, Nilza Mouzinho de (2007) “Espaço Público, Opinião e Democracia” *Estudos em Comunicação*. 1, 270-304.

Silva, Cristiane Rocha; Gobbi, Beatriz Christo; Simão, Ana Adalgisa (2005) “O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método” *Organizações Rurais & Agroindustriais*. 7(1), 70-81.

Silva, Marta (2016) “Securitization as a nation-building instrument” *Politikon: IAPSS Political Science Journal*. 29, 201-214.

Sirkeci, Ibahim; Utku, Deniz Eroglu; Yazgan, Pinar (2015) “Syrian Crisis and Migration” *Migration Letters*. 12(3), 181-192.

Sparks, Glenn G.; Sparks, Cheri W.; Sparks, Erin A. (2009) “Media Violence” in Bryant, Jennings; Oliver, Mary Beth (eds.) *Media Effects: advances in theory and research*. Nova Iorque: Routledge, 269-286.

Šulovic, Vladimir (2010) “Meaning of Security and Theory of Securitization” *Belgrade Centre for Security Policy*. Disponível em: http://www.bezbednost.org/upload/document/sulovic_%282010%29_meaning_of_secu.pdf [15 de Abril de 2017]

Tan, Carol (2015) “The Syrian Refugee Crisis: Conflicts in the Making” in IEMed (ed.) *IEMed. Mediterranean Yearbook 2015*. Barcelona: IEMed, 307-311.

Tanno, Grace (2003) “A Contribuição da Escola de Copenhaga aos Estudos de Segurança Internacional” *Contexto Internacional*. 25(1), 47-80.

Themistocleous, Andreas (2013) “Securitizing Migration: Aspects and Critiques” *The GW Post Research Paper*. Disponível em: <https://thegwpost.files.wordpress.com/2013/05/securitizing-migration-aspects-and-critiques-themistocleous-2013.pdf> [15 de Abril de 2017]

Traquina, Nelson (2002) *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Threadgold, Terry (2009) *The Media and Migration in the United Kingdom, 1999 to 2009*. Washington, DC: Migration Policy Institute.

Udeze, Sunny Emmanuel; Uzuegbunam, Chikezie Emmanuel (2013) “Sensationalism in the media: the right to sell or the right to tell?” *Journal of Communication and Media Research*. 5(1), 69-78.

UNHCR (1967) *Convention and protocol relating to the status of refugees*. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.

Wendt, Alexander (1992) “Anarchy is what states make of it: the social construction of social politics” *International Organization*. 46(2), 391-425.

Wilks-Heeg, Stuart; Blick, Andrew; Crone, Stephen (2012) *How Democratic is the UK? The 2012 Audit*. Liverpool: Democratic Audit. Disponível em: <http://www.democraticaudit.com/wp-content/uploads/2013/07/auditing-the-uk-democracy-the-framework.pdf> [22 de Julho de 2017]

Zainal, Zaidah (2007) “Case study as a research method” *Jurnal Kemanusiaan*. 9, 1-6. Disponível em:

http://eprints.utm.my/8221/3/ZaidahZaina12007_CaseStudyasaResearchMethod.pdf [25 de Julho de 2017]

Zehfuss, Maja (2002) *Construtivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zucker, Donna M. (2009)"How to Do Case Study Research" *Teaching Research Methods in the Humanities and Social Sciences*. 2. Disponível em: http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=nursing_faculty_pubs [25 de Julho deo 2017]

Yin, Robert (2003) *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Apêndice I

<i>The Guardian</i>	Refugiados	Segurança	Violência	Ameaça	Migrante	Sub-Texto
Numbers of migrants crossing Mediterranean nearly doubles in a year	6	0	0	0	7	Preocupação com o aumento das entradas de migrantes e refugiados em solo europeu; a crise é essa entrada
WFP to cut food vouchers for Syrian refugees in Jordan and Lebanon	12	0	0	0	0	A ajuda financeira é escassa para lidar com esta crise, revelando uma necessidade de mais contribuições internacionais, aparenta ser uma tentativa de angariação
Denmark to slash benefits for asylum seekers in attempt to deter	4	0	0	0	0	Tentativa de controlo de entrada dos refugiados na Dinamarca com a finalidade de reduzir as entradas de refugiados no país, e os que entrarem, enfrentaram condições impostas pelo governo e menor apoio financeiro
Polos don't want immigrants. They don't understand them, don't like them'	12	0	0	1	8	Visão dos refugiados como terroristas e uma ameaça económica e laboral é opinião geral, não apresentando mudança num futuro próximo. Linguagem acusatória a esta posição polaca no final do artigo.
UK government turning its back on Syrian refugees, says Yvette Cooper	17	0	1	0	0	Crítica à (falta de) ação do governo britânico por Yvette Cooper. Tentativa de acertar o discurso político referente aos refugiados: tentativa de os dissociar da questão da (i)migração e ao pinta-los como vulneráveis e desesperados por ajuda.
Half a million refugees gather in Libya to attempt perilous crossing to Europe	16	0	1	0	0	Recurso a fotografias. Ênfase na resposta britânica em desmantelar as redes de traficantes humanos no Mediterrâneo para evitar a deslocação dos refugiados como método de controlo da entrada de refugiados em solo europeu.
UK could withdraw from migrant rescue missions in	6	0	0	0	16	Justificação da posição e resposta britânica face a esta crise. Sugere uma negação dos direitos reconhecidos internacionalmente dos refugiados.
Italian police forcibly remove migrants stranded near French border	1	0	0	1	16	"Refugiado" apenas aparece numa instância onde não é diferenciado de "migrante". Demonstra as implicações internacionais em torno da falha de resposta europeia a esta crise, uma falha dos ideais europeus.
One in every 122 people is displaced by war, violence and persecution, says UN	30	0	2	0	1	Artigo de carácter informativo e uma tentativa de clarificar a diferença entre "refugiados" e "migrantes".
Children suffer worsening conditions in Calais's dismal Jungle 2 migrant camp	0	0	0	0	6	Título de carácter anganoso.
World Refugee Day: stories of everyday heroes helping Syrian refugees	36	0	0	0	0	Mesmo com uma percepção negativa da situação dos refugiados, há pessoas e comunidades que se dedicam a ajudar estas populações.

Tabela 1 A

Tim Farron calls for UK to let in 60,000 migrants	3	0	0	1	4	Tentativa de apelo à dimensão humanitária desta crise e a uma mudança política nesse sentido.
Malvern's plan to give sanctuary to Syrian refugees met with barriers	33	0	0	0	0	Receção e resistência relativamente à presença de refugiados e às pressões económicas.
UK Mediterranean mission to get information on smugglers, says minister	6	0	0	0	10	Necessidade de maior controlo fronteiriço e insistência em que a resposta britânica de parar as redes de tráfico humano é a mais correta.
UN would struggle to cope with refugees in Greece if banks fail	17	0	0	1	6	Ilustração e tentativa de sensibilizar as audiências para a situação precária dos refugiados na Grécia, suscitando auxílio exterior.
Syrian refugees: four million people forced to flee as crisis deepens	29	0	2	0	0	Artigo de caráter informativo. A associação de refugiados a números reduzindo-os a um valor numérico.
Germans greet influx of refugees with free food and	13	0	1	1	3	Denotação de uma cisão entre posições a favor e contra da comunidade alemã relativamente à chegada dos refugiados.
Concerns raised over plan to strip failed asylum seeker families of benefits	2	1	1	0	5	Tentativa de justificação da política restritiva do Reino Unido à entrada de refugiados.
Calais crisis: Cameron pledges to deport more people to end 'swarm' of migrants	2	3	0	0	20	Desumanização da população deslocada. Tentativa de ilustrar o Reino Unido como um lugar menos auspicioso do que se considera.
Women and children arriving at Calais's migrant camps 'need greater protection'	0	2	0	0	11	Exposição e tentativa de sensibilização da situação precária dos migrantes em Calais.
Give me your tired, your poor ... the Europeans embracing migrants	28	0	0	1	28	Mesmo partindo de um ambiente negativo, existem grupos de pessoas que pretendem tornar melhores as condições de vida destas pessoas, sem motivações políticas.
Illegal immigrants to UK face eviction without court order under new laws	2	0	0	0	8	Tentativa de ilustrar o Reino Unido como um lugar menos auspicioso para migrantes e refugiados.
Support cut-off for refused asylum seekers may affect 2,900 families in UK	2	0	0	3	0	Tentativa de ilustrar o Reino Unido como um lugar menos auspicioso para migrantes e refugiados.
Immigrant flow to Greece is beyond what we can handle – Alexis Tsipras	4	0	0	0	4	A presença dos refugiados retratada como um elemento que coloca uma grande pressão nas infraestruturas de um país de receção.
Spike in refugee arrivals pushes Greek island of Lesbos to 'breaking point'	9	0	0	0	9	A presença dos refugiados retratada como um elemento que coloca uma grande pressão nas infraestruturas de um país de receção.
UK in talks with Holland and Belgium to close off new migrant routes to Britain	4	4	0	0	12	Tentativa de controlo de migrantes e refugiados em Calais na forma de desmantelamento de redes de tráfico humano e auxílio monetário.

Tabela 1 B

Angela Merkel to visit asylum shelter after wave of far-right attacks	16	0	2	0	4	Num país que se comprometeu a receber refugiados de braços abertos, ainda há grupos que discordam com essa medida através de protestos e crimes de um carácter violento relativo contra as estruturas destinadas ao apoio a refugiados e contra os mesmos.
The Guardian view on Britain's response to the Syrian refugee crisis: morally bankrupt	14	0	0	1	3	Crítica principalmente à resposta do Reino Unido face à crise dos refugiados com recurso a medidas mais rígidas de controlo da (i)migração e aumento da segurança fronteiriça.
Germany gets 27 Syrian asylum applications for every one to the UK	3	0	0	0	1	Artigo de carácter informativo. Redução dos refugiados a números o que denota uma visão dos mesmos como uma massa sem identidade.
Migrants, refugees and asylum seekers: what's the difference?	12	1	0	1	12	Artigo de carácter informativo que pretende chamar a atenção para a necessidade e dever de distinção destes termos.
David Miliband: failure to take in refugees an abandonment of UK's humanitarian traditions	12	0	0	0	3	Crítica à resposta e posição do governo relativamente à crise dos refugiados.
How many refugees should Britain take?	9	0	0	0	1	Crítica da oposição à resposta e posição do governo relativamente à crise dos refugiados.
Yvette Cooper: UK should take in 10,000 Middle East refugees	15	0	0	0	2	Crítica da oposição à resposta e posição do governo relativamente à crise dos refugiados, com sugestão de uma tentativa de resposta tida como mais apropriada.
Refugees welcome? How UK and Germany compare on migration	51	0	0	0	2	Artigo informativo de comparação das respostas da Alemanha e do Reino Unido retratando a segunda como insuficiente em relação à primeira, sugerindo que a cobertura mediática contribuiu para esta discrepância de respostas.
Shocking images of drowned Syrian boy show tragic plight of refugees	12	0	0	0	4	Exposição das fotos de Aylan Kurdi. Sugestão da verdadeira precariedade, falta de segurança, e violência vivida pelos refugiados na sua deslocação para território europeu. A violência vivida não se reduz ao seu país de origem.
Britain should not take more Middle East refugees, says David Cameron	19	1	1	0	3	A resposta britânica continua a estar direccionada para um controlo da migração, suscitando várias críticas políticas à mesma. Esta resposta pode revelar-se como não sendo a mais correta, mas não significa que esteja errada.
Migration crisis: new public mood poses dilemma for Cameron	5	0	0	0	4	Ilustração da mudança de percepções sobre a situação dos refugiados. Denotação de uma certa hipocrisia política e mediática.

Tabela 1 C

David Cameron says UK will fulfil moral responsibility over migration crisis	13	0	0	0	1	A mudança de percepção após a publicação das fotos de Aylan Kurdi parece ser vista como interesse político e não apenas humanitário.
Cameron bows to pressure to let in more Syrian refugees	19	0	0	0	0	Subjugação de David Cameron e do seu governo ao crescente sentimentalismo da opinião pública após a publicação das fotografias de Aylan Kurdi.
David Cameron says UK will take thousands more Syrian refugees	22	1	1	0	3	Tentativa de defesa e de legitimação da resposta britânica à crise dos refugiados, com recurso a uma posição sentimentalista.
Refugee crisis: the UK local government response so far	22	0	1	0	0	Crítica face à mudança rápida de perspetivas sociais e políticas sobre a crise dos refugiados. Esta crítica tem como base a existência de programas já anteriormente dedicados ao auxílio de refugiados.
Cameron limits UK's Syrian refugee intake 'to discourage risky journeys'	22	0	1	0	0	Tentativa de defesa e de legitimação da resposta britânica à crise dos refugiados, com recurso a uma posição sentimentalista.
Cameron's moral failure over refugees 'will cost him Europe negotiation'	8	0	0	0	1	A diferença de posições políticas parece levar a uma punição da posição que se apresenta como diferente da aceite por uma maioria.
George Osborne to use foreign aid to help Syrian refugees in UK	14	0	0	1	0	Resultado da Subjugação de David Cameron e do seu governo ao crescente sentimentalismo da opinião pública após a publicação das fotografias de Aylan Kurdi.
Volunteers and donors for refugees condemn government's response	5	0	0	0	0	Demonstração de uma viragem na atitude pública suscitada pela publicação das fotos de Aylan Kurdi.
Osborne to spend £1bn of UK aid budget on protecting 'national interest'	13	1	1	1	0	Tentativa de apaziguar as animosidades entre o Reino Unido e a União Europeia. Ajuda monetária e proteção do Reino Unido contra possíveis ameaças exteriores como interesse nacional.
David Cameron to unveil UK response to refugee crisis before parliament	31	1	1	1	0	Tentativa de apaziguar as animosidades entre o Reino Unido e a União Europeia. Reiteração da ("nova") política de acolhimento de refugiados do Reino Unido.
UK to take up to 20,000 Syrian refugees over five years, David Cameron confirms	25	0	0	0	1	Explicitação da "nova" política de acolhimento de refugiados que ainda denota uma tentativa de controlo da (i)migração.
The Guardian view on the refugee crisis: it is people and stories that move us, not statistics	9	0	0	0	1	Artigo de teor extremamente crítico da rápida mudança de percepções sobre uma situação que já se arrasta desde 2011 mas que só em Setembro de 2015 é que sofreu um ponto de viragem geral.
The Guardian view on Cameron's refugee plans: small numbers, big distractions	11	0	0	0	0	Apelo a uma intervenção mais humanitária por parte do governo britânico face à situação dos refugiados.
Social workers urge governments to resolve refugee	8	0	0	0	1	Artigo de carácter informativo.

Tabela 1 D

How does UK refugee commitment compare with other countries?	16	0	0	0	1	Artigo de carácter informativo.
The Guardian view on Britain and refugees: the welcome must be warm, but also organised	4	0	0	0	0	Apelo à hospitalidade britânica bem como a sua história relativa a situações de refugiados anteriores. Legitimação do interesse social em receber estes novos refugiados.
"Refugees welcome here": UK marchers take to streets with message of support	9	0	0	0	2	Artigo de carácter informativo. Apelo à solidariedade para com os refugiados.
David Cameron: EU countries must do more to fund refugee camps	17	1	0	0	0	Reiteração da política britânica de aceitação dos refugiados por David Cameron; que ainda denota traços de controlo de (i)migração.
May and Cameron make excuses while Europe tries to rise to refugee crisis	12	1	0	0	0	Theresa May apela ao maior controlo fronteiriço e à continuação de um maior controlo da (i)migração de modo a promover a securitização da (i)migração.
David Cameron's limp action on refugees puts Britain outside the EU	13	0	1	0	0	O Reino Unido não se vê na necessidade de aceitar as quotas de receção de refugiados impostas pela EU, o que é visto por outros estados membros como incompetência na procura de uma resposta internacional coesa.
Charity named in Home Office guidance on refugees says it was not consulted	12	0	0	0	1	Desleixo burocrático que demonstra desinteresse na tentativa de auxílio a <i>asylum seekers</i> e a refugiados que deem entrada no país.
Yvette Cooper to focus attention on response to refugee crisis – 15 de Setembro	8	0	0	0	0	Insistência num foco direccionado para a constituição de uma resposta coesa à situação dos refugiados.
UK warship will be used to 'board, seize and divert' refugee boats	8	1	0	0	0	A contribuição do navio de guerra HMS Richmond para a operação naval europeia na costa da Líbia, mais do que um interesse humanitário, denota um interesse político de controlo da (i)migração.
First Syrian refugees to arrive in UK within days	10	0	0	0	0	A falta de critérios que definam o que se entende por "refugiados mais vulneráveis" denotavam uma definição destes baseada na sua localização – ou seja, aqueles que se encontram fora do solo europeu.
Rabbis urge David Cameron to speed up refugee scheme	13	0	0	1	0	Apelo com base na história britânica a uma resposta coesa à questão dos refugiados.
Theresa May maintains tough stance on 'economic migrants'	13	0	0	0	5	Clara reiteração e tentativa de legitimação da posição britânica face à situação dos refugiados.
First of 20,000 Syrian refugees arrive in UK	10	0	1	0	0	As medidas tomadas para a recolocação dos refugiados mais vulneráveis ainda denotam uma tentativa de controlo de quem entra por parte do governo do Reino Unido.

Tabela 1 E

Tim Farron accuses Cameron of trying to capitalise on picture of drowned boy	6	0	0	0	0	Crítica às medidas tomadas e decididas por David Cameron, sem apresentar outras soluções.
A third of Britons have helped refugees in some way, poll finds	23	0	0	0	0	Além de haver um apelo a uma ajuda contínua, há também um alerta que critica o possível desinteresse caso a cobertura mediática se reduzir.
Calais crisis: Cameron condemned for 'dehumanising' description of migrants	4	3	1	1	21	Crítica ao uso no discurso de David Cameron de um termo considerado como derogatório (" <i>invarm of people</i> ") e que denota um sentimento de invasão.
Total	862	21	19	16	251	1169

Tabela 1 F

The Daily Mail	Refugiados	Segurança	Violência	Ameaça	Migrante	Sub-Texto
Send the migrants back to stop more coming, says Theresa May as Mediterranean refugee crisis 'reaches Britain's borders'	4	0	0	0	14	Reiteração das medidas políticas britânicas como a melhor escolha para lidar com a situação dos refugiados.
UK "must help more syrian refugees"	14	1	2	2	1	Apelo a situações anteriores relativas a refugiados como justificação para o governo fazer mais por estes "novos" refugiados.
A few hundred more Syrian refugees fleeing ISIS to be granted asylum in Britain, Cameron announces	3	3	2	3	10	Atribuída às comunidades muçulmanas a responsabilidade de evitar e controlar a radicalização sendo esta apontada como uma das causas basilares do aumento da força do estado islâmico e, consequentemente, de um aumento dos refugiados a dar entrada na Europa e em solo britânico.
The never-ending tide of misery: Revealed, where 130,000 desperate migrants have flocked to Europe this year alone	6	2	0	1	58	Artigo de carácter informativo que faz recurso à exposição e exploração da situação dos refugiados através do uso de fotos no desenvolvimento do artigo, com a finalidade de incitar sentimentalismo nas audiências que têm acesso ao artigo.
The world is a mess: UN official admits there is 'no chance to support' many of the refugees affected by war as the global number hits a record 59.5 MILLION	12	0	0	0	15	O maior recurso a fotografias ao invés de discurso denota de carácter parcialmente informativo e mais exploratório da situação precária dos refugiados e migrantes, com a finalidade de incitar sentimentalismo nas audiências que têm acesso ao artigo.
Britain says will take in hundreds more women and children from	5	1	0	0	0	Resumo de acontecimentos com recurso a uma linguagem informal, sem conteúdo implícito aparente.
Military WILL act to stop Mediterranean people-smugglers...but Cameron claims that more foreign aid is the answer	3	2	0	0	5	Reiteração das medidas políticas britânicas como a melhor escolha para lidar com a situação dos refugiados.
Britain sends £300million to Africa and the Middle East to stop the 'ever growing flow' of migrants wanting to travel to Europe	8	0	0	0	10	Auxílio monetário não tem apenas um sentido humanitário, é também uma tentativa de controlo e redução da entrada de migrantes e refugiados que pretendam deslocar-se para o Reino Unido.
Rally to urge syrian refugees aid	6	0	0	0	0	Apelo para uma melhor reação e resposta de cariz humanitário à situação precária dos refugiados deslocados por conflitos na Síria, sendo esses considerados como os mais vulneráveis. Sem mais conteúdo implícito aparente.

Tabela 2 A

Asylum in open door UK hits a 10 year high: We green-light one in three visa applications by 32,344 refugees in a year... and that's BEFORE EU border chaos	8	4	0	1	15	Ao continuar a sua deslocação após recusa dos refugiados em dar os seus dados e impressões digitais na Itália e na Grécia denota um interesse em chegar aos países europeus mais ricos, ilustrando-os como uma população com interesses adjacentes à fuga de conflito. O que permitiu esta "livre" deslocação foi o desmantelamento das fronteiras em alguns países europeus.
Yvette Cooper claims people are ALREADY offering their homes to refugees after she called on every council in the country to take 10 families each	18	0	0	0	4	. Aliado à fuga de conflito, guerra e pobreza no seu país de origem, o que potenciou a deslocação dos migrantes e refugiados foi uma visão da Europa como um paraíso sem fronteiras e que quem ao seu território chegasse, seria recebido de braços abertos.
David Cameron: Taking in more refugees will not solve migration crisis	20	1	0	0	4	Explicitação e defesa da posição de David Cameron ao afirmar que esta crise não se resolveria com a aceitação de mais refugiados no país, mas sim com uma ação direta no país de origem desta população deslocada.
Paris shuts down migrant camp where 350 people slept rough... but where will they go next? Hundreds moved over fears they could spark scabies epidemic say they want to head to UK	6	1	1	1	50	Refugiados como uma fonte de possíveis doenças e perigo para a saúde pública.
PM: Boat migrants 'want life boost'	11	0	1	0	5	Negação da situação precária e perigosa que os migrantes do Mediterrâneo sofrem ao considerar que estes apenas procuram uma vida melhor. Aproveitamento desta afirmação para legitimação da posição do governo britânico. Crítica à resposta europeia e britânica.
In Turkish border region, Syria policy dents ruling party support	7	2	1	0	0	Refugiados como um fardo político, social e económico, suscitando mudanças nas atitudes dos cidadãos turcos.
Migrants race through Italy to dodge EU asylum	3	0	0	0	20	A falta de legislação clara sobre a entrada de refugiados em certos países contribui para a sua entrada descontrolada em solo europeu.
Turkey takes measures to limit new Syria refugee	9	0	0	0	0	Os elevados números de entrada de refugiados sírios na Turquia conduziram a uma necessidade de implementar medidas de controlo, de modo a garantir a proteção não só dos refugiados como das infraestruturas responsáveis pelo auxílio aos mesmos.

Tabela 2 B

Laughing at their own cruelty, ISIS fighters revel in the misery they bring as they force desperate Syrians to turn back from the Turkish border as they try to flee Islamic State territory	25	5	0	0	0	Recurso a imagens e vídeo para expor a violência vivida num dos pontos fronteiriços entre a Turquia e a Síria, onde membros do Estado Islâmico forçam os refugiados a retornar. Sem mais conteúdo implícito aparente.
Thousands flee into Turkey from Syria as Kurds fight Islamic	1	0	0	0	0	Exposição de situação dos refugiados na fronteira turca. Sem mais conteúdo implícito.
Syrians, Iraqis protest after fight in camp on Greek Island	2	0	0	0	4	Mesmo entre grupos de refugiados, existem conflitos e confrontos, pondo em causa a sua própria segurança. As forças policiais não fazem distinção entre os grupos envolvidos aquando destes confrontos, sendo o seu único foco o término dos confrontos.
Amnesty says world neglects Syrian refugees' plight, urges more open borders	16	0	0	0	0	Crítica ao fecho de fronteiras e à atitude e medidas europeias na resposta à situação dos refugiados.
Clashes break out between Syrian and Afghan refugees on Lesbos as former middle class families forced to flee ISIS find themselves having to 'protect their women' in a human 'zoo'	7	0	1	0	17	Ao fugir, alguns refugiados vêem-se numa situação económica mais precária do que aquela de que fugiram e em que a segurança não lhes é garantida, tendo de se defender por si mesmos.
More than 23,000 refugees flee to Turkey to escape Syria fighting – UN	5	0	0	0	0	Artigo de exposição factual. Sem mais conteúdo implícito.
Bodies of Syrian mother and daughter migrants who died crossing the 'Mad' are dug up from Italian mass grave and reburied in Berlin by protesters claiming they were 'murdered by Europe's paper shufflers'	7	0	2	0	3	Apelo à sensibilidade da classe política e aos cidadãos europeus e britânicos.
Turkey sees signs of 'ethnic cleansing' by Kurdish fighters in Syria	1	0	0	1	0	A situação dos refugiados na síria aparenta ter recortes mais perturbadores do que esperado.
UK 'must help more Syrian refugees'	14	1	2	2	1	O apelo a um passado humanitário não parece atenuar nem causar muito impacto na posição rígida do Reino Unido.
Locals fear IS jihadists quietly slipped into Turkey	9	0	0	0	0	Sugestão da já entrada de membros do Estado Islâmico disfarçados em conjunção com os refugiados sírios em solo turco, sendo que o seu objetivo poderá ser a chegada a solo europeu.
Military WILL act to stop Mediterranean people-smugglers...but Cameron claims that more foreign aid is the answer	3	2	0	0	5	Reiteração das medidas políticas britânicas como a melhor escolha para lidar com a situação dos refugiados.
Migration plan exposes EU rifts, tough bargaining ahead	2	0	0	1	5	Exposição das frestas da coesão da resposta europeia e da própria Europa.

Tabela 2 C

Migration plan exposes EU rifts, tough bargaining ahead	2	0	0	1	5	Exposição das frestas da coesão da resposta europeia e da própria Europa.
Britain sends £300million to Africa and the Middle East to stop the 'ever growing flow' of migrants wanting to travel to	8	0	0	0	9	A ajuda monetária britânica não aparenta ser mais que um controlo da deslocação das massas, o lado humanitário parece estar ofuscado, na realidade.
Short of cash, U.N. cuts Syria refugees' rations again	10	0	0	0	0	A necessidade de providenciar melhores condições de vida para esta população deslocada não é feita sem desafios, sendo um deles, uma insuficiência económica das instituições que se dedicam à sua ajuda. Revela que a pressão económica que resulta da presença destes pode ser um desafio maior que o antecipado.
On nervous border, Turks welcome army but fear Syria incursion	1	2	1	2	0	Exposição sobre o que se passa numa das zonas fronteiriças da Turquia.
Turkish army says detains almost 800 trying to cross illegally from Syria	3	2	0	2	0	Exposição sobre o que se passa numa das zonas fronteiriças da Turquia.
Turkey warns next wave of Syrian refugees may end up in Europe	7	0	0	0	3	Exacerbação da ideia dos refugiados como um fardo para a economia, infraestruturas e para a sociedade, necessitando de um maior controlo.
Fears of humanitarian crisis in Serbia as refugees stream in	8	0	0	0	8	Devido à informação existente, a entrada dos refugiados num país é logo tida como problemática e crítica, suscitando desde logo um sentimento de receio.
Weary Hungarians polarised by tide of refugees	2	0	1	0	21	A falta de fronteiras e de controlo fronteiriço esteve na base da (des)proporção que a situação dos refugiados atingiu.
Turkey will not give Syrian refugees right to work - labour minister	9	1	1	0	1	Mais do que uma injustiça para os turcos a procura de trabalho, é uma forma de tentar controlar a entrada de refugiados no país, ao serem-lhes negados benefícios.
The marauding migrants from Africa threaten our standard of living, says Philip Hammond: Foreign Secretary says it is not possible for Europe to absorb 'millions' more immigrants	6	5	0	1	27	Os refugiados como ameaça à estrutura social, económica e política europeias e britânicas que tem de ser controlada, se não mesmo parada.
THIS is why they're fleeing for Europe: Dozens of Syrians are killed and maimed by Assad regime airstrikes on rebel-held town outside Damascus	1	0	0	0	0	Exposição e recurso a fotos para explorar a situação precária vivida pelos sírios no seu país.
Syrian migrants flock to Turkish city for risky voyage to Europe	5	1	0	0	6	Exposição e exploração da situação precária vivida pelos sírios no seu país e nos países para os quais se deslocaram.

Tabela 2 D

Greece says lacks infrastructure to cope with migrant influx	6	1	0	0	3	Exacerbação da ideia dos refugiados como um fardo para a economia, infraestruturas e para a sociedade, necessitando de um maior controlo.
Syrians despair amid filth as way to north blocked	2	1	0	0	3	Exposição e exploração da situação precária vivida pelos sírios no seu país e nos países para os quais se deslocaram.
Drunk German neo-Nazis yelling 'Hail Hitler' clash with police after mysterious fire destroys house intended for asylum seekers	10	0	3	1	8	Europa não consegue lidar com esta crise, e a sua tentativa sofre críticas devido à falta de coesão. No entanto, a União Europeia está longe de conseguir dar uma resposta definitiva e com que todos os seus Estados Membros concordem, a batalha de interesses é um dos exemplos que impede a coesão dessa resposta.
We can't cope with this tide! Europe's despairing leaders bring back border controls with free-movement zone on brink of collapse	9	0	1	0	25	Europa não consegue lidar com esta crise, e a sua tentativa sofre críticas devido à falta de coesão. No entanto, a União Europeia está longe de conseguir dar uma resposta definitiva e com que todos os seus Estados Membros concordem. Reiteração da receção dos refugiados como um fardo na estrutura económica, política e social.
Attempts to deter migrants don't work. Why Europe should embrace them instead	2	0	0	0	19	Há alternativas à resposta dada pela União Europeia, mas o fraco planeamento e uma visão em túnel impedem um olhar diferente para a situação.
Migrants who go to Nordic nations for a better life but can't find work are 'fueling the rise of the far right'	10	3	2	1	15	Exacerbação da ideia dos refugiados como um fardo para a economia, infraestruturas e para a sociedade, necessitando de um maior controlo.
Italy imposes border controls with Austria as Cameron refuses to bow to pressure from Labour for UK to take more refugees	19	1	0	0	7	O ambiente entre os Estados Membros da União Europeia está cada vez mais tenso, impedindo uma visão clara da situação dos refugiados e de uma resposta à mesma. No entanto, parece que as alternativas se esgotaram e o que resta é o controlo destas populações deslocadas.
David Miliband calls on Britain to 'share the burden' of Europe's refugee crisis to meet our 'humanitarian tradition'	23	0	0	0	8	O apelo para uma reconsideração à resposta britânica não surtiu efeito. Este apelo tornou-se numa crítica à mesma.
It's risky to come to Europe, Hungary's PM tells migrants	3	0	0	0	4	Tentativa de controlar o movimento dos refugiados retratando que a realidade do asilo na Europa é diferente do esperado e não é um paraíso de aceitação.
We will take thousands of people': Cameron vows to review asylum policy after claims his policy was 'shaming the country'	44	0	2	0	18	A escolha de David Cameron em rever a política de asilo britânica passou pela reação a uma onda de sentimentalismo, não foi só uma escolha política.

Tabela 2 E

UK's Cameron resists calls to change stance on refugees	10	0	0	0	2	A posição de David Cameron relativamente aos refugiados poderia custar-lhe as negociações com a União Europeia, o que mais pareceu um ultimato por parte da segunda.
Syrian refugee children brought to Britain under Cameron's rescue plan could be sent back after just five years	30	0	0	0	0	Medidas tomadas para a receção de refugiados sírios aparenta ser insuficiente se significar a perda de estatutos conferidos ao fim de um determinado período temporal.
Cameron under pressure to do more to help refugees	8	0	0	0	3	Artigo que expõe mais detalhadamente as medidas tomadas pelo governo de David Cameron para a receção dos refugiados vindos dos campos de refugiados das regiões circundantes à Síria e críticas feitas às mesmas. Sem mais conteúdo implícito aparente.
British troops 'could be deployed to the Middle East to set up and protect safe havens for refugees fleeing Syria'	10	0	0	0	2	Reconsideração em enviar tropas para o Médio Oriente. Sem mais conteúdo implícito a aparente.
Britain to open the doors to 20,000 Syrians - but spread out over five years and ONLY from refugee camps in the Middle East	52	0	0	1	7	Artigo que expõe as medidas tomadas por David Cameron em receber 20.000 refugiados num espaço de cinco anos. Sem mais conteúdo implícito aparente.
Aid cash to fund Syrians in Britain: At last a chunk of vast British foreign budget is diverted to help pay housing costs here	28	0	0	2	10	Está implícito que a crise dos refugiados é uma das situações que constitui ameaça para o Reino Unido, e o uso deste dinheiro está direcionado para a sua neutralização.
British aid to refugees smashes through £1BILLION as Cameron boasts UK is spending more than any EU country	15	0	2	0	2	A resposta a críticas que afirmavam que este não agia para o auxílio dos refugiados passou por um aumento da ajuda monetária, tornando-se assim a maior resposta em termos monetários a esta crise humanitária. Reiteração da ideia que é preciso resolver o problema no país de origem dos refugiados. Sem mais conteúdo implícito.
Britain will act with our head and our heart': As Cameron offers help to Syrians, the UN says the UK will take 4,000 refugees	40	0	1	1	10	Exposição de críticas e posições em resposta ao plano de David Cameron de relocação dos refugiados "mais vulneráveis". Além do carácter crítico do artigo, não parece haver mais conteúdo implícito.
Syrian refugees have turned Lesbos into a war zone, residents claim, as migrants chant 'f*** you' at Hungarian police amid fears ISIS is using the crisis to enter Europe	37	0	0	1	9	Refugiados como desordeiros, interesseiros, um peso nas infraestruturas dos países que os acolhem e um perigo para a segurança dos seus habitantes e de si próprios.

Tabela 2 F

Two in every 100 Syrian migrants are ISIS fighters, PM is warned: Lebanese minister tells Cameron jihadists are coming 'under cover' to attack the West	12	0	0	1	5	A entrada de membros do Estado Islâmico em solo europeu disfarçados de refugiado aparenta ser uma realidade cada vez mais possível, o que legitima um maior controlo de quem dá entrada no solo europeu e, mais concretamente, em solo britânico. A posição do governo de Cameron está de acordo com este controlo.
Face to face with refugees' despair: Cameron meets Syrians forced out of their homes by civil war during surprise Middle East trip	28	1	0	1	5	A deslocação de Cameron deveu-se sua vontade de verificar o impacto que a ajuda monetária britânica tem nos campos de refugiados no Líbano, da mesma forma, esta deslocação poderia revelar-se como um interesse numa legitimação da sua posição política e da sua resposta à situação dos refugiados.
Four out of five migrants are NOT from Syria: EU figures expose the 'lie' that the majority of refugees are fleeing war zone	12	0	1	0	25	Números das entradas no território europeu revelam que apenas uma parte menor são refugiados vindos da Síria, dando mais força e legitimação à posição e resposta britânica.
Migrant crisis just proves Britain's case for EU reform': Foreign secretary says Britain is winning over Europe's leaders	14	0	0	1	9	A crise dos refugiados como exemplo legítimo e prático da necessidade de controlo (fronteiriço) da (i)migração.
Cameron pledges another £100m to Syrian refugees as he attends crunch talks in Brussels on Europe's migrant crisis	17	0	0	0	1	A resposta do Reino Unido à situação dos refugiados, mesmo que com a pretensão de ser uma resposta humanitária e de ajuda direta e imediata, não se separa do seu carácter securitário e de controlo da (i)migração.
Syrian asylum-seeker in German shelter 'is filmed by other migrants boasting of having killed for ISIS'	3	0	0	0	1	Mesmo não comprovado, existe a possibilidade real de membros do Estado Islâmico darem entrada na Europa disfarçados de refugiados.
Official figures show an astonishing 558,000 migrants came to Britain last year a leap of 24% in just 12 months	11	0	0	0	9	Artigo de carácter informativo relativamente aos números associados com a receção de refugiados, bem como um resumo dos acontecimentos desta janela temporal.
Total	763	43	27	27	552	1392

Tabela 2 G